



Relatório de Gestão e Contas 2016

Plano de atividades e orçamento 2017

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, é convocada a **Assembleia Geral da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, C.R.L.**, com o capital social variável mínimo de 5.000.000 de Euros, com sede em Lisboa, na Avenida Santos Dumont, nº 57, 6º, 7º e 8º andares, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 16.616, para se reunir no dia **19 de Março de 2017, pelas 9,30 horas**, no auditório do Museu Nacional de Etnologia, sito à Avenida Ilha da Madeira, 1400-203 Lisboa, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1º - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão, Documentos de Prestação de Contas, parecer do Conselho Fiscal e respetivas conclusões, referentes ao exercício de 2016, incluindo a forma de aplicação dos resultados;

2º - Apreciação, discussão e votação da proposta do Conselho Fiscal para designação do Revisor Oficial de Contas (ROC), para o quadriénio 2017-2020;

3º - Outros assuntos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 35º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a assembleia **reunirá validamente meia hora depois com qualquer número de participantes.**

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

**O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,
António Manuel Cruz Tavares Meyrelles**

Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2016

1. Enquadramento Económico e Social

1.1. A economia portuguesa

As projeções para a economia portuguesa em 2017, publicadas pelo Banco de Portugal (BdP) no seu Boletim Económico de Inverno sugerem a manutenção de um ritmo de crescimento sustentado e recuperação moderada, prevendo um aceleramento do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,4% e uma estabilização em 1,5% nos dois anos seguintes, afirmando-se, embora, a necessidade de manter o processo de reformas estruturais.

O preço das matérias-primas, quer energéticas, quer não energéticas, deverá inverter a trajetória de queda dos últimos anos, com reflexo previsível sobre os vários setores económicos.

“A evolução da atividade deverá ser acompanhada pela recuperação gradual da situação no mercado de trabalho”, embora se preveja uma redução do emprego de 0,5%, em relação a 2016. Prevê-se uma taxa de desemprego de 10,1%, (-0,9%) da registada no período homólogo de 2016.

“As exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade”, registando um crescimento de 1,1% em relação a 2016.

Relativamente à procura interna, o BdP prevê um cenário de crescimento de 1,5%, superior aos 1,2% de 2016, mas “com um dinamismo inferior ao observado no período anterior à crise financeira internacional”. No entanto, ao nível do consumo efetivo, privado e público, o cenário previsto é de redução. Os dados do BdP apontam para uma redução do consumo privado de (-0,8%) face a 2016 e o consumo público previsto será mesmo nulo (0,0%).

QUADRO 1 - PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL 2016-2019

Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos		BE dezembro 2016				BE outubro 2016	BE junho 2016		
	2015	2015	2016(p)	2017(p)	2018(p)	2019(p)	2016(p)	2016(p)	2017(p)	2018(p)
Produto Interno Bruto	100.0	1.6	1.2	1.4	1.5	1.5	1.1	1.3	1.6	1.5
Consumo Privado	65.6	2.6	2.1	1.3	1.4	1.3	1.8	2.1	1.7	1.3
Consumo Público	18.2	0.8	1.0	0.0	0.4	0.2	1.0	1.1	0.4	0.6
Formação Bruta de Capital Fixo	15.3	4.5	-1.7	4.4	4.3	4.5	-1.8	0.1	4.3	4.6
Procura Interna	99.3	2.5	1.2	1.5	1.7	1.6	1.1	1.8	1.7	1.7
Exportações	40.6	6.1	3.7	4.8	4.6	4.4	3.0	1.6	4.7	4.7
Importações	39.8	8.2	3.5	4.8	4.9	4.4	3.0	2.8	4.9	4.8
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) (a)										
Procura interna		1.1	0.4	0.5	0.6	0.6	0.5	1.0	0.7	0.7
Exportações		0.5	0.8	0.9	0.8	0.9	0.6	0.3	0.9	0.9
Emprego (b)		1.4	1.5	1.0	0.9	1.0	1.0	-	-	-
Taxa de desemprego		12.4	11.0	10.1	9.4	8.5	11.2	-	-	-
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1.7	1.1	0.9	0.9	1.1	1.3	1.9	1.6	1.6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1.8	2.2	1.9	1.8	1.8	2.1	1.6	1.3	1.2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0.5	0.8	1.4	1.5	1.5	0.7	0.7	1.4	1.5

Fontes: INE e Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a Caixa “O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal”, Boletim Económico de junho de 2014. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

Neste enquadramento, o Conselho Económico e Social (CES), no parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2017, conclui que o crescimento substantivo da economia deve ser a principal prioridade do país, alertando que “a aplicação do Tratado Orçamental ao nosso País, ao impor um ritmo de consolidação orçamental e redução da dívida que não são compatíveis com um crescimento minimamente satisfatório da economia (acima dos 2%), constitui um pesado constrangimento para que possamos vencer a crise em que o País ainda está mergulhado. Esta, tendo uma base que não é meramente conjuntural, implica, por isso, mudanças no nosso perfil competitivo, que não podem ser concretizadas sem investimento inovador, seja público, seja privado.”

Neste sentido, a queda acentuada do investimento público e a necessidade de proceder a ajustamentos nos programas de financiamento com fundos comunitários, no âmbito do “Portugal 2020”, são aspetos que, de acordo com o CES, devem merecer a atenção do Estado, recomendando “uma intensificação de iniciativas de sensibilização, junto das instâncias comunitárias competentes, para a importância de proceder a ajustamentos nos programas de investimento em curso, redirecionando fundos disponíveis para programas de apoio a investimento por parte das PME”.

Não obstante, no atual quadro legislativo dos programas de financiamento “Portugal 2020”, organizações como a Mútua dos Pescadores, estão impedidas de aceder à maioria dos programas de apoio, com o fundamento de serem entidades do setor

financeiro, o que poderá ser um entendimento demasiado restritivo, que não atende à natureza e fins desenvolvidos pelas organizações, que vão muito além do aspeto financeiro.

Ao nível da população e condições sociais, o Boletim Mensal de Estatística, publicado pelo INE em dezembro de 2016, aponta para uma variação positiva da população ativa (0,3%), entre o 3º trimestre de 2015 e 2016, sendo esta de 5211 pessoas em dezembro de 2016, bem como para uma variação positiva da população empregada (1,9%), em igual período.

Dentro da população empregada, no terceiro trimestre de 2016, 3.822,9 eram trabalhadores por conta de outrem e 586,6 trabalhadores por conta própria. O setor dos serviços é o que absorve a maior massa populacional, seguido da indústria da construção, energia e água e, por fim, da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

De referir ainda que, em 2016 foi publicada uma atualização à Conta Satélite da Economia Social, referente ao ano de 2013, concluindo que este setor “representou 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. As remunerações pagas constituíram 5,2% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,4% da remuneração média no conjunto da Economia. Foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam a cultura, desporto e recreio (50,7%), seguindo-se a ação e segurança social (15,6%).”

1.2. A atividade seguradora

Os prémios emitidos no conjunto da atividade seguradora em Portugal em 2016 desceram (-14,4%) face ao valor verificado em 2015, tendo o Ramo Vida descido (-23,3%) e o ramo Não Vida crescido 4,9%, segundo dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Os prémios tiveram um crescimento em Acidentes de Trabalho de 12,2%, em Doença de 9,6%, em incêndio e outros danos de 1,6%, em automóvel de 3,5% e desceram em marítimo e transportes (-2,3%).

1.3. A Pesca

Segundo os dados que a DGRM publicou no DATAPESCAS de setembro de 2016 constatamos que as quantidades de pescado desembarcado diminuíram no período de janeiro a setembro de 2016, comparativamente ao período homólogo de 2015 (-10,23%), tendo o preço médio aumentado 1,51%, o que aponta para um crescimento global no valor de 13,37%.

Foi no Norte de África que as quantidades desembarcadas mais cresceram, 32%, seguido da Região Autónoma da Madeira com 1,91%, tendo-se registado descidas em Espanha (-36,11%), Região Autónoma dos Açores (-31,57%), águas nacionais (-10,21%) e continente (-9,23%).

As espécies mais desembarcadas, comparando dados de 2015 e 2016, no continente, foram o biqueirão, com mais 174,3%, mas com uma variação negativa do valor de -6,52%, seguido do carapau negrão, com mais 54,7%, mas tendo uma variação negativa no valor de -12,50%. Na Região Autónoma dos Açores, todos os desembarques foram inferiores aos de 2015, com maior incidência no atum e similares, com -57,4%. Na Região Autónoma da Madeira, o carapau negrão foi a espécie mais desembarcada, com mais 64,4% e uma variação positiva do valor de 43,50%. O atum e similares registaram uma redução de desembarques, de 3,3%, e uma variação positiva do valor de 5,67%.

QUADRO 2 - ESTIMATIVA DE DESEMBARQUES - Quantidades e valores												
Zonas	jan/set-2014			jan/set-2015			jan/set-2016			Variação 2016/2015		
	Quant.	Valor	Preço	Quant.	Valor	Preço	Quant.	Valor	Preço	Quant.	Valor	Preço
Aguas Nacionais	97 162,2	192 381,2	1,98	107 911,6	201 794,7	1,87	96 895,80	205 419,10	2,12	-10,21%	1,80%	13,37%
Continente	82 753,1	154 748,3	1,87	95 949,6	164 073,8	1,71	87 091,70	170 699,73	1,96	-9,23%	4,04%	14,62%
R.A.Açores	7 658,8	22 210,5	2,90	7 127,4	23 235,3	3,26	4 877,20	21 069,50	4,32	-31,57%	-9,32%	32,52%
R.A.Madeira	6 750,3	14 513,1	2,15	4 834,6	13 053,4	2,70	4 927,00	12 859,47	2,61	1,91%	-1,49%	-3,33%
Espanha	93,2	509,8	5,47	92,5	445,9	4,82	59,10	355,78	6,02	-36,11%	-20,20%	24,90%
Norte de África	0,0	0,0	0,00	7,5	28,4	3,79	9,90	44,95	4,54	32,00%	58,12%	19,79%
Total	97 255,4	193 538,2	1,99	108 011,6	201 981,7	1,87	96 964,90	205 029,43	2,12	-10,23%	1,51%	13,37%

Fonte: DATAPESCA, Jan/Set 2016; dados provisórios

A balança comercial dos produtos da pesca, ou seja, o saldo entre importações e exportações neste setor, entre janeiro e setembro de 2016 foi negativa, tanto em termos de quantidades como de valor.

QUADRO 3 - BALANÇA COMERCIAL DOS PRODUTOS DA PESCA JAN./SET.

	Entradas			Saídas			Saldo		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Quantidades	349 049,1	355 016,6	377 898,5	200 136,3	200 202,0	207 158,9	-148 912,8	-154 814,6	-170 739,6
Valor	1 127 993,0	1 297 093,7	1 407 316,6	631 289,4	721 276,8	791 191,1	-496 703,6	-575 816,9	-616 125,5

Fonte: DATAPESCA, Jan/Set 2016; dados provisórios

Quanto à frota de pesca, em setembro de 2016 deteta-se uma redução global de 101 embarcações, em relação a igual período de 2015, das quais menos 97 no continente. Verifica-se igualmente uma redução geral da potência das embarcações, de cerca de 3.101 Kw, com maior incidência na frota do continente. As principais alterações verificaram-se na pequena pesca (embarcações de tamanho inferior a 12 metros), registando-se no continente menos 89 unidades, embora com um aumento de potência de 226,15 Kw e na Região Autónoma dos Açores, menos 9 unidades.

Sobre a população da pesca, segundo as Estatísticas da Pesca de 2015, publicadas pelo INE (aguarda-se a informação anual de 2016), “registaram-se 17.536 pescadores, mais 757 indivíduos face a 2014 (+4,5%). A Região do Algarve foi a única que registou um decréscimo dos profissionais inscritos em relação ao ano anterior (-4,3%), enquanto as restantes regiões apresentaram mais pescadores matriculados. A análise por tipo de pesca mostra que a modalidade do cerco foi o único segmento que registou uma diminuição do número de pescadores matriculados (-2,7%), com menos 55 inscritos, como resultado de uma atividade de pesca de sardinha muito restritiva em que muitas embarcações apenas operaram regularmente durante quatro meses do ano.”

2. Análise Económica e Financeira

2.1. A Atividade da Mútua em 2016

O resultado líquido apurado nas contas de 2016 foi positivo em 341 486.33 € após impostos.

Destacamos o crescimento verificado nos prémios, em linha com a tendência já registada em 2015, sentido em todos os ramos, com exceção de Multiriscos.

O crescimento nos Prémios Brutos Emitidos foi de 9,8% em comparação com o ano de 2015.

Em termos de Custos com sinistros registámos um agravamento (+19.8 %) após resseguro.

Este agravamento deveu-se à menor contribuição do resseguro no custo com sinistros em 2016. No direto registámos um decréscimo de 0,5 %.

Houve efetivamente um desagravamento no índice de sinistralidade global com destaque em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

No decorrer do ano de 2016 registámos 4 acidentes mortais que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e 1 acidente mortal que atingiu apenas os Acidentes de Trabalho em comparação com as 6 mortes do ano anterior. Manifestamos aos familiares das vítimas o nosso pesar e a nossa solidariedade.

Em Marítimo destacamos as perdas totais das embarcações “Ilhas do Mar”, “Alzirinha” e “Avô Melro”.

Nas Despesas Gerais apresentamos um acréscimo de cerca de 8,9 % em relação a 2015.

Na área não Técnica, o Ajustamento dos Recibos por cobrar foi de (-313 880.25 €), o que traduziu a melhoria significativa na situação de cobrança em 2016.

Consideramos ainda importante realçar o seguinte:

O resultado do Exercício antes de Impostos é positivo em 392 725.58 €.

Após impostos o valor é positivo em 341 486.33 € como acima se indica.

Esta diferença é explicada por impostos correntes de 103 577.62 € e impostos diferidos de -52 338.37 €.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados, respeita ao aumento do imposto diferido ativo proveniente do acréscimo do valor dos títulos em imparidade e também da diminuição do imposto diferido passivo proveniente do decréscimo da reserva de reavaliação dos títulos e dos imóveis de rendimento.

Saliente-se que se registou um acréscimo da Situação Líquida no valor de 120 471 € resultante de:

- Decréscimo do Capital Social de 5 081.916 € para 5 011.046 € em consequência de dois movimentos.
- Transferência do montante de capital social acima dos 5 000 000 € (88.736 €) para passivo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- Constituição do Fundo Mutualista em 01.07.2016 de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, que ascende a 11 046 € em 31.12.2016.
- Decréscimo nas Reservas de Reavaliação de 98 255 € resultante, essencialmente, do movimento dos Ativos Financeiros (Títulos);
- Diminuição na Reserva para Impostos Diferidos resultante do decréscimo dos Passivos por impostos diferidos relativos à reserva de reavaliação de títulos;
- Aumento nas Outras Reservas e nos Resultados Transitados decorrentes, entre outros, da aplicação dos resultados do exercício anterior.

E do Resultado do próprio exercício.

2.2. Análise da carteira de prémios: Produção de Seguro Direto

(valores em euros)

QUADRO 4 - PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS			
Ramos	2015	2016	Total
Carteira Tradicional	7 762 026	8 515 981	9,7%
Acidentes de Trabalho	3 940 654	4 543 175	15,3%
Acidentes Pessoais	955 619	987 247	3,3%
Incêndio e Elementos da Natureza	951	922	-3,0%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	284 478	270 959	-4,8%
Marítimo	2 580 325	2 713 677	5,2%
Carteira Desporto	-4 153	0	-100,0%
Acidentes Pessoais	-4 153	0	-100,0%
Total	7 757 873	8 515 981	9,8%

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 8 515 981 €, o que representou um acréscimo de 9.8% em relação ao ano de 2015.

Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, com exceção de Incêndio e Multiriscos, destacando-se os Acidentes de Trabalho onde o crescimento foi de 15.3 % e o Marítimo onde o aumento foi de 5.2 %.

Em Acidentes de Trabalho o acréscimo foi sentido na atividade da pesca (+ 10.2 %) com a contribuição do bom desempenho da frota da sardinha e, nas "Outras atividades" onde se registou o acréscimo mais significativo (+50.2 %) resultante da captação de novo negócio.

No Ramo Marítimo houve acréscimo na Pesca (+4 %) e na Náutica de Recreio (+6.6 %) onde se incluí a Marítimo Turística com um aumento de 11.8 %.

Prémios por segmento de negócio e geográfico

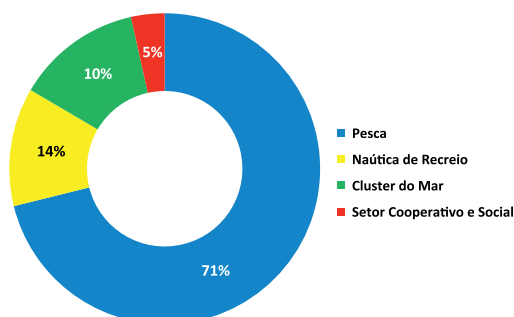
A nossa área de negócio está toda centrada em Portugal.

(valores em euros)

QUADRO 5 - PRÉMIOS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E GEOGRÁFICO			
Ramos	Portugal	França	Total
Acidentes de Trabalho	4 543 175	0	4 543 175
Acidentes Pessoais	987 247	0	987 247
Marítimo	2 713 677	0	2 713 677
Incêndio e Elementos da Natureza	922	0	922
Outros Danos em Coisas - Riscos Múltiplos	270 959	0	270 959
Total	8 515 981	0	8 515 981

Estrutura da Carteira de Prémios

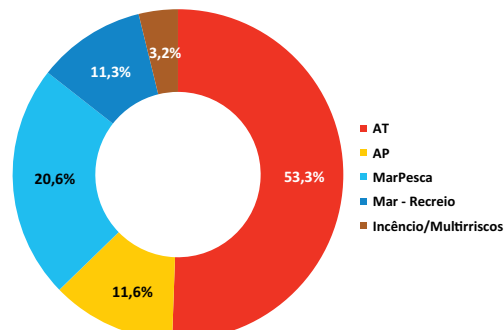
Gráfico 1 – Produção de 2016 por Vetor Estratégico



Estrutura da Carteira de Prémios por Ramo

A carteira em 31 de Dezembro de 2016 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios - 2016



Houve uma ligeira alteração na estrutura da nossa carteira de prémios em relação a 2015 com o aumento do peso dos Acidentes de trabalho de 51% para 53%.

2.3. Análise da Sinistralidade

Em 2016 registámos um decréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2015, de 90,5 % para 82 %.

Esse decréscimo foi sentido em todos os ramos com exceção de Multirriscos.

Registámos 4 acidentes mortais que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e 1 acidente mortal que atingiu apenas o ramo de Acidentes de Trabalho.

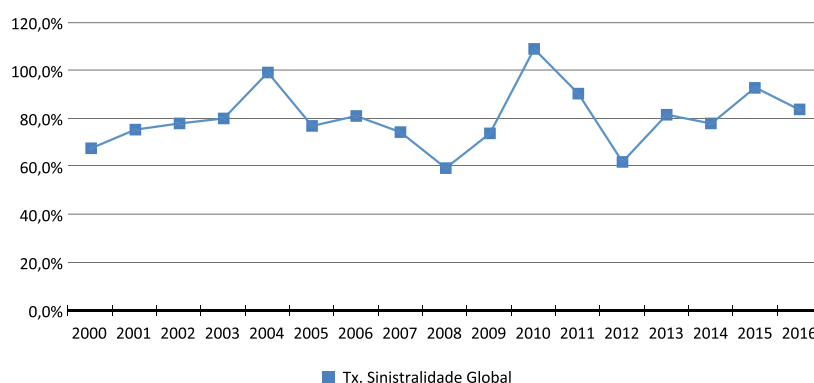
Em Marítimo as três perdas totais ocorridas em 2016 com as embarcações “Ilhas do Mar”, “Alzirinha” e “Avô Melro” atingiram o valor global de 820 369.57 €.

QUADRO 6 - TAXAS DE SINISTRALIDADE BRUTAS (*)		
Ramos	2015	2016
Carteira Tradicional	90,3%	82,0%
Acidentes de Trabalho	102,3%	97,5%
Acidentes Pessoais	52,2%	35,0%
Incêndio e Elementos da Natureza	0,0%	0,0%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos	36,8%	51,7%
Marítimo	92,0%	76,1%
Carteira Desporto	-235,5%	nd.
Acidentes Pessoais	-235,5%	nd.
Total	90,5%	82,0%

(*)Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Para efeitos de análise expurgamos a modalidade do Desporto Amador em Acidentes Pessoais que se encontra transferida a 100 % e que já não tem expressão.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global



(valores em euros)

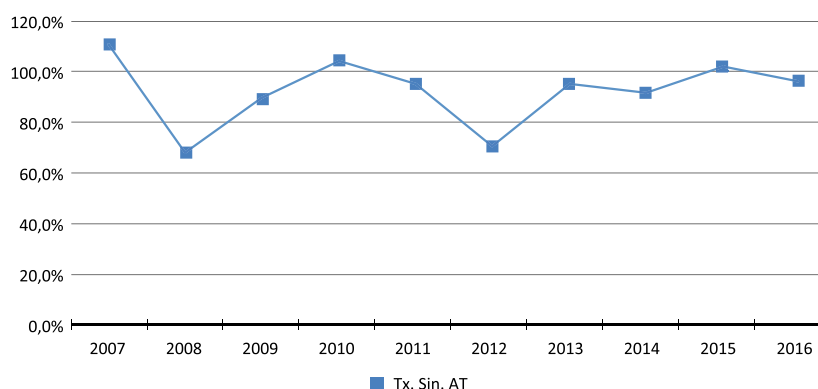
QUADRO 7 - CUSTOS COM SINISTROS												
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCÊNDIO		MULTIRRISCOS		MARÍTIMO		TOTAL	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Mont.Pagos	3 054 152	3 201 861	175 289	469 615	0	0	121 930	109 898	1 215 359	2 042 043	4 566 730	5 823 417
Var.Prov.Sin.	341 953	558 631	229 524	-176 716	0	0	-69 183	-12 175	979 169	-125 587	1 481 463	244 153
Resseguro	-557 464	-127 520	-245 771	-137 621	0	0	-47 101	-98 241	-1 880 857	-1 478 897	-2 731 193	-1 842 278
Imp.Custos	635 429	667 656	103 343	52 896	0	0	51 964	42 491	179 035	149 099	969 771	912 142
Total	3 474 071	4 300 628	262 384	208 174	0	0	57 610	41 972	492 707	586 658	4 286 772	5 137 433

Análise por ramo:**2.3.1. Sinistros em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais****2.3.1.1. Acidentes de Trabalho**

A sinistralidade em Acidentes de Trabalho revelou-se menos grave do que em 2015.

Houve um acréscimo no custo com sinistros (Montantes pagos + Variação da Provisão para Sinistros) em 11 %, mas esse acréscimo foi inferior ao crescimento verificado nos Prémios Brutos Emitidos de 15,3 %, o que aliviou o rácio de sinistralidade no direto.

No número de sinistros abertos houve um aumento em relação a 2015 de 181 processos de sinistro, o que é reflexo do aumento da nossa carteira em Acidentes de Trabalho. Abriam-se 1.266 participações de sinistro.

Gráfico 4 – Taxa de Sinistralidade – Acidentes de Trabalho

Analisando o quadro 8 - Montantes Pagos em Acidentes de Trabalho discriminados por Natureza - verificamos um acréscimo global nos montantes pagos de 4% em relação a 2015.

(valores em euros)

QUADRO 8 - MONTANTES PAGOS EM ACIDENTES DE TRABALHO		
	2015	2016
Enfermagem e Fisioterapia	80 443	88 815
Consultas, Diagnósticos, Int.Cirúrgicas	517 941	666 509
Medicamentos e Próteses	83 328	101 733
Transportes/Hospedagem	89 418	65 816
Assistência Vitalícia	16 812	8 171
Outras Despesas	71 352	79 559
Sub -Total A	859 294	1 010 603
Salários	893 816	929 214
Subsídios (Morte e Funeral)	42 355	30 166
Sub -Total B	1 795 465	1 969 983
Pensões e Remições	1 276 697	1 231 877
Total	3 072 162	3 201 861

Nos salários (Indemnizações por Incapacidade Temporária) houve um acréscimo de cerca de 4 %. Nos subsídios (Morte e Funeral) o decréscimo foi de 29 %.

Nas Despesas, o acréscimo global foi de 18 % onde se realçam as rubricas “Consultas, Diagnósticos e Intervenções cirúrgicas” bem como “Medicamentos e Próteses” que registaram aumentos de 29 % e 22 % respetivamente. Os decréscimos mais significativos verificaram-se nas rubricas “Transportes/Hospedagem” e “Assistência Vitalícia”.

Nas Pensões e Remições houve um decréscimo de 4 %.

Sinistros Reembolsáveis

Nos Acidentes de trabalho, em 2016, ocorreram 5 sinistros com envolvimento de terceiros aguardando-se a posição das congéneres.

De 2015 mantêm-se 3 processos com estimativa de reembolso, já comunicados à outra parte, aguardando-se a sua conclusão.

De 2014 realçamos a concretização do reembolso de um importante sinistro por parte da congénere (+247 815.45 €). Dos restantes sinistros ocorridos em 2014, reembolsáveis, aguarda-se conclusão por parte das congéneres.

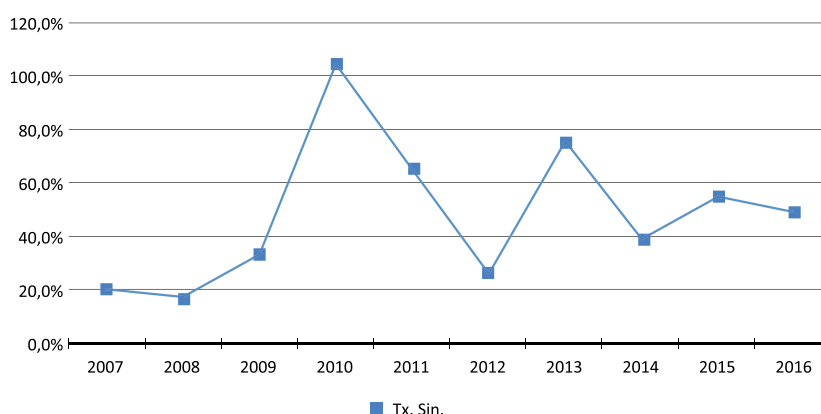
De 2013 mantêm-se 1 processo com estimativa de reembolso, aguardando-se a sua liquidação.

Mantém-se em recuperação parcial o sinistro de viação ocorrido em 2010 com a tripulação da embarcação “Fascínios do Mar”.

2.3.1.2. Acidentes Pessoais

A sinistralidade em Acidentes Pessoais reflete essencialmente o decréscimo do número de vítimas mortais ocorridas em 2016. O decréscimo no custo com sinistros no direto (Montantes pagos + Variação da Provisão para Sinistros) foi de 27,6 % a par com um crescimento de prémios de 3,8 %.

Gráfico 5 – Taxa de sinistralidade – Acidentes Pessoais



O Quadro 9 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de AP abertos em 2015 e 2016.

(valores em euros)

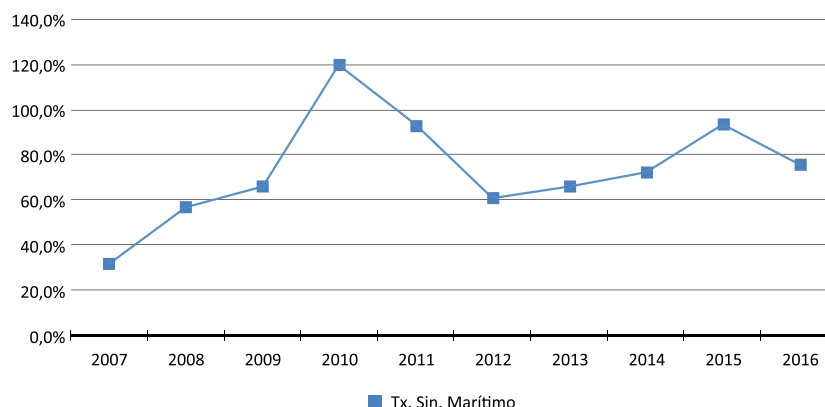
QUADRO 9 - SINISTROS ABERTOS EM ACIDENTES PESSOAIS				
Coberturas	2015		2016	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Morte	7	350 000	5	251 000
Outras	205	91 441	241	114 743
Modalidade-Desporto				
Morte	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0
	212	441 441	246	365 743

2.3.2. Sinistros em Marítimo

A sinistralidade no Ramo Marítimo apresentou também um desagravamento em relação a 2015.

Houve um decréscimo no custo com sinistros no direto de 12,7 %, a par de um crescimento de prémios de 5,2 %.

Gráfico 6 – Taxa de sinistralidade – Marítimo



Em termos de número de sinistros registámos um decréscimo em Marítimo Pesca (-19 processos) e um aumento na Náutica de Recreio (+28 processos).

O Quadro 10 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de Marítimo abertos nos anos de 2015 e 2016, seriados por causa/natureza de sinistro.

(valores em euros)

QUADRO 10 - SINISTROS MARÍTIMOS POR NATUREZA				
NATUREZA DO SINISTRO	2015		2016	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Perdas Totais	2	259 680	5	853 957
Incêndio	5	29 202	3	25 964
Colisões	91	340 380	101	432 486
Cabos no hélice	76	57 725	77	66 702
Encalhes	6	151 892	6	286 620
Reboques/Gastos de Salvamento	41	49 943	41	25 130
Submersões	12	805 822	11	117 011
Abalroamentos	19	135 826	8	150 392
Furto ou Roubo	15	31 385	19	47 013
Sinistros com Lanchas	0	0	0	0
Mau Tempo	19	53 327	23	97 858
Responsabilidade Civil	19	27 303	16	64 502
Estaleiro	0	0	0	0
Avaria de Máquinas	5	19 712	5	2 459
Outras Causas	8	40 205	15	36 076
TOTAL	318	2 002 402	330	2 206 170
Perda Haveres e Perda de Salários	15	16 583	15	38 394

As causas com maior significado foram as Perdas Totais, Colisões e Encalhes, Submersões e Abalroamentos que representaram 83 % do valor total de provisões.

Sinistros Reembolsáveis

Em Marítimo mantêm-se 4 processos em tribunal com pedidos de indemnização cível, 1 já com decisão favorável à Mutua ainda em fase de execução e 3 em fase de análise pelos nossos serviços jurídicos.

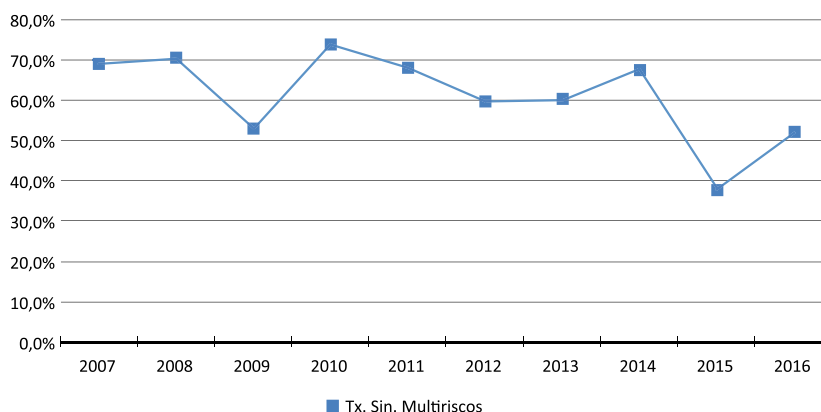
2.3.3. Sinistros em Incêndio e Multirriscos

O ramo de Incêndio e Multirriscos registou agravamento na sinistralidade em 2016.

Verificámos no Multirriscos um acréscimo na taxa de sinistralidade relativamente ao ano de 2015 (de 36,8 % para 51,7 %).

O aumento no custo com sinistros no direto foi de 85,3 % a par com um decréscimo nos prémios de 5 %.

Gráfico 7 – Taxa sinistralidade – Multirriscos



O Quadro 11 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de Incêndio e Multirriscos abertos nos anos de 2015 e 2016 seriados por causa/natureza de sinistro.

(valores em euros)

QUADRO 11 - SINISTROS DE INCÊNDIO E MULTIRRISCOS POR NATUREZA				
NATUREZA DO SINISTRO	2015		2016	
	Nº	Valor	Nº	Valor
Aluimentos de terra	1	2 033	0	0
Atos de Terrorismo /Vandalismo	1	199	0	0
Danos por Água	46	71 442	43	94 763
Explosão	0	0	0	0
Furto ou Roubo	9	6 223	11	12 651
Incêndio	4	13 266	2	19 670
Inundações	1	1 064	1	195
Quebra de Vidros	4	162	7	2 275
Raio	0	0	0	0
Riscos Elétricos	8	5 119	16	5 215
RC extra contratual	6	4 735	3	3 105
Tempestades	9	15 953	6	17 600
Outras causas	2	388	8	5 874
	91	120 582	97	161 348

As causas mais relevantes mantiveram-se - os “Danos por Água”, “Incêndio” e “Tempestades” - que em conjunto representaram 82 % do valor total das Provisões.

2.4. O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se em 2016 favorável aos nossos resseguradores, fruto da sinistralidade menos grave, tocando os contratos proporcionais e os de Excesso de Perda em Acidentes de Trabalho e Marítimo.

(valores em euros)

QUADRO 12 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2015-2016		
	2015	2016
Prémios de Resseguro Cedido	-2 998 389	-2 833 413
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	23 673	16 469
Comissões de Resseguro Cedido	880 206	771 721
Montantes Pagos	1 518 221	1 872 998
Var. da Provisão Sinistros	1 212 972	-30 719
Juros s/Reservas	-16 238	-15 823
Saldo	620 445	-218 768

Em 2016 não se registaram alterações na estrutura dos contratos de resseguro.

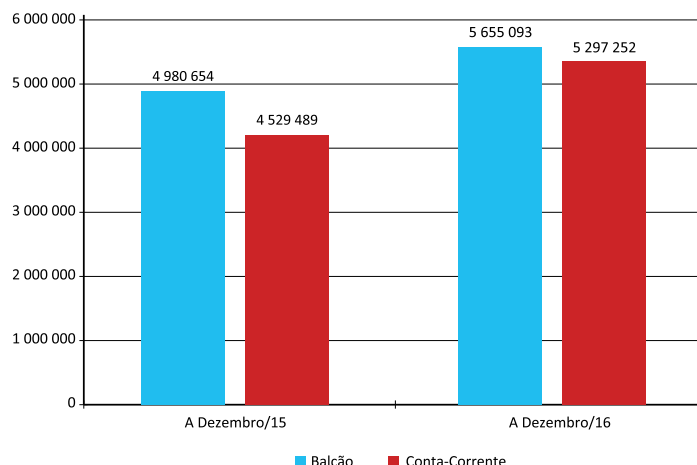
2.5. Cobranças

Em 2016 registámos um comportamento muito positivo nas cobranças no seu global.

Cobrámos 9 904 797.12 € de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um acréscimo de 16,94 % em relação a 2015.

Procedendo à sua análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) verificamos um acréscimo de cobrança nos balcões de +13,5 % e um acréscimo no canal Conta Corrente em cerca de 17 %.

Gráfico 8 – Cobranças por canal



No Movimento de Lotas registou-se um acréscimo global, em relação a 2015 de 5,4 %.

A zona que apresentou o crescimento mais significativo foi a zona Norte (+23 %) seguida da zona Centro com 19,8 % de acréscimo.

As zonas Sul, Algarve e Açores apresentaram decréscimo em relação a 2015 com (-2,5 %), (-3,3 %) e (-1,2 %) respetivamente. A lota da Madeira encontra-se com dados a Novembro de 2016.

2.6. Outros Resultados

2.6.1. Análise dos Custos

Custos por Natureza

O Quadro 13 mostra a repartição dos Custos por Natureza pelas principais rúbricas e a sua comparação com o ano anterior.

(valores em euros)

QUADRO 13 - CUSTOS POR NATUREZA					
Rubrica	2012	2013	2014	2015	2016
		2 779 835	2 718 559	2 594 635	2 638 623
	-12,3%	-2,2%	-4,6%	1,7%	8,9%
Orgãos Sociais	45 499	28 336	22 748	22 748	49 808
	-1,1%	-37,7%	-19,7%	0,0%	119,0%
Gastos com Pessoal	1 416 047	1 488 454	1 435 166	1 454 856	1 591 608
	-13,1%	5,1%	-3,6%	1,4%	9,4%
Fornecimento e Serviços Externos	1 049 154	950 586	848 729	832 470	927 158
	-6,9%	-9,4%	-10,7%	-1,9%	11,4%
Impostos e Taxas	102 222	97 166	138 777	189 205	125 770
	-34,6%	-4,9%	42,8%	36,3%	-33,5%
Depreciações e Amortizações do Exercício	107 126	103 377	106 563	95 855	131 418
	-13,8%	-3,5%	3,1%	-10,0%	37,1%
Juros Suportados	35 788	25 858	18 129	16 398	15 939
	-44,4%	-27,7%	-29,9%	-9,5%	-2,8%
Comissões	24 000	24 783	24 524	27 092	31 003
	5,9%	3,3%	-1,0%	10,5%	14,4%
Prémios do Seguro Directo	9 181 490	7 924 230	7 543 682	7 757 873	8 515 981
Rácio	28,0%	32,3%	32,4%	32,2%	31,9%

Custos p/nat-enc.Cobrança/PBE

Apresentamos em 2016 um acréscimo nas Despesas Gerais de 8,9 % em relação a 2015.

Destacamos:

A rubrica “Órgãos Sociais”, reflete a remuneração de mais um Diretor Estatutário em 2016.

O item “Gastos com Pessoal”, reflete a política salarial seguida para o ano 2016, a entrada de dois novos trabalhadores, bem como as indemnizações liquidadas a 2 trabalhadores no ano de 2016.

Em “Fornecimento e Serviços Externos” destacamos o acréscimo de custos na área do equipamento informático e nas obras de manutenção no nosso edifício da sede. Registamos ainda nesta rubrica o acréscimo nos encargos de cobrança que refletem a melhor performance das cobranças em 2016 e o acréscimo de custos com as Certificações obrigatórias do Relatório de abertura, no regime de Solvência II.

O decréscimo na rubrica Impostos e Taxas reflete a diminuição da contribuição para o FAT futuro ligado às Provisões Matemáticas.

Iremos manter a nossa política de controlo de custos em 2017.

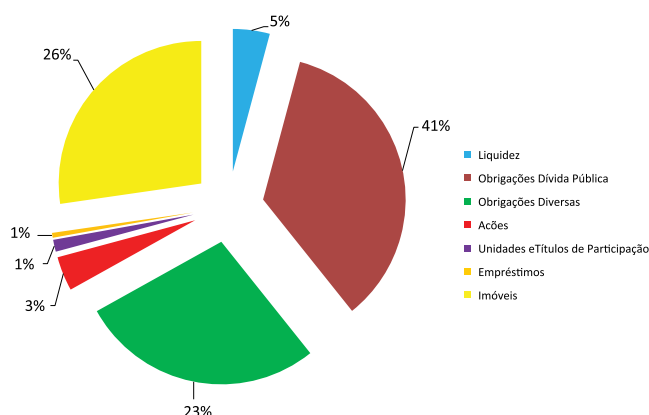
2.6.2. Resultados Financeiros

Não houve alteração na nossa política de investimentos.

A nossa carteira de ativos financeiros de 29 259.462 € é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e Corporate) que representam cerca de 65 % do valor global e por Imóveis 26%.

Mantemos uma atenção particular à Liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo), que representam 5 % do valor total.

Gráfico 9 - Estrutura de Ativos Financeiros



Neste enquadramento, temos:

a) Rendimentos

Verificou-se um decréscimo nos rendimentos em cerca de 5 %.

Este decréscimo é reflexo, essencialmente, da redução das taxas de juro.

(valores em euros)

QUADRO 14 - RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	2015	2016
Terrenos e Edifícios	196 500	192 234
Empréstimos	700	653
Ações, Obrigações, Tit. e Unid. de Participação	642 392	631 799
Depósitos e Outros	38 920	11 246
Rendimentos	878 513	835 933

b) Mais e Menos Valias Realizadas e não Realizadas Reconhecimento de Imparidade

Não houve alterações na nossa política contabilística em relação ao ano anterior.

Foram registadas em Ganhos e Perdas as imparidades reconhecidas nos nossos ativos.

Esse reconhecimento foi efetuado, de acordo com a IAS 39, quando se verifica “um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor” e/ou se existir “prova objetiva de imparidade”.

Os critérios seguidos pela Mútua são descritos em pormenor nas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas.

Registámos como Perdas por Imparidade os seguintes valores:

Relativamente a Ações: 125 921.51 €.

Relativamente a Obrigações: 156 772.57 €.

Relativamente a Partes Capital Empresas do Grupo: 32 625.00 €.

Temos assim:

(valores em euros)

QUADRO 15 - MAIS E MENOS VALIAS E IMPARIDADES - GANHOS E PERDAS - ANO 2016			
	Títulos	Imóveis	Total
Mais e Menos Valias Realizadas	297 770	0	297 770
Mais e Menos Valias Não Realizadas	15 504	-1 000	14 504
Imparidades	-315 329	0	-315 329
Saldo	-2 054	-1 000	-3 054

(valores em euros)

QUADRO 16 - MAIS E MENOS VALIAS - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO - ANO 2016			
	Títulos	Imóveis	Total
Mais e Menos Valias Não Realizadas	-82 853	-15 402	-98 255
Saldo	-82 853	-15 402	-98 255

c) Investimentos

O quadro 17 mostra a carteira global da Mútua valorizada em 31 de Dezembro dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

(valores em euros)

QUADRO 17 - INVESTIMENTOS			
	2016	2015	Evolução
Terrenos e Edifícios	7 605 740	7 575 600	-30 140
Empresas Grupo e Associadas	82 635	65 504	-17 131
Ações e Outros Rend.Variável	1 378 995	1 051 221	-327 774
Obrigações e Outros Rend.Fixo	17 485 776	18 890 142	1 404 366
Empréstimos Hipotecários	152 549	172 694	20 145
Depósitos a Prazo	1 164 365	1 501 801	337 436
Outros	2 500	2 500	0
Total	27 872 560	29 259 462	1 386 902

A carteira de Investimentos apresentava a 31.12.2016 o valor de 29 259.462 € (ver Inventário das Participações e Instrumentos Financeiros)

A composição da nossa carteira está de acordo com a “Política de Investimentos” definida com critérios de prudência na seleção dos ativos.

As diferenças encontradas traduzem as alterações na sua composição e respetivas valorizações.

O investimento foi centrado em obrigações de Dívida Pública Portuguesa e Estrangeira bem como em Corporate de médio e longo prazo.

Face à reclassificação das obrigações efetuada em 2011, respeitantes a obrigações de dívida pública portuguesa e de várias empresas portuguesas, a sua repartição entre “Disponíveis para Venda” e “Detidas até à maturidade” apresenta, em 2016, os seguintes valores:

(valores em euros)

QUADRO 18 - OBRIGAÇÕES E OUTROS RENDIMENTOS FIXOS	
Obrigações e Outros Rendimento Fixo	2016
DPV- Disponíveis para venda	18 197 614
DAM- Detidas até à maturidade	692 528

2.6.3. Outros Rendimentos e Outros Gastos

A diferença existente foi positiva em 485 189.21 €.

Esta diferença é explicada pelo ajustamento P/ Créditos de cobrança duvidosa e P/ recibos por Cobrar que se revelaram negativos o que traduz um ganho com significado.

2.6.4. Garantias Financeiras

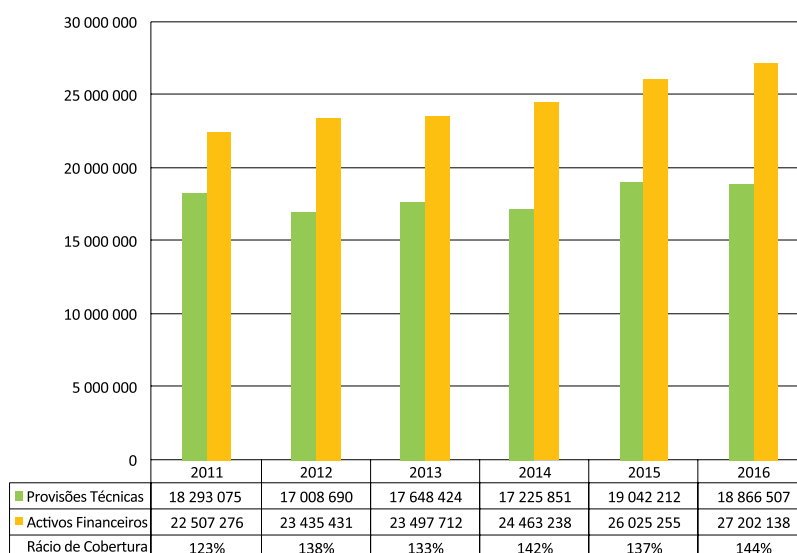
Durante o ano de 2015 a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei nº. 147/2015 de 9 de Setembro onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime de Solvência II a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Mútua acompanhou todo o processo de preparação e reportou à Autoridade de Supervisão, nos termos do normativo em vigor, a informação de abertura no âmbito do regime de Solvência II a 01.01.2016, reconfirmando a situação de robustez ao nível do seu rácio de solvência.

De acordo com o novo regime, será efetuado o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser divulgado pela primeira vez em 2017, de forma autónoma em relação a este relatório, onde se apresentará de forma detalhada informação sobre a situação financeira da empresa no final de 2016, designadamente sobre o nível de cumprimento do SCR (Solvency Capital Requirement).

As Provisões Técnicas atingiram o montante de 18 866 507 € a 31 de Dezembro de 2016 e os ativos representativos apresentaram o valor de 27 202 138 € pelo que o grau de cobertura das provisões técnicas foi de 144 %.

Gráfico 10 - Margem de Cobertura das Provisões Técnicas



3. A Cooperativa

3.1. Em destaque

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A publicação do novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR, Lei nº147/2015, de 9 de setembro), bem como do novo Código Cooperativo (Código Cooperativo, Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto), estão na base da alteração aos estatutos aprovada na Assembleia Geral de 20 de março, relacionadas sobretudo com a organização dos órgãos sociais.

Os membros do Conselho de Administração (a “Direção” nos antigos estatutos), Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas (ou SROC), deverão reunir requisitos de qualificação, idoneidade, independência e outras condições que assegurem, em permanência, a gestão sã e prudente da Cooperativa, gestão que tem em vista, prioritariamente, a salvaguarda dos direitos dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários (artºs 24º e 25º). Com exceção da Assembleia Geral, nos órgãos da Mútua passará a vigorar a regra de que, em sede de deliberações e em caso de empate, haverá lugar a nova deliberação tendo sempre o Presidente do Órgão “voto de qualidade” (artº30º).

No CA o Presidente (eleito pelos membros do órgão) só pode ser eleito para três mandatos consecutivos. Não são permitidas rotatividades durante o mandato, que “enfraqueceriam”, por falta de estabilidade interna do Órgão, a clareza dos requisitos que o RJASR e o CCoop impõem (artº 37º). No que respeita às suas competências (artº38º) elas configuram também a preocupação do CCoop e do RJASR de que o Órgão executivo cumpra interna e externamente, e de forma rigorosa e profissional,

as suas funções e responsabilidades de Seguradora cooperativa, incluindo o reporte de informação, nas condições exigidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), nomeadamente, através da seleção dos diretores de topo e dos responsáveis pelas funções-chave, que devem igualmente possuir os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade para os cargos que desempenham na estrutura.

O Conselho Fiscal (CF) tem os seus poderes reforçados para além dos vertidos do Código Cooperativo, designadamente para selecionar e propor à Assembleia Geral a eleição do Revisor Oficial de Contas (ROC) ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (DL nº 148/2015, de 9 de setembro) (artºs 41º a 44º). Também o ROC, no enquadramento muito rigoroso do RJASR, exerce as suas funções de revisão e de certificação de contas e dos elementos estabelecidos especificamente para a atividade seguradora, para além das demais funções e deveres previstos no Código (artº45º), sendo um importante auxiliar da boa gestão praticada na Mútua.

A Comissão de Avaliação e de Vencimentos (CAV) (artº46º a 48º) provém da exigência legal de a Cooperativa avaliar a adequação às funções das pessoas candidatas e membros do CA, CF e do ROC (artº 25º dos Estatutos), tendo também funções de deliberação sobre remunerações a atribuir aos membros dos Órgãos da Mútua.

Finalmente, em relação aos órgãos consultivos Conselho Nacional (CN) e Conselhos Regionais (CR), que refletem muito expressivamente a natureza democrática da Mútua, de destacar que o CN passa a integrar um representante dos trabalhadores, eleito por estes e que as competências e reuniões dos CR são ajustadas por forma a aumentar a sua representatividade e eficácia.

PÉS NO TERRENO

Em 2016 o CA pôs em marcha um plano de dinamização cooperativa com o objetivo de fortalecer a ligação dos cooperadores e segurados à sua cooperativa, e com isso desenvolver a cooperativa. Um plano assente em duas ações fundamentais que devem reger qualquer organização desta natureza: participação ativa dos associados na vida e na implementação das políticas da Cooperativa para uma gestão democrática da mesma (*ação contida no 2.º princípio cooperativo fixado pela Aliança Cooperativa Internacional – Gestão democrática pelos membros*); e levantamento dos problemas e anseios dos cooperadores e segurados, contribuindo para a sua resolução, valorizando as comunidades onde estão inseridos, e contribuindo para o seu desenvolvimento (*ação contida no 7º princípio cooperativo – Interesse pela comunidade*).

Realizaram-se mais de 20 reuniões, em Caminha, Esposende, Vila do Conde, Angeiras, Matosinhos, Peniche, Nazaré, Lagoa de Óbidos, Ericeira, Sesimbra, Tavira, Olhão, Quarteira, nos Açores, em Ponta Delgada, Horta e Santa Maria, e na Madeira, no Funchal, com cooperadores, dirigentes e organizações locais, agentes do poder público e várias organizações dos setores onde intervimos.

O Plano de ação tem também uma componente formativa, com o objetivo de dotar os dirigentes estatutários da Mútua de um conhecimento mais aprofundado sobre as principais características desta cooperativa de utentes de seguros, quer em termos do seu enquadramento no universo das demais organizações que pertencem ao setor cooperativo e social, quer em termos da sua qualidade de seguradora, com os produtos específicos para os vários ramos que explora, com que responde às necessidades dos seus públicos e mercados-alvo. Concebido em 2016 as primeiras ações de formação para os candidatos aos órgãos sociais desenrolaram-se já em 2017. Um plano formativo que visou também responder às exigências do novo RJASR no que respeita à necessidade de qualificação dos dirigentes.

Na esteira deste Plano tomaram-se também algumas medidas aprovadas na Assembleia geral de março, no sentido de reforço direto do número de cooperadores e de aumento de capital social: por um lado, facilitou-se a adesão dos cooperadores com a possibilidade de pagamento do capital mínimo de títulos em 5 anos, bem como criando um Fundo de Mutualista, nos termos do artigo 15º dos Estatutos, um instrumento de reforço do capital mutualístico, para melhor responder às necessidades e riscos dos nossos utentes, que assenta nos princípios mutualistas da reciprocidade, solidariedade e entreajuda. A partir de 1 de julho passou a ser cobrado 1 euro em cada recibo de prémio, revertendo esse valor para o Fundo. O resultado desta campanha foi notório, tendo-se conseguido aumentar em mais de 400 o número de cooperadores e em mais de 2.000 € os títulos subscritos e realizados, até ao final de 2016.

JORNADAS DO GRUPO MÚTUA

Não obstante em 2016 não termos realizado o nosso X Encontro, as Jornadas Técnico-comerciais do Grupo, este ano realizadas na Costa da Caparica, são sempre um momento de extrema importância para “traçar o rumo, tendo em vista um futuro equilibrado e sólido deste grupo cooperativo. Os contributos que resultam desta reflexão coletiva são ferramentas imprescindíveis na forma como preparamos a estrada pela qual pretendemos seguir.” Nestas Jornadas destacamos a apresentação, pelo Presidente do CA, do balanço da atividade do mandato 2013-2016. Este ano organizaram-se vários grupos para preparar temas para a discussão coletiva: Sustentabilidade da pesca e as suas implicações na Mútua; oportunidades e dificuldades na marítimo-turística e na náutica de recreio; o desafio do setor sindical; o setor público, as autarquias locais e as empresas municipais no Grupo; concorrência e tarifação; gestão da sinistralidade; importância das TIC no crescimento; marketing e comunicação no Grupo; a formação e os projetos como fatores de desenvolvimento e finalmente a campanha associativa e o reforço da Cooperativa. O grande desafio que temos pela frente continuará a ser melhorar a organização para crescer sustentadamente.

3.2. Segurança Marítima

Mantivemos a nossa participação regular e ativa nos trabalhos da CPASHM-Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, nomeadamente na elaboração de um novo questionário dirigido à pesca, acompanhando os exercícios de salvamento marítimo, denunciando e propondo medidas de combate às situações anómalas mais flagrantes que preocupam o setor da pesca e fazendo parte dos sub-grupos “Estatísticas” e “Farmácias de Bordo”. Neste grupo destacamos o empenho na recomposição das farmácias de bordo para melhor de adequarem à realidade da pesca. Encerrada, com êxito, a “Campanha para a Melhoria das Condições de Trabalho na Pesca”, na qual participámos, a ACT-Autoridade para as Condições de Trabalho convidou-nos para integrar um grupo de parceiros do setor para manter o diálogo e a intervenção sobre as condições de trabalho nessa atividade, que já está a funcionar. Continuamos a colaborar no programa “Mar Seguro”, dirigida pelo ISN-Instituto de Socorros a Náufragos. Integramos a parceria do “Clube do Mar”, que entre outras valências se preocupa com a situação da segurança marítima. A nossa campanha “Pés no Terreno”, prestou igualmente uma grande atenção à problemática da segurança marítima. Finalmente, os nossos meios de comunicação, tais como o site, facebook, newsletter “info-mútua” e principalmente a revista “Marés”, insistiram no enfoque às questões da segurança marítima, destacando aqui a rubrica dos testemunhos de pessoas que vivenciaram acidentes marítimos, e em especial o testemunho, na Marés 76, do agente da Polícia Marítima que salvou 2 dos pescadores do trágico acidente do arrastão Olívia Ribau em 2015.

3.3. Projetos

O Conselho de Administração sistematizou um conjunto de linhas mestras para o desenvolvimento desta área criando um grupo de trabalho para o efeito. Foram priorizadas algumas áreas de intervenção relacionadas, direta ou indiretamente, com a segurança e saúde, em torno das quais se deve centrar a ação da Mútua, quer para dar continuidade ao projeto Salva-Vidas dirigido também a outras atividades marítimas para além da pesca; conceber equipamento inovador para maior segurança no mar; ou testar e distribuir materiais pedagógicos sobre estas matérias (que integrem ações de formação específicas mas também para toda a nossa rede), bem como algumas ferramentas digitais que resultaram dos projetos que podem ser potenciadas, por exemplo para a formação à distância. As sinergias com a Sociedade Portuguesa de Saúde Marítima e a Estrela do Mar – Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca, devem também orientar-se para estas temáticas.

O plano de formação concebido e lançado em 2016 contempla já estas orientações, e no que respeita aos restantes projetos, procuraram-se em 2016, na esteira do que vem sendo a prática nesta área, fundos públicos disponíveis no quadro comunitário 2014-2020 mas sem sucesso, quer por força do atraso na implementação dos Fundos Mar 2020, quer pela exclusão da Mútua de algumas importantes linhas de financiamento dirigidas por exemplo às PME, por ser uma empresa da área financeira.

3.4. Setor Cooperativo e Social

Para além das ações no Plano interno de dinamização da Cooperativa, a Mútua continua a acompanhar a atividade das organizações do setor, em particular da CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, que em 2016 - decorrente das alterações estatutárias de dezembro de 2015 - admitiu como membros cooperativas de 1º grau, de ensino, cultura, serviços e multi-sectoriais, algumas das quais passaram a integrar os novos órgãos eleitos também em 2016: na Direção, aos representantes da FENACERCI (na Presidência) e FENACOOOP, juntou-se a cooperativa A BARRACA (ramo cultura). Na Mesa da Assembleia Geral, presidida por um representante da FENACOOOP, para além da FENACERCI, entrou a CRESAÇOR (multi setorial). O Conselho Fiscal, presidido por um representante da FENACHE, passou a contar com dois novos elementos, da CESPU (ensino) e da AUTOCOOP (serviço de táxis). Destacamos a participação na iniciativa Cooper(A)ção - Refletir para Agir, promovida pela CONFECOOP, bem como a presença na Feira “Portugal – Economia Social”, na FIL, uma iniciativa levada a cabo pela Associação Industrial de Lisboa e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Por fim uma menção à atribuição pelas CASES do Prémio Especial Personalidade do Ano, ao professor Rui Namorado.

3.5. Parcerias e intercooperação

Já no decorrer do ano de 2016, a Mútua foi convidada e aceitou integrar a parceria do DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) Costeiro Açores Oriental, aumentando para 10 os DLBC Costeiros de que faz parte.

Firmaram-se protocolos com a ARVC-Associação Regional de Vela do Centro (seguros para os seus associados), Associação David Melgueiro (atividades científicas marítimas), Instituto Politécnico de Santarém (Candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional) COFAC-Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C.r.l., (colaboração na área do ensino).

Integramos o Clube do Mar (observatório dos assuntos do mar nas suas diversas componentes).

Aceitámos continuar a participar no Dia Aberto nas Empresas (visita de estudantes) e aderir ao programa Best Inside View (acolhimento de estudantes).

Apoiámos os documentários “Bombordo” (uma colaboração que se iniciou já em 2014), “Mar de Sines”, “A um mar de distância” e “A Pesca do Bacalhau”.

Entre outros, iniciámos a colaboração com o projeto “Os Pescadores” (numa fase ainda embrionária, mas que continuará em 2017), baseado na obra homónima de Raul Brandão, e no seminário “A Pequena Pesca” organizado pela PongPesca, em que dinamizámos um painel sobre segurança marítima.

Continuámos a apoiar e acompanhar a Estrela do Mar – Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca, bem como os trabalhos da SPSM-Sociedade Portuguesa de Saúde Marítima, que em 2016 elegeu os novos órgãos sociais, contando agora com mais um quadro da Mútua na sua Direção, para além do Diretor Clínico. Repetimos a nossa colaboração na campanha do Pirilampo Mágico, promovida pela FENACERCI.

3.6. Acompanhamento Social

Destacamos no âmbito da ação social a intervenção junto dos familiares de 4 associados, vítimas mortais de acidentes de trabalho (1 acidente de trabalho não pesca, os restantes pesca) e dois processos graves de incapacidades resultantes de acidentes de trabalho na pesca.

3.7. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários

Em 2016 foram tratados e encerrados pelo Sistema de Audição 9 processos de reclamação - 8 com entrada em 2016 e 1 que transitou de 2015. Dois dos processos são reincidentes, sendo que um deles (de Mútua Lar), que em 2015 foi apresentado ao sistema interno de audição, foi em 2016 apresentado à ASF, seguindo depois para o Provedor do Utente, que propôs um parecer diferente do Sistema Interno. O outro foi um processo de Marítimo-recreio que seguiu o mesmo circuito, tendo contudo o Provedor mantido a mesma posição do Sistema. Das restantes 7 - 1 foi apresentada à ASF (de Mútua Lar), 1 no Livro de Reclamações (processo de AT Pesca), e os restantes ao sistema interno. Dos 9 processos, 8 tiveram resposta desfavorável e 1 teve resposta favorável. Relativamente aos ramos 2 são de Acidentes de trabalho (pesca), 3 de Marítimo-recreio e 4 de Incêndio/outros danos/responsabilidade civil (multiriscos condomínio).

3.8. Informação e Comunicação

Fomos aperfeiçoando o site e o facebook, os quais continuaram a divulgar quotidianamente as atividades e preocupações da Mútua, seus parceiros e comunidades.

Igualmente se publicou a newsletter “info-mútua”.

Foram editados os três números previstos anualmente para a “Marés”, sempre com o acompanhamento do Conselho Editorial e a participação coletiva de dirigentes, funcionários, colaboradores, parceiros e diversas entidades. Das Marés editadas destacamos a Marés 76, de dezembro, evocando o seu 30º aniversário que ininterruptamente tem sido a nossa ferramenta privilegiada de comunicação e a nossa imagem nas comunidades. Marés que lançou igualmente o 75º aniversário da Mútua, em 2017, distribuindo-se juntamente com a edição um separador de livros evocando as duas efemérides.

Continuamos também a publicar artigos em meios de comunicação externos como é nossa tradição, quando solicitados, ou nalguns casos, por nossa iniciativa.

Foram editados novos folhetos promocionais, dirigidos a mercados alvo específicos: pesca, cluster do mar, setor cooperativo e social.

3.9. Publicidade

No conjunto, entre anúncios, artigos e entrevistas sobre a Mútua, na comunicação social, impressa ou digital, apoios e patrocínios de natureza comercial ou cultural, encontros seminários, congressos e feiras, de caráter nacional ou regional, totalizámos 76 iniciativas, de que destacamos: Feira da Nauticampo, Feira Portugal Economia Social, Documentário “Bombordo”, 1º. Maio da CGTP em Lisboa e o IX Congresso da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.

Paralelamente, fomos distribuindo brindes, prospectos e revistas, sendo que no final do ano houve ainda lugar à oferta de agendas e de calendários.

3.10. Desenvolvimento de Produtos

Não havendo ainda desenvolvimentos nos dossiers relativos ao seguro obrigatório de Fenómenos Sísmicos para o risco habitacional e ao seguro bonificado de Aquacultura, cuja evolução não depende da nossa vontade, os trabalhos nesta área concentraram-se, fundamentalmente, no melhoramento dos produtos atuais, incluindo o aperfeiçoamento dos respetivos simuladores.

3.11. Coro Grupo Mútua

O Coro continua a sua atividade regular, sempre disponível para as iniciativas internas e também para as iniciativas externas quando solicitado. Em abril esteve a bordo do restaurante “O Cacilheiro”, atracado no Seixal, animando um jantar para amigos e familiares do Grupo. Em maio atuou na Feira Portugal Economia Social, na FIL, em Lisboa. Em junho esteve presente na inauguração de uma exposição de pintura de Stella Maris, no Museu Etnográfico de Mira, e também no Palácio da Independência em Lisboa, por ocasião de uma reunião do EuroFIA, o Grupo de Trabalho da Federação Internacional de Atores, para a Europa. Em setembro, por ocasião da receção organizada pela Mútua aos dirigentes da Mútua de Seguros de Pescadores Norueguesa – TROMSTRYGD, atuou no Museu Nacional de Arte Antiga, no jantar oferecido pela Mútua. Em outubro, a convite das associações Setubalpesca e Bivalmar participou na Semana do Mar de Setúbal, onde teve o privilégio de atuar a bordo do Navio Escola Sagres, para o seu comandante e tripulação. Em novembro deu um salto à Nazaré, a convite da CONFECOOP, para participar na “Cooper(A)ção – Refletir para Agir”. E finalmente como é tradição encerrou as Jornadas do

Grupo Mútua na Costa da Caparica, onde estreou a “Marcha Mútua”, composição de Adelino Cardoso, oferecida e dedicada ao Coro, com arranjos musicais e corais de Laryssa Bartenyeva e de Ivo Castro, respetivamente.

4. Recursos Humanos

4.1. Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 o número de trabalhadores era de 43 pessoas, incluindo os contratados a termo.

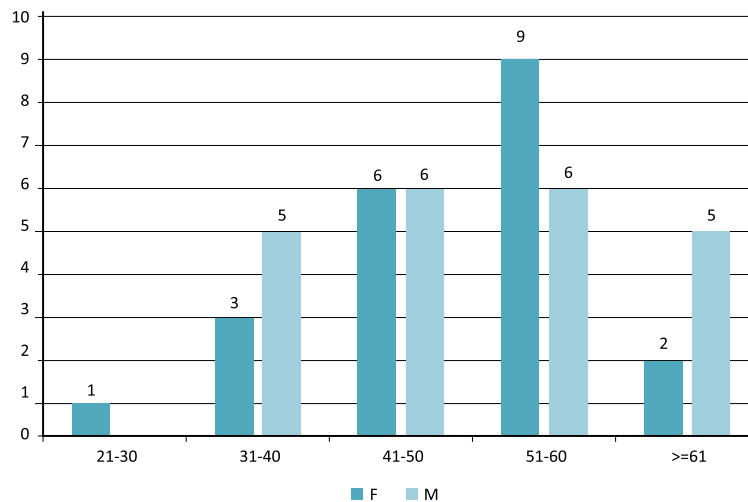
Mantemos uma distribuição equitativa entre elementos do sexo feminino e masculino.

(47%/53%).

Mantivemos em 2016 a avaliação de desempenho dos trabalhadores e chefias, relativamente ao trabalho prestado em 2015, de acordo com o manual relativo ao sistema de avaliação do desempenho existente na Mútua.

Gráfico 11 – Escalões etários

Continua a haver predominância de trabalhadores na faixa etária entre os 50 e 60 anos, nomeadamente do sexo feminino, mantendo a Mútua a sua política de renovação de quadros.



A antiguidade média dos trabalhadores é de 20 anos.

4.2. Formação

A Mútua dos Pescadores realizou internamente 3 ações de formação de acolhimento, totalizando 77 horas de formação.

7 trabalhadores dos quadros técnicos e 2 colaboradores (auditores internos) frequentaram 14 ações de formação no exterior, totalizando 152 h e 30´ de formação.

Acreditada desde 2011 para organizar, promover, desenvolver e executar intervenções ou atividades formativas nas áreas de desenvolvimento pessoal; finanças, banca e seguros; e segurança e higiene no trabalho, a 9 de dezembro de 2016 recebemos a aprovação do pedido de certificação pela DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, para as áreas de enquadramento na organização/empresa (ações de acolhimento, ações para dirigentes e trabalhadores que incidem sobre a dupla qualidade da nossa organização de seguradora cooperativa); finanças, banca e seguros (formação técnica à nossa rede) e segurança e higiene no trabalho (desenvolvimento do Salva-vidas, programa de formação para a salvaguarda da vida humana no mar, que teve a última edição em 2014). Inovamos na abordagem e metodologias, introduzindo já no plano de formação para 2017, lançado ao Grupo em 2016 nas Jornadas, a formação-ação fazendo da tomada de consciência de cada um, do impacto das suas ações na cadeia do risco – seja na análise ou prevenção, transferência do risco ou reparação e compensação – a matriz da formação, envolvendo formandos e equipa de formação na construção das ações de formação.

4.3. Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2016 foram realizados, no âmbito da Medicina no Trabalho, 35 Check Up's e efectuadas visitas, pelos respectivos técnicos, a 4 Dependências e Sede no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, bem como 13 consultas de acordo com as idades dos trabalhadores.

5. Acontecimentos subsequentes

Ao nível da estrutura de Governação da Mútua houve lugar, em janeiro de 2017, a uma mudança no Comité de Gestão – órgão de direção técnica constituído pelo Diretor Geral e por Diretores Coordenadores, que assegura a gestão corrente da Mútua, executando as políticas definidas pelo Conselho de Administração – assinalando-se a saída de José Manuel Jerónimo Teixeira do cargo de Diretor Geral, como decorrência da sua candidatura aos órgãos sociais da Mútua para o mandato 2017-2020, integrando a lista para o Conselho de Administração. Por esta razão, apesar de não ter havido alterações durante o

exercício de 2016, o presente Relatório é já assinado pelo novo Comité de Gestão, que passou a ter a seguinte composição:

- Ana Teresa Vicente – Diretora Geral
- Joaquim Simplicio – Diretor Geral Adjunto
- Sara Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro

6. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Avaliação e Vencimentos é o órgão social com competência para deliberar sobre as remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais da Mútua dos Pescadores.

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exerça funções executivas, quer relativamente aos não executivos.

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

Não existe avaliação do desempenho dos administradores executivos.

A remuneração dos outros órgãos é estabelecida em senhas de presença/perdas de maré quando se deslocam em serviço da empresa ou às reuniões periódicas dos órgãos que integram.

Todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais de contas, bem como as demais funções e deveres previstos na lei, estão atribuídos aos revisores oficiais de contas, que recebem uma avença mensal pela sua prestação de serviços.

6.1. Política de Remuneração dos colaboradores

A definição da política de remuneração relativamente aos colaboradores compete ao órgão de administração.

As remunerações aos membros do Comité de Gestão, bem como aos Diretores de Serviço, estão em conformidade com as tabelas e clausulado do CCT do setor segurador e tabela interna, também aplicável aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável, ou atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes.

Os valores das remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais e pelos membros do Comité de Gestão encontram-se divulgados no ponto 29 das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas que fazem parte integrante dos documentos anuais de prestação de contas.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Oliveira, Reis & Associados, SROC, Limitada, a quem compete proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas, para além das demais funções e deveres previstos na lei, recebe uma avença mensal pela sua prestação de serviços.

6.2. Declaração de cumprimento

Circular n.º 6/2010 de 1 de Abril da ASF – Recomendações de política de remuneração.

6.2.1. Aprovação da Política de Remuneração

A Mútua formalizou em documento autónomo a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e colaboradores a que se refere a Norma 5/2010 – R da ASF.

6.2.2. Comissão de Remuneração

Nos termos dos estatutos e como atrás se refere, a Comissão de Avaliação e Vencimentos é o órgão a quem compete deliberar sobre as remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais.

6.2.3. Remuneração dos membros do Órgão de Administração

- Remuneração dos membros executivos:

As remunerações dos dois administradores executivos foram deliberadas pela Comissão de Vencimentos, tendo em conta a natureza das suas responsabilidades e a natureza cooperativa da instituição e está em conformidade com as capacidades económicas e financeiras da mesma.

- Remuneração dos membros não executivos:

Estes membros não auferem qualquer remuneração fixa ou variável apenas sendo recompensados por senhas de presença/Perda de Maré quando participem em reuniões ou outros trabalhos pontuais da instituição.

- Indemnizações em caso de destituição:

Nada se encontra estabelecido sobre esta matéria.

6.2.4. Remunerações dos colaboradores

Conforme já foi referido as remunerações dos colaboradores a que se refere o n.º 2 do artigo 1º da Norma Regulamentar n.º 5/2010 é fixa e está de acordo com as suas responsabilidades e com a natureza cooperativa da instituição.

6.2.5. Avaliação da Política de Remuneração

Não existe neste momento qualquer avaliação da política de remuneração.

É feita anualmente uma avaliação de desempenho individual dos colaboradores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é um elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e que contribui para o alinhamento com os objetivos da empresa.

7. Outras Informações

O Conselho de Administração tem reunido com uma periodicidade mensal, acompanha a gestão corrente, deliberando sobre os assuntos mais importantes, aprova as políticas e define as orientações estratégicas. As reuniões ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais.

O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O Comité de Quadros é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos Serviços ou altamente qualificados na definição das medidas e ações a empreender, seu acompanhamento e a facilitar o alinhamento geral necessário.

Reúne bimestralmente procedendo à avaliação dos resultados das medidas e ações em cada trimestre e sobretudo a uma análise prospetiva.

Em 2016 desenvolveram atividade três grupos de trabalho:

Grupo de Trabalho	Objetivos
Comunicação	Analisa estratégias, meios e medidas de informação e comunicação sobre a Mútua, os setores e comunidades onde centra a sua atenção.
Fomento Cooperativo	Analisa ações para reforçar a participação dos cooperadores na vida da Mútua, assegurando uma maior fidelização à sua cooperativa e para ganhar novos cooperadores e por essa via, novos contratos de seguro, garantia base para a continuidade da cooperativa. Analisa as necessidades e possíveis respostas nas várias vertentes da formação, de dirigentes, cooperadores e trabalhadores.
Desenvolvimento Estratégico	Analisa a ação da Mútua nos vetores estratégicos que norteiam a sua atividade, inovando e procurando novos produtos e serviços e novas áreas de atuação, tendo em vista um crescimento sustentado da sua atividade.

8. Perspetivas para 2017

A Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL celebra este ano 75 anos, trabalhando diariamente para corresponder à confiança nela depositada pelos seus cooperadores, utentes, trabalhadores, dirigentes, fornecedores e reguladores. A nossa história acompanha a história de Portugal nestes últimos 75 anos, a história de resistência da pesca profissional e dos demais setores e comunidades onde desempenhamos a nossa atividade, preparados para o futuro, com os olhos no mar e os pés bem assentes na terra.

A celebração do 75º aniversário irá revestir diversas formas e mobilizar meios ao alcance da organização, garantindo que em todas as zonas dirigentes e trabalhadores estarão empenhados em intensificar as ações de aproximação aos cooperadores, para exercerem os seus mais amplos direitos associativos, dando expressão permanente e quotidiana aos princípios e valores cooperativos.

Em 2017 serão eleitos os novos membros dos órgãos sociais para o mandato 2017-2020, a quem compete desenvolver os Planos de Atividades e Orçamentos dos próximos quatro anos. É necessário preparar o ato eleitoral, em conformidade com a Lei, os Estatutos e Regulamentos e tudo fazer para o esclarecimento e participação dos cooperadores, a democraticidade do ato eleitoral, a serenidade e dignidade de todos os participantes.

Prosseguir o esforço de crescimento dos prémios obtidos em 2016, a liderança dos seguros da pesca e das atividades marítimo turísticas, procurar atingir a liderança a médio prazo na náutica de recreio e continuar a crescer nas comunidades ribeirinhas e outras atividades do cluster do mar, aprofundar a relação com o setor da economia social e continuar a privilegiar a sua ação de prevenção do risco, desenvolvendo ações de formação, projetos envolvendo as comunidades, parcerias e participações em ações e estruturas com este objetivo, são alguns dos demais objetivos para 2017.

9. Aplicação de Resultados

O saldo positivo de 341 486.33€ advém de negócios com cooperadores e com terceiros não cooperadores.

A distribuição do Resultado após impostos por ambos os grupos é feita pelo apuramento do peso de cada um nos Prémios Brutos Emitidos.

Com este critério os negócios com terceiros correspondem a 50% do total dos Prémios Brutos Emitidos.

Negócios com Terceiros – 170 743.17€

Excedente Relevante – 170 743.17€

A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados é a seguinte:

i) Para Reservas Obrigatórias

20 % para Reserva Legal , nos termos do art.º 54º 1-a) dos Estatutos, isto é 34 148.63 €;
1% para Reserva para Educação e Formação Cooperativa e Mutualista isto é 1 707.43 €.
O excedente não distribuível proveniente de negócios com Terceiros é igual a 170 743.17 €.

ii) Para o Fundo Mutualista:

5 % dos excedentes anuais líquidos provenientes de operações com os cooperadores, nos termos do art.º 54º 1-c) dos Estatutos, isto é 8 537.16 €;

iii) Juros aos cooperadores que subscreveram pelos menos 100 títulos há pelo menos 6 meses, à taxa de 0,5% arredondados por excesso, isto é 373 € (alínea b) do nº.1 do art.º 54º.dos Estatutos);

iv) Para Resultados Transitados:

O remanescente entre as aplicações atrás referidas e o excedente relevante, isto é 125 976.94 €;

10. Agradecimentos

Sem a confiança dos nossos cooperadores, tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras, estes resultados não seriam possíveis e por isso a todos estamos gratos.

Igualmente, estamos reconhecidos pelo apoio que os nossos resseguradores nos deram.

Os reguladores e supervisores, ASF e CASES, para além de merecerem o nosso respeito, merecem o nosso agradecimento pela compreensão e tratamento que nos dedicaram.

Às entidades públicas, e associativas com quem nos relacionamos agradecemos as atenções que nos dispensaram.

Aos fornecedores e demais parceiros com quem pudemos contar nesta jornada estamos gratos.

Aos trabalhadores e colaboradores, grandes responsáveis pelo caminho percorrido, expressamos o nosso reconhecimento, a nossa amizade e solidariedade.

Ao Diretor Coordenador, José Manuel Jerónimo Teixeira, que por sua opção cessou funções enquanto Diretor Geral, cargo que desempenhou durante mais de 30 anos, com enorme competência, dedicação e profunda lealdade, expressamos o nosso sentimento de admiração e gratidão.

Apresentando-se como candidato ao Conselho de Administração, na lista dos órgãos sociais para o mandato 2017-2020, fica-nos a certeza de que continuaremos a contar com o seu empenho e inestimável contributo para o sucesso da Mútua no desenvolvimento da sua missão e objeto social.

Lisboa, 1 de março de 2017

O Conselho de Administração

José António Bombas Amador – Presidente
Arsénio Marques Caetano
Genuíno A. Goulart Madruga
Jerónimo Gomes Viana
Jorge André Ferreira Timóteo
João Nuno Calado Pimenta Lopes
João Paulo Quinzico Delgado

O Comité de Gestão

Ana Teresa Vicente – Diretora Geral
Joaquim Simplicio – Diretor Geral Adjunto
Sara Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
8/11/34	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	709 448	0	709 448	230 784
7/11	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	65 504	0	65 504	82 635
	Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0
	Derivados de cobertura	0	0	0	0
6/11	Ativos disponíveis para venda	19 248 970	0	19 248 970	16 809 327
6/11	Empréstimos e contas a receber	1 674 495	0	1 674 495	1 318 178
	Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
	Outros depósitos	1 501 801	0	1 501 801	1 165 628
	Empréstimos concedidos	172 694	0	172 694	152 549
	Contas a receber	0	0	0	0
	Outros	0	0	0	0
6/11	Investimentos a deter até à maturidade	694 892	0	694 892	2 056 681
6/9/11	Terrenos e edifícios	7 575 600	47 391	7 528 209	7 574 178
	Terrenos e edifícios de uso próprio	3 325 000	47 391	3 277 609	3 330 578
	Terrenos e edifícios de rendimento	4 250 600	0	4 250 600	4 243 600
4/10/11	Outros ativos tangíveis	1 380 911	1 237 995	142 916	86 624
	Inventários	0	0	0	0
	Goodwill	0	0	0	0
	Outros ativos intangíveis	0	0	0	0
	Provisões técnicas de resseguro cedido	3 966 586	0	3 966 586	4 174 589
	Provisão para prémios não adquiridos	567 138	0	567 138	550 670
	Provisão matemática do ramo vida	0	0	0	0
	Provisão para sinistros	3 399 447	0	3 399 447	3 623 919
	Provisão para participação nos resultados	0	0	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0	0	0
23	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 266 232	0	1 266 232	1 266 802
4/13/26	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4 143 281	1 734 919	2 408 362	4 015 349
	Contas a receber por operações de seguro direto	2 140 399	1 067 545	1 072 853	1 912 474
	Contas a receber por outras operações de resseguro	53 048	0	53 048	968 702
	Contas a receber por outras operações	1 949 834	667 373	1 282 460	1 134 174
24	Ativos por impostos	348 081	0	348 081	425 093
	Ativos por impostos correntes	66 449	0	66 449	195 574
	Ativos por impostos diferidos	281 632	0	281 632	229 519
	Acréscimos e diferimentos	23 191	0	23 191	75 867
	Outros elementos do ativo	0	0	0	0
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0
	TOTAL ATIVO	41 097 192	3 020 305	38 076 887	38 116 105

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
n.º 31942

O Conselho de Administração,
José António Bombas Amador (Presidente), Arsénio Marques Caetano, Genuíno A. Goulart Madruga,
Jerónimo Gomes Viana, Jorge André Ferreira Timóteo, João Nuno Calado Pimenta Lopes, João Paulo Quinzico Delgado

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4/25	Provisões técnicas	18 664 783	18 845 160
	Provisão para prémios não adquiridos	876 776	836 604
	Provisão matemática do ramo vida	0	0
	Provisão para sinistros	17 236 522	17 537 353
	De vida	0	0
	De acidentes de trabalho	13 252 358	13 073 598
	De outros ramos	3 984 163	4 463 755
	Provisão para participação nos resultados	0	0
	Provisão para compromissos de taxa	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0
	Provisão para desvios de sinistralidade	58 500	53 500
	Provisão para riscos em curso	492 986	417 702
	Outras provisões técnicas	0	0
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0
	Outros passivos financeiros	4 094 958	4 169 069
	Derivados de cobertura	0	0
	Passivos subordinados	0	0
	Depósitos recebidos de resseguradores	4 094 958	4 169 069
	Outros	0	0
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1 231 742	1 248 080
27	Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 366 024	3 204 645
	Contas a pagar por operações de seguro direto	2 866 822	3 027 990
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	251 450	44 651
	Contas a pagar por outras operações	247 752	132 005
24	Passivos por impostos	1 416 062	1 449 264
	Passivos por impostos correntes	1 090 474	1 185 266
	Passivos por impostos diferidos	325 588	263 998
	Acréscimos e diferimentos	396 822	413 862
	Outras Provisões	0	0
	Outros Passivos	0	0
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0	0
	TOTAL PASSIVO	29 170 392	29 330 081
	CAPITAL PRÓPRIO		
28	Capital	5 011 046	5 081 916
	(Ações Próprias)	0	0
	Outros instrumentos de capital	0	0
29	Reservas de reavaliação	1 339 559	1 437 814
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	602 838	685 691
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	736 721	752 124
	Por revalorização de ativos intangíveis	0	0
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0
	De diferenças de câmbio	0	0
24/29	Reserva por impostos diferidos	-176 218	-194 694
29	Outras reservas	1 046 611	832 143
29	Resultados transitados	1 344 011	1 297 988
29	Resultado do exercício	341 486	330 858
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	8 906 496	8 786 024
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	38 076 887	38 116 105

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
2.2/14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	0	5 654 194	0	5 654 194	4 774 647
	Prémios brutos emitidos	0	8 515 981	0	8 515 981	7 757 873
	Prémios de resseguro cedido	0	-2 833 413	0	-2 833 413	-2 998 389
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	0	-44 843	0	-44 843	-8 510
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	0	16 469	0	16 469	23 673
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0	0	0	0	0
2.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	0	5 137 432	0	5 137 432	4 286 772
	Montantes pagos	0	4 949 879	0	4 949 879	3 969 040
	Montantes brutos	0	6 822 876	0	6 822 876	5 487 261
	Parte dos resseguradores	0	-1 872 998	0	-1 872 998	-1 518 221
	Provisão para sinistros (variação)	0	187 554	0	187 554	317 731
	Montante bruto	0	156 834	0	156 834	1 530 703
	Parte dos resseguradores	0	30 719	0	30 719	-1 212 972
4.5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0	80 284	0	80 284	75 992
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	0	0	0	0	0
	Montante bruto	0	0	0	0	0
	Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	0	0	0	0	0
15/21/22	Custos e gastos de exploração líquidos	0	1 048 778	0	1 048 778	763 252
	Custos de aquisição	0	884 206	0	884 206	851 007
	Custos de aquisição diferidos (variação)	0	-4 671	0	-4 671	7 977
	Gastos administrativos	0	940 964	0	940 964	784 473
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	0	-771 721	0	-771 721	-880 206
16	Rendimentos	0	795 880	40 053	835 933	878 513
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	596 553	0	596 553	633 131
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	199 326	40 053	239 379	245 382
21/22	Gastos financeiros	0	303 038	10 003	313 041	304 205
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	62 963	0	62 963	56 968
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	0	240 075	10 003	250 078	247 237

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
n.º 31942

O Conselho de Administração,
José António Bombas Amador (Presidente), Arsénio Marques Caetano, Genuino A. Goulart Madruga,
Jerónimo Gomes Viana, Jorge André Ferreira Timóteo, João Nuno Calado Pimenta Lopes, João Paulo Quinzico Delgado

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
17/18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	0	296 770	15 504	312 275	-23 017
	De ativos disponíveis para venda	0	311 605	0	311 605	0
	De empréstimos e contas a receber	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De outros	0	-14 834	15 504	670	-23 017
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Diferenças de câmbio	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0	0
6/18	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0	177 685	137 644	315 329	14 474
	De ativos disponíveis para venda	0	177 685	0	177 685	14 474
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0	0	0	0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0	0
	De outros	0	0	137 644	137 644	0
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	68 604	0	68 604	-4 838
13	Outras provisões (variação)	0	0	-311 264	-311 264	41 808
	Outros rendimentos/gastos	0	0	105 321	105 321	241 662
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0	0	0	0	0
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	0
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	0	68 230	324 495	392 726	380 464
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	0	17 995	85 582	103 578	60 198
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	0	-9 093	-43 245	-52 338	-10 592
29	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	59 328	282 158	341 486	330 858

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
n.º 31942

O Conselho de Administração,
José António Bombas Amador (Presidente), Arsénio Marques Caetano, Genuino A. Goulart Madruga,
Jerónimo Gomes Viana, Jorge André Ferreira Timóteo, João Nuno Calado Pimenta Lopes, João Paulo Quinzico Delgado

(Valores em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Ações próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas de reavaliação		
				Instru-mentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio
	Balanço a 31 de Dezembro n-1 (balanço de abertura)	5 081 916	0	0	0	0	0	685 691	752 124
	Correcções de erros (IAS 8)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Balanço de abertura alterado	5 081 916	0	0	0	0	0	685 691	752 124
28	Aumentos/reduções de capital	-70 870	0	0	0	0	0	0	0
	Transacção de acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0	0	0	0	0
29.2	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0	-82 853	0
29.2	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0	0	0	0	0	0	0	-15 402
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0
24	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0
	Distribuição de reservas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Distribuição de lucros/prejuízos	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alterações de estimativas contabilísticas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total das variações do capital próprio	-70 870	0	0	0	0	0	-82 853	-15 402
	Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	0
	Distribuição antecipada de lucros	0	0	0	0	0	0	0	0
	Balanço a 31 de Dezembro n	5 011 046	0	0	0	0	0	602 838	736 722

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
n.º 31942

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E CONTA DE GANHOS E PERDAS

1. Informações gerais

1.1 Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu País de registo e o endereço da Sede registada (e o local principal dos negócios, se diferente da Sede registada).

A Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., doravante designada por Mútua ou Companhia, foi constituída em 1942, e desde 01 de Janeiro de 2004 adotou a forma jurídica de Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

Tem a sua sede e domicílio fiscal na Av. Santos Dumont, 57- 6º, 7º, e 8º - 1050 - 202 Lisboa.

1.2 Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera.

A Mútua dedica-se ao exercício da atividade de seguros Não - Vida, nos ramos: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Embarcações Marítimas, Lacustres e Fluviais (designado por "Marítimo"), Incêndio e Outros Danos em Coisas (também designado por Multiriscos).

Não comercializa contratos de investimento ou de prestação de serviços.

Tradicionalmente, os ramos mais importantes, em termos de volumes de prémios, são os ramos de Acidentes de Trabalho, com 53% e Marítimo com 32%, cabendo a Acidentes Pessoais 12% e ao Multiriscos 3%, do total dos prémios emitidos em 2016, centrados na totalidade em Portugal.

2. Informação por segmentos

2.1 Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento de negócio relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário.

Considera-se um segmento de negócio a um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, também sujeito a riscos e proveitos.

A Mútua considera o segmento de negócio como o segmento principal, e efetua o seu relato da informação por ramos, como segue: Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos em Coisas e Marítimo.

Modalidades incluídas em cada segmento de negócio:

Acidentes de Trabalho

- Trabalhadores por Conta de Outrem
- Trabalhadores Independentes
- Subscritores da Caixa Geral de Aposentações
- Transferência de Pensões

Acidentes Pessoais

- Individual/Grupo, Escolar, Formandos, Bombeiros, Autarcas
- Lazer (onde se incluí o Desporto Amador), Viagem, Mergulho, Pesca Desportiva

Seguros Patrimoniais

- Incêndio
- Multiriscos (Habitação, Condomínio, PME)
- Aquacultura

Marítimo

- Cascos - Embarcações de Pesca
- Cascos - Embarcações de Marítimo/Turística e de Barcos de Recreio

No segmento de França apenas estão incluídas as seguintes modalidades:

Acidentes Pessoais

- Individual/Grupo

Marítimo

- Cascos - Embarcações de Pesca

Nota - A partir de 2013 a Mútua abandonou progressivamente o mercado de França. Em 2016 não se registou qualquer prémio de seguro direto e de resseguro. Apenas mantém provisões.

2.2 Relato por segmentos de negócio e por segmentos geográficos.

A produção de prémios por segmentos, de negócio e geográfico, constam dos quadros abaixo.

2016

(valores em euros)

Resultado por Segmento Negócio	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Incêndio e Elem. Natureza	Multi Riscos	Marítimo	Total Não Vida
Prémios Brutos Emitidos	4.543.175	987.247	922	270.959	2.713.677	8.515.981
Prémios de Resseguro Cedido	128.426	359.539	830	237.973	2.106.645	2.833.413
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	4.396.777	624.093	93	33.481	599.749	5.654.194
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	4.300.628	208.174	0	41.972	586.658	5.137.433
Custos Exploração Líquidos Resseguro	335.868	137.658	125	69.986	505.142	1.048.778
Resultados dos Investimentos	546.304	20.321	42	9.048	104.816	680.532
Resultado Técnico	303.280	298.581	8	-79.356	-454.283	68.230
Provisões Técnicas	13.478.651	867.526	2.781	344.558	3.971.267	18.664.783
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	21.619.375	1.116.230	3.336	443.022	5.109.436	28.291.399

2015

(valores em euros)

Resultado por Segmento Negócio	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Incêndio e Elem. Natureza	Multi Riscos	Marítimo	Total Não Vida
Prémios Brutos Emitidos	3.940.654	951.466	951	284.478	2.580.325	7.757.873
Prémios de Resseguro Cedido	390.832	368.495	836	249.419	1.988.807	2.998.389
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	3.567.974	572.713	155	49.519	584.286	4.774.647
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	3.474.071	262.384	0	57.610	492.707	4.286.772
Custos Exploração Líquidos Resseguro	287.373	71.359	103	73.129	331.288	763.252
Resultados dos Investimentos	418.006	17.233	43	5.660	59.200	500.142
Resultado Técnico	179.666	256.203	677	-49.154	-238.619	148.773
Provisões Técnicas	13.279.986	1.102.053	2.745	361.789	4.098.587	18.845.160
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	21.429.375	1.063.984	2.650	349.434	3.958.162	26.803.604

(valores em euros)

Resultado por Segmento Geográfico	2016			2015		
	Portugal	França	Totais	Portugal	França	Totais
Prémios Brutos Emitidos	8.515.981	0	8.515.981	7.768.843	-10.970	7.757.873
Prémios de Resseguro Cedido	2.833.413	0	2.833.413	2.990.618	7.771	2.998.389
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	5.654.194	0	5.654.194	4.793.388	-18.741	4.774.647
Custos Sinistro Líquidos Resseguro	5.137.433	0	5.137.433	4.286.139	633	4.286.772
Custos Exploração Líquidos Resseguro	1.048.778	0	1.048.778	767.148	-3.897	763.252
Resultados dos Investimentos	680.159	373	680.532	500.075	66	500.142
Resultado Técnico	67.858	373	68.230	164.184	-15.411	148.773
Provisões Técnicas	18.654.564	10.219	18.664.783	18.842.660	2.500	18.845.160
Investimentos Afetos à Representação das Provisões Técnicas	28.275.909	15.490	28.291.399	26.800.048	3.556	26.803.604

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1 Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos ativos, passivos e rubricas do capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) com o objetivo de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro, dos fluxos de caixa e demonstração do rendimento integral, de forma compreensível para os utentes e com utilidade determinada pela relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras estão elaboradas em respeito aos pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade com vista à apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da empresa de seguros, e estão expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida a 25 de fevereiro 2017.

a) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objetivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis à Companhia:

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo.

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente

atribuíveis, exceto para ativos e passivos ao justo valor através de ganhos e perdas em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em ganhos e perdas.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado,
- que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou
- que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à exceção da categoria dos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transação reconhecidos em ganhos e perdas.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado ativo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado ativo. Um mercado é considerado ativo se ocorrerem transações de forma regular.

O desreconhecimento dos ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do ativo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Mútua tenha transferido o controlo sobre esses ativos.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capital próprio até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capital próprio é transferido para ganhos e perdas.

Para os ativos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer perda por imparidade registada por contrapartida de ganhos e perdas.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Imparidade

A Mútua avalia, em cada data de relato, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade. Considera-se que um ativo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

b) Passivos financeiros

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A Mútua classifica os passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, à exceção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transação reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na conta de ganhos e perdas aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efetivo.

c) Resseguro

No decurso da sua atividade a Mútua cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua atividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

d) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

As rubricas do capital próprio resultam das várias bases de mensuração utilizadas.

O capital social acima dos 5 000 000€ é transferido para passivo, de acordo com o normativo contabilístico, exceto o fundo mutualista (ver Nota 28.2 e quadro 29.2).

e) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva. Sempre que se registem indícios de que um ativo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os ativos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Mútua considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

g) Provisões não técnicas

A Mútua constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e esta possa ser determinada com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

h) Imóveis de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são mensurados através do seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos. A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

i) Imóveis de rendimento

Os imóveis de rendimento são os imóveis detidos pela Mútua com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 3 anos.

j) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Mútua no decurso da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Mútua.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Outros Ativos Fixos Tangíveis	% Amortização
Equipamento Administrativo	20
Máquinas e Ferramentas	20
Equipamento Informático	33,33
Instalações Interiores	10
Material de Transporte	25
Equipamento Hospitalar	20
Outro Equipamento	12,5
Património Artístico	12,5

Um item do ativo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do ativo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.

A Mútua efetua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

k) Imparidade de Ativos não financeiros

A Mútua avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado ativo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um ativo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a Companhia estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o ativo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a Mútua reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

l) Locações

Locações Operacionais

Os pagamentos efetuados pela Mútua no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

m) Contratos de seguro

A Mútua emite contratos de seguro, que cobrem riscos cobertos pelas respetivas apólices. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, cosseguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de resseguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Dado que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos reflete a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes.

O valor desta provisão resultou do cálculo contrato a contrato, por aplicação do método "pro-rata temporis" de acordo com Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, a partir dos prémios brutos emitidos do seguro direto.

As despesas relativas aos custos de aquisição de contratos de seguro são diferidos acompanhando o diferimento dos prémios não adquiridos, não ultrapassando 20% dos respetivos prémios, de acordo com norma da ASF.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, relativos a exercícios seguintes, são mensurados tendo por base um método atuarial, no caso dos seguros e operações cujo período de cobertura seja superior a um ano.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. O diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

O método de cálculo para a provisão de sinistros não declarados tem por base o nº de sinistros e a media de custos por sinistros.

Determinação de quantidade de sinistros abertos após o ano de ocorrência – construção de uma matriz de run-off ano de ocorrência versus ano de abertura aplicando o método de Link-ratios average;

Determinação do custo médio dos sinistros – valor encontrado a partir do L-Ultimate obtido na triangularização da provisão para sinistros (Montantes Pagos) dividido pelo nº último de sinistros.

A estimativa do montante necessário de provisão é encontrada pela multiplicação dos fatores atrás indicados.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Mútua.

n) Provisão para o FAT

A Mútua registou na rubrica de impostos correntes um passivo, que corresponde ao valor atualizado das responsabilidades da Companhia com o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

o) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, ativo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.2 Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.

Novas normas e alterações das normas e interpretações:

A Mútua procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações pela primeira vez, que são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016.

A Mútua não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não esteja em vigor. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2016, as mesmas não apresentaram qualquer impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Mútua.

A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como seguem:

IAS 16 e IAS 38 (alterações) – métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos

Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações e amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

Estas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua visto a Companhia não proceder à depreciação dos seus tangíveis de acordo com o método do rédito.

IAS 1 (alteração) - Revisão às divulgações das demonstrações financeiras

Esta alteração dá indicações relativas sobre a materialidade e agregação, apresentação de subtotais, estrutura das demonstrações financeiras, divulgação das políticas contabilísticas, e apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 16 e IAS 41 (alterações) - Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis

Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

Esta alteração não é relevante para a Mútua uma vez que a Companhia não apresenta ativos biológicos.

IAS 27 (alteração) - Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Esta alteração não apresentará um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 19 (alteração) - Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados

A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

Esta alteração não produzirá qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 10, 12 e IAS 28 (alterações) - Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar

Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”.

Estas alterações não conduzirão a impactos significativos nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 11 (alteração) - Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta

Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais.

Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

Melhorias às normas 2010 – 2012

Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

Melhorias às normas 2012 - 2014

Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.3 Normas emitidas cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou

IFRS 9 (nova) - 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

Esta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 15 (nova) - Rédito de contractos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018)

Esta nova norma aplica-se apenas a contractos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.

Esta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.4 Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou.

IAS 7 (alteração) - Revisão às divulgações - (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Estas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 12 (alteração) - Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos activos sobre perdas potenciais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.

Esta alteração não apresentará qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IAS 40 (alteração) - Transferência de propriedades de investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.

Estas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 2 (alteração) - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018)

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma execução aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

Esta alteração não produzirá qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 4 (alteração). - Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018))

Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Esta alteração não produzirá qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Mútua.

Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018)

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

Estas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRS 16 (nova) - Locações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019)

Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017)

Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Estas melhorias não terão impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

IFRIC 22 (nova) - Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018).

Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A interpretação não terá impacto nas demonstrações financeiras da Mútua.

3.5 Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

As estimativas contabilísticas referentes às provisões para sinistros usam custo médio do sinistro para o respetivo cálculo ou avaliação por perito. Uma alteração significativa destes valores estimados tem impacto significativo nas provisões constituídas.

A taxa de juro técnica da provisão matemática tem por base o ponto 4) ii. e uma baixa significativa na taxa de rendimento dos investimentos a representar esta provisão tem um impacto forte no seu valor.

Provisão para recibos por cobrar

O ajustamento para Recibos Por Cobrar tem implícita a possibilidade de devolução de saldos credores em conta corrente. Uma maior taxa de devolução implica menores valores para cobrança e conseqüentemente maior volume de recibos de prémio por cobrar.

Justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros

A Companhia mensura os seus instrumentos financeiros tais como os ativos financeiros disponíveis para venda, imóveis de uso próprio e de rendimento ao justo valor.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados ativos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do método dos cash flows descontados. O justo valor de um ativo não financeiro é determinado tendo em consideração a capacidade de um participante de mercado em gerar benefícios económicos através da utilização ou alienação de um ativo a um outro participante no mercado que utilizaria esse mesmo ativo, através do seu melhor uso.

Os dados de base a estes modelos são calculados com base na informação disponível de mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca destes fatores podem afetar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

- Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado ativo para um instrumento idêntico;
- Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer diretamente (ou seja, como preços), ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados como utilização de preços em mercados cotados em mercados ativos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos ativos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam diretamente ou indiretamente observáveis a partir de dados de mercado; e
- Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para refletir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados ativos são baseados em preços de mercados cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, a Companhia determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor atual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações e bilhetes de tesouro. O objetivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflète o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado atuando numa base comercial.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Mútua determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento por parte do órgão de gestão. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Os critérios para a determinação de imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda apresentam-se como segue:

- Instrumentos de capital

Decréscimos significativos na cotação (superior ou igual a 35%) ou prolongados no tempo (decréscimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

- Instrumentos de Dívida (Obrigações)

Dificuldade financeira significativa do emitente; apresentação à falência; Descida de rating; incumprimento de pagamento de capital ou juros; decréscimos significativos e prolongados na cotação.

A utilização de metodologias alternativas bem como de diferentes pressupostos poderá resultar diferenças significativas com o consequente impacto nos resultados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Mútua com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia, sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro

4.1 Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo nomeadamente:

a) Informação acerca das políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e a ativos, passivos, rendimentos e custos ou ganhos relacionados.

Como referido em 3.1 onde são descritas as bases de mensuração usadas é utilizado o princípio da especialização dos exercícios.

A Mútua realiza no final de cada exercício especializações contabilísticas de custos e proveitos.

i. Provisão para Prémios Não Adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes.

O valor desta provisão resultou do cálculo contrato a contrato, por aplicação do método “pro-rata temporis” de acordo com Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, a partir dos prémios brutos emitidos do seguro direto.

As despesas relativas aos custos de aquisição de contratos de seguros são diferidas acompanhando o diferimento dos prémios não adquiridos, não ultrapassando 20% dos respetivos prémios, de acordo com norma da ASF.

ii. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Mútua suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até final do exercício, quer tenham sido participado quer não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros.

Os métodos de cálculo das provisões para sinistros são variáveis consoante os ramos e dentro destes consoante o tipo de sinistros em questão:

- Em Acidentes de Trabalho, manteve-se em 2016, o método de cálculo da Provisão para Outras Prestações e Custos relativamente aos anos anteriores.

As provisões iniciais são calculadas com base no “Custo médio da lesão” sendo atempadamente ajustadas face a uma apreciação casuística do processo.

Nos casos mais graves é feito de imediato uma avaliação individual.

- As Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com o disposto na Norma Regulamentar nº. 10/2016-R de 15 de Setembro, considerando-se nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis a Tabela de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro

técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de Janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%.

- Relativamente à Provisão respeitante aos encargos com Assistência Vitalícia seguimos critérios objetivos para a sua identificação e o seu cálculo, tendo por base uma estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias e a idade do pensionista, corresponde ao valor atual da responsabilidade utilizando a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4%, uma taxa de inflação de 1.6% e encargos de gestão de 1%.
- Para os Sinistros de Acidentes Pessoais a provisão é definida à data do sinistro, caso a caso, e é geralmente igual ao capital seguro.
- Para os sinistros Marítimos a provisão é calculada com base no custo estimado das avarias reclamadas e/ou de peritagem.
- Nos sinistros respeitantes a Incêndio e Multiriscos é também utilizada a peritagem.

Na Provisão para Sinistros estão incluídos os custos estimados de gestão de sinistros correspondentes a sinistros a regularizar bem como os custos estimados dos sinistros ocorridos mas ainda não participados a 31 de Dezembro. Em Acidentes de Trabalho é ainda incluída uma provisão para presumíveis incapacidades permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados e uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

iii. Provisão para Riscos em Curso

Calculada de acordo com Norma Regulamentar nº. 10/2016-R, de 15 de Setembro, corresponde ao valor necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedem o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Provisão constituída é o resultado do produto da soma dos rácios de custos (Sinistralidade, Cedência e Despesas de Exploração), no que excede 100%, pelos Prémios Exigíveis mais os Prémios Emitidos em Janeiro de 2017.

iv. Provisão para Desvios de Sinistralidade – Fenómenos Sísmicos

Constituída por aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia, adicionado em cada ano de um montante prudencial.

v. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

São determinadas de acordo com os mesmos critérios aplicados para o seguro direto, considerando as percentagens de cedência e o clausulado dos respetivos tratados.

vi. Ajustamento de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como finalidade adequar o montante dos prémios em cobrança ao seu valor de realização.

Os recibos de prémio de seguro por cobrar em 31 de Dezembro de 2016 encontram-se refletidos na conta 40 3 Tomadores de Seguro – Recibos por cobrar.

No cálculo dos fluxos monetários a considerar para efeitos de imparidade, aplicamos os critérios estabelecidos pela ASF nomeadamente o estabelecido na circular 9/2008 de 27 Novembro, considerando como indicador, numa base coletiva, os critérios anteriormente utilizados na determinação da Provisão para Recibos por Cobrar tendo em consideração as alterações posteriormente recomendadas e a nossa experiência no que respeita às liquidações obtidas através da dedução de valores nas operações de venda ou descarga (Lotas).

O valor apurado é registado na conta “Ajustamentos de recibos por Cobrar”.

Relativamente aos créditos de cobrança duvidosa é também reconhecido, de acordo com o risco de cobrança, perdas de imparidade, cujo valor é registado na conta “Ajustamento de créditos de Cobrança Duvidosa”.

vii. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

- Os ativos fixos tangíveis, estão contabilizados ao custo histórico, exceto se reavaliados legalmente.

As depreciações e amortizações estão calculadas por aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens do ativo tangível.

- Inventários, contabilizados ao custo histórico.

b) Pressupostos adotados e resumo das principais hipóteses consideradas no Cálculo da Provisão Matemática relativa ao seguro de Acidentes de Trabalho

- Tal como referido no ponto ii) da alínea anterior em termos de Provisão Matemática, o seu valor foi calculado considerando-se, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis, a Tábua de Mortalidade TD 88/90 e a taxa de juro técnica de 5,25% (Portaria 11/2000 de 13 de Janeiro) e nas restantes pensões, resultantes de sinistros ocorridos até 01.01.2016, exclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 4% e encargos de gestão de 1%. Para as pensões resultantes de sinistros ocorridos a partir de 01.01.2016, inclusive, a Tábua de Mortalidade TV 73-77, uma taxa de juro técnica de 3,5% e encargos de gestão de 1%.

Na Provisão para Sinistros não Declarados manteve-se o método seguido nos anos anteriores com a inclusão dos custos de gestão imputados e uma Provisão IBNR – pensões, em AT, que corresponde a uma provisão para presumíveis incapacidades Permanentes de processos de sinistro ocorridos mas ainda não declarados que se encontra incluída na Provisão Matemática – Presumíveis.

O aprovisionamento respeitante aos encargos com assistência vitalícia, que teve por base a estimativa de custos anuais com responsabilidades vitalícias com uma taxa de inflação de 1.6%, corresponde ao valor atual da responsabilidade utilizando as bases técnicas aplicadas no cálculo das provisões matemáticas incluindo uma provisão para fazer face ao risco de Assistência Vitalícia por identificar e à evolução dos encargos já identificados.

c) Informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores de seguros ou beneficiários e dos montantes efetivamente atribuídos como participação nos resultados

- Não aplicável

d) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar ativos e passivos por contratos de seguro, mostrando separadamente o efeito de cada alteração que tenha um efeito material nas demonstrações financeiras

No ponto 3.3 referem-se as estimativas contabilísticas de maior impacto. A alteração dos seus pressupostos mais significativos, teria o seguinte impacto nos custos do exercício:

(em milhares de euros)

Estimativa	Alteração	Impacto
Provisão para sinistros – Custo médio ou peritação (ano 2016)	Acréscimo 25%	633
Provisão Matemática -Taxa Juro Técnica	Descida de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5%para 3% ano sin 2016	1 212
Ajustamento de Recibos por Cobrar	Aumento da taxa de devolução de 86% para 100% nos saldos credores em conta corrente	230

Nota: O acréscimo de 25% foi considerado em Acidentes de Trabalho (Provisão para Outras Prestações e Custos) e em Acidentes Pessoais, Multirriscos e Marítimo para a totalidade da Provisão para Sinistros, respeitante ao ano de ocorrência de 2016. Não foram considerados os Custos de Gestão.

e) Reconciliações de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados

i. Explicitação de reajustamentos relevantes na Provisão para sinistros (Anexo 2) e discriminação dos custos com sinistros (Anexo 3)

Os reajustamentos relevados no anexo 2 e 3 para as rubricas Provisão para Sinistros e Custos com Sinistros, respetivamente, são resultantes da atividade normal da empresa.

Realçamos no ramo Marítimo a libertação de provisão no encerramento do processo de sinistro relativo à embarcação “Olívia Ribau” – ano 2015, bem como o fecho de 2 processos de sinistro – anos 2010 e 2015- sem responsabilidade.

ii. Descrição, com relação à provisão para participação nos resultados, dos movimentos efetuados

- Não aplicável

4.2 Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos de contratos de seguro, métodos de gestão, processos de aceitação, avaliação, monitorização e controlo

A Mútua dos Pescadores, através dos contratos de seguro que celebra, assume riscos.

No que respeita ao Risco Específico de Seguros, definido de acordo com a Norma Regulamentar nº. 14/2005- R de 29 de Novembro e que corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de aprovisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro, realçamos:

i. No Desenho de Produtos (novo produto):

O risco surge nesta fase ligado aos processos de desenho de produtos e de tarifação e consiste na empresa assumir riscos não identificados na fase de desenho e de definição do preço do seguro.

Neste contexto indicamos como princípios orientadores:

- O enquadramento nos vetores estratégicos definidos pela empresa;
- A identificação do público-alvo e das suas necessidades;
- A análise de mercado, com as suas constantes evoluções;
- A identificação e avaliação dos principais riscos associados a esse produto - Estabelecimento de limites de subscrição;
- E o seu enquadramento na política de resseguro da empresa;

ii. Na Aceitação de riscos (Risco de Subscrição)

O risco aparece relacionado com a seleção dos riscos a segurar e com a respectiva relação com o nível de prémios a praticar.

Globalmente os Princípios orientadores são:

- Dispor de um normativo alinhado com os vetores estratégicos definidos pela empresa e com os Tratados de Resseguro;
- Enquadramento crítico com o praticado no mercado e com os resultados de exploração interna;
- Proceder a uma correta análise de risco integrando toda a sua dimensão económica e social;
- Assegurar o seu alinhamento com as condições existentes nos tratados de resseguro.

Mais especificamente temos:

Acidentes de Trabalho

- Tarifário definido por tipo de atividade profissional e dentro da atividade piscatória por tipo de pesca;
- Limites de subscrição (limitação ao capital a segurar) estabelecidos para fora da Pesca e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.
- A aceitação de riscos no estrangeiro, nos termos definidos pela nova Apólice Uniforme, em qualquer atividade profissional, fica dependente de consulta ao Departamento Técnico.

Informação difundida por toda a rede externa através de circulares.

Acidentes Pessoais

- Tarifário definido consoante o risco da atividade.
- Limites de subscrição estabelecidos para os capitais por Morte e/ou Invalidez Permanente/pessoa e atribuídos plafonds para a rede comercial, para os trabalhadores e chefias do departamento técnico, para o Diretor Técnico e para o Diretor Coordenador.

Multirriscos (Habitação, Condomínio e Empresas)

- Tarifário definido para os riscos base de cada uma destas coberturas, bem como para as coberturas complementares;
- Prémio e franquias na cobertura do risco de fenómenos sísmicos de acordo com o estudo feito pela Associação Portuguesa de Seguradores.

- Por princípio, não fazemos cobertura de Riscos Industriais.
- A aceitação de seguros de Multiriscos e Incêndio com capitais a segurar superiores a 250.000,00 €, de edifícios com mais de 20 anos de idade de construção ou de atividades de risco agravado (estabelecido em circular), fica obrigatoriamente dependente de consulta e aceitação expressa por parte do Diretor Técnico ou Chefe de Secção de Produção.

Marítimo (Pesca, Recreio e Marítimo – Turística)

- A aceitação do risco é precedida do conhecimento do proprietário da embarcação, da situação económica da empresa, sobretudo de pesca e da vistoria efetuada à embarcação, quando o montante de capital, a idade da embarcação a segurar e outros fatores que pontualmente o justifiquem, bem como as coberturas pretendidas o exigirem.
- Dentro do tarifário e das regras definidas há competência da rede externa para a aceitação do risco.
- Limites de subscrição para o Ramo Marítimo, estabelecidos em circular específica.

Procedimentos de Controlo

- No final de cada anuidade as condições de renovação de cada contrato são, de acordo com os resultados de exploração desse mesmo contrato, analisadas e decididas pela Chefia do Sector de Produção e/ou pelo Diretor Técnico da Mútua, sem prejuízo das medidas de acompanhamento geral da carteira, via saneamento e sempre na perspetiva de “visão cliente”.
- A denúncia de qualquer contrato por iniciativa da Mútua, desde que não resulte de falta de pagamento de prémio, é essencialmente motivada pela avaliação do risco, como sejam as condições de segurança, as condições de navegabilidade e conservação da embarcação, a sinistralidade e ainda o risco moral.
- Esta responsabilidade é da estrita competência do Diretor Técnico da Mútua.

iii. No Risco de Prémio

Ligado à subscrição é o risco de os prémios não serem suficientes para a cobertura de todas as obrigações decorrentes desses contratos (sub tarifação)

- A fim de aferir a adequação e suficiência dos prémios praticados em relação aos vários ramos em análise é tomado em consideração todos os proveitos e custos, nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos, resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados e ainda resultados financeiros afetos aos vários ramos.
- São analisadas as contas técnicas para cada um dos ramos, antes e depois de resseguro, procedendo à comparação entre os custos técnicos afetos ao ramo e os proveitos técnicos correspondentes.
- É analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

iv. No Risco de Provisionamento

Corresponde ao risco de a empresa efetuar um provisionamento de responsabilidades inadequado.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Provisionamento.

Na nota 4.1 detalham-se os métodos de cálculo das provisões.

A sua monitorização é efetuada pela Função Atuarial, no âmbito das suas funções, procedendo a uma avaliação da suficiência das Provisões Técnicas através de métodos atuariais.

v. Na Gestão de sinistros

Este risco advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades devido a uma insuficiente gestão dos processos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Gestão de Sinistros.

O Diretor Técnico e por suas instruções, os serviços técnicos, bem como os serviços clínicos, devem acompanhar a gestão dos processos de sinistro e respetivas provisões.

Particularmente nas provisões matemáticas, é efetuada uma análise em que se acompanha as alterações nas provisões derivadas da alteração dos graus de incapacidade e tipo de desvalorização estimados comparativamente com as incapacidades definidas pelos médicos e posteriormente com aquelas que são fixadas nos Tribunais de Trabalho em sede de conciliação.

Mantém-se, também nos Acidentes de Trabalho, no risco respeitante às assistências vitalícias, critérios objetivos para a sua identificação e evolução.

vi. No Resseguro

Com o objetivo de mitigar ou diversificar os riscos a que se encontra exposta ou pode vir a encontrar-se exposta, a Mútua celebra contratos de resseguro em todos os ramos que explora.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Resseguro.

Os seus Princípios Orientadores são:

- Privilegiar uma relação de longo prazo com os resseguradores e fomentar uma participação dos mesmos em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o nosso negócio de uma forma global.
- A escolha dos resseguradores deverá ter em linha de conta a sua solidez financeira, a sua fiabilidade, imagem no mercado e o seu rating.
- Privilegiar a repartição do risco de forma proporcional e a proteção da nossa retenção para eventos + significativos (cúmulos).
- E assegurar o constante alinhamento do negócio com as condições existentes nos tratados de resseguro.

O risco Específico de Seguros é assim mitigado pela política de resseguro (e nalguns casos também de co – seguro) através da qual transfere uma parte dos seus riscos para um conjunto de seguradores.

A exposição aos maiores riscos está salvaguardada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores

Análises de sensibilidade

Procedemos à análise da sensibilidade da tarifa através da criação de 2 cenários e verificando o seu impacto ao nível da PRC.

Cenário 1

Descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016.
Verificação do seu impacto na Provisão Matemática de AT e na PRC.

Cenário 2

AT - Impacto da descida da taxa de juro técnica de 4% para 3% ano sin <2016 e de 3,5% para 3% ano sin 2016 e acréscimo na Provisão para Outras Prestações e Custos em 25% para o ano de 2016.
Outros Ramos – Acréscimo na Provisão para Sinistros em 25% para o ano de sinistro de 2016.

Impactos	Variação nas provisões		PRC (ano ocorrência)	
	2016	2015	2016	2015
Cenário 1	1.212	1.166	102,1%	105,0%
Cenário 2	1.446	1.363	107,3%	110,0%

Quadro comparativo

	AT		AP		Multiriscos		Marítimo	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
PRC	101,47%	101,47%	84,99%	79,53%	136,86%	133,09%	127,79%	123,84%
Choques								
Cenário 1	102,13%	105,01%						
Cenário 2	107,30%	110,00%	87,86%	84,20%	137,91%	133,50%	130,80%	127,52%

Concentração de Riscos

A concentração dos riscos pode originar perdas significativas o que levou a Mútua a empreender esforços, em anos anteriores, na diversificação do seu negócio ao nível dos clientes, dos produtos e ainda a nível geográfico.

Em 2015 invertimos a tendência de decréscimo de prémios que vínhamos sentindo desde 2010.

Houve um aumento dos prémios na área da Marítima-Turística o que veio reforçar o vetor da Náutica de Recreio mas sem impactos relevantes a nível da concentração.

Em 2016 prosseguimos na diversificação da nossa carteira com um forte crescimento de prémios em Acidentes de Trabalho, em atividades fora da pesca e também na área da Marítimo Turística.

Esta situação originou, por um lado, uma muito ligeira alteração na repartição da nossa produção por vetor estratégico e, por outro lado a uma maior concentração da nossa carteira em Acidentes de Trabalho.

De acordo com o nosso Plano de Atividades para 2016 mantivemos os nossos principais vetores estratégicos - a Pesca, as Atividades Marítimo-Turísticas/Náutica de Recreio, as Comunidades Ribeirinhas, o Cluster do Mar e o Setor Cooperativo e Social, com enfoque junto das entidades do sector público e das autarquias locais.

Na rede comercial, os objetivos centrais foram manter e aumentar a carteira no sector da pesca, em função das características da zona, sobretudo no produto Marítimo - Casco, nas atividades Marítimo Turísticas e Náutica de Recreio.

Empreendemos esforços para alargar a nossa rede de clientes noutras áreas ligadas à economia social, mas fora dos setores onde habitualmente exercemos a nossa atividade, o que conseguimos.

Em 2017 o cluster do mar continuará a liderar as prioridades de trabalho da Mútua, sendo a pesca o setor mais representativo. As atividades marítimo-turísticas e a náutica de recreio mantêm-se como prioritárias, tendo em vista o crescimento do respetivo volume de negócio, de modo a diversificar e equilibrar mais a composição global da carteira, quer em termos de vetores de atividade, quer no que respeita a ramos de seguros.

As comunidades ribeirinhas e o setor social merecem a intensificação do trabalho de prospeção comercial, na ótica do crescimento e diversificação da carteira.

Outro risco que advém da própria atividade da pesca é a acumulação em cada unidade de produção (barco), do risco dos homens (AT e AP) e do bem patrimonial – (Marítimo-casco).

Esta situação é assumida e mitigada através de contratos de resseguro (Proporcionais e em Excesso de Perda) para todos os ramos, que têm em conta essa realidade.

É efetuada a análise da provisão para sinistros relativamente a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos.

Ponto 4.1 alínea e) i. (Anexo2)

4.3 Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Mercado

O Risco de Mercado está associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da empresa derivadas de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de câmbio, das taxas de juro e dos preços do mercado imobiliário.

Este risco incorpora ainda o risco associado ao uso de produtos derivados e similares e ainda o risco de inadequação da gestão ativo/passivo. Dentro do risco de mercado, o risco de imobiliário é o risco mais relevante.

De modo a equilibrar a sensibilidade entre os títulos de dívida e as nossas responsabilidades face às variações das taxas de juro mantemos a política de ajustamento dos nossos investimentos em obrigações de dívida pública (taxa fixa), com maturidades elevadas.

Risco de Crédito e Spread

O risco de crédito prende-se com depósitos à ordem, empréstimos e contas a receber, tomadores de seguro e resseguradores. O risco de spread surge associado aos depósitos a prazo, investimentos a deter até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda.

Relativamente aos resseguradores e de acordo com a política de Resseguro estabelecida, a sua escolha tem em linha de conta a sua solidez financeira, imagem no mercado e o seu rating (alínea a) do ponto 4.2).

É privilegiado, nos nossos contratos de resseguro, a participação dos Resseguradores a 100% na Provisão para Sinistros para os sinistros abrangidos pelos tratados, o que se verifica em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo e Multiriscos.

No âmbito do nosso Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno a Mútua formalizou em documento específico a sua Política de Cobranças.

Neste contexto, relativamente aos tomadores de seguro e a fim de apurar os fluxos monetários a considerar para efeitos de imparidade, a Mútua considera como indicador, numa base coletiva, os critérios anteriormente utilizados na determinação da Provisão para Recibos por Cobrar tendo em consideração as alterações posteriormente recomendadas e a nossa experiência no que respeita às liquidações obtidas através da dedução de valores nas operações de vendagem ou descarga (Lotas).

São efetuadas análises de sensibilidade considerando variações na taxa de devolução dos saldos credores em conta corrente – (alínea d) do ponto 4.1) Impacto no valor do “Ajustamento de recibos por cobrar”.

Em relação aos nossos colaboradores e mediadores há um acompanhamento permanente por parte dos nossos serviços.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco associado às perdas que resultem do desempenho da atividade diária da empresa de seguros.

A Mútua prossegue no levantamento e na identificação dos riscos.

De forma a mitigar este risco a Mútua prossegue na instalação de uma nova plataforma – E-GIS que permite entre outras funções, um melhor controlo do risco operacional nas operações de subscrição, cotação e prestação de contas.

Também neste contexto foram implementados indicadores de gestão.

4.4 Perdas por imparidade reconhecida e revertida relativamente a ativos de resseguro

- As situações indicadas não se verificaram.

4.5 Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

4.5.1 Adequação dos prémios

Conforme descrito em 4.2 alínea a) iii é analisada a necessidade de constituição ou não de provisão para riscos em curso como aferidor da adequação tarifária de cada ramo.

	PRC 2016		PRC 2015	
	Rácios	Provisão	Rácios	Provisão
AT	101,47%	48.176	101,47%	44.870
AP	84,99%	0	79,53%	0
INC	102,08%	35	92,80%	0
MRISCOS	136,86%	60.663	133,09%	55.769
MARITIMO	127,79%	384.112	123,84%	317.063
Total		492.986		417.702

(valores em euros)

Em Acidentes Pessoais os prémios auferidos no exercício de 2016 mostraram-se suficientes para fazer face aos custos incorridos nomeadamente custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos, custos com a gestão de investimentos e resultados decorrentes dos tratados de resseguro celebrados, não sendo necessário constituir Provisão para riscos em curso nesse ramo.

Em contrapartida foi constituída Provisão para Riscos em Curso em Acidentes de Trabalho, Incêndio e Outros elementos da Natureza - Riscos múltiplos e em Marítimo.

Os Acidentes de Trabalho surgem em 2016 com um rácio superior a 100%, igual ao rácio de 2015.

Apesar do aumento dos prémios, o aumento verificado no custo com sinistros, após resseguro foi superior, o que não permitiu reduzir o rácio. A sinistralidade grave em Acidentes de Trabalho revelou-se de menor impacto do que em 2015. No direto houve mesmo redução do rácio de sinistralidade. Houve no entanto uma maior frequência, sem a contribuição do resseguro tão relevante como em 2015.

4.5.2 Adequação das provisões

- Em Acidentes de Trabalho, comparando-se os valores obtidos pelo método “Chain Ladder” com controlo do erro (Thomas Mack) e a provisão calculada com base no método tradicional – “Custo médio por lesão” – acrescida da Provisão para Sinistros Não Declarados - conclui-se que o aprovisionamento é suficiente e ajustado.
- Os cálculos das provisões matemáticas das pensões de Acidentes de Trabalho bem como das provisões relativas à “Assistência Vitalícia” estão de acordo com as Bases Técnicas definidas.
- Em Marítimo a provisão para sinistros mostra-se adequada.
- Em Acidentes Pessoais e em Incêndio e Multiriscos, as provisões são suficientes.

4.6 Rácios

Ramos	Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto																	
	Acidentes de Trabalho			Acidentes Pessoais			Incêndio			Multiriscos			Marítimo			Total		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Rácio Sinistralidade	92%	102%	97%	31%	53%	35%	60%	0%	0%	68%	37%	52%	72%	92%	76%	77%	90%	82%
Rácio de Despesas	7%	7%	7%	31%	30%	32%	83%	40%	49%	55%	52%	59%	35%	36%	37%	21%	21%	21%
Rácio Combinado	99%	110%	105%	63%	84%	67%	144%	40%	49%	122%	89%	111%	108%	128%	113%	98%	112%	103%

Incluindo a Modalidade do Desporto Amador, nos Acidentes Pessoais, transferida a 100% para a Partner Re.

Estes rácios foram calculados sobre os Prémios Brutos Emitidos.

Em 2016 verificamos um desagravamento global dos rácios com exceção dos ramos de Incêndio e Multirriscos.

Os rácios abaixo indicados são calculados sobre os Prémios adquiridos e respeitam ao ano de ocorrência do sinistro.

Estes rácios foram os utilizados para o cálculo da Provisão para Riscos em Curso.

Ramos	Ano de ocorrência (PRC)														
	Ac.Trabalho			Ac.Pessoais			Incêndio			Multirriscos			Marítimo		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Rácio Sinistros	87,30%	85,84%	92,53%	30,17%	34,45%	35,75%	0,00%	0,00%	0,00%	32,45%	26,43%	24,79%	25,50%	35,38%	32,64%
Rácio Cedência	5,87%	9,87%	2,84%	38,23%	39,01%	36,57%	72,67%	83,27%	89,89%	84,04%	82,93%	87,73%	78,40%	77,15%	77,69%
Rácio de Despesas	7,29%	7,26%	7,42%	16,20%	7,60%	13,99%	63,78%	11,09%	13,51%	32,17%	25,21%	25,65%	18,67%	12,84%	18,79%
Rácio Operacional	98,76%	101,47%	101,47%	82,91%	79,53%	84,99%	134,73%	92,80%	102,08%	146,99%	133,09%	136,86%	120,87%	123,84%	127,79%

4.7 Sinistros reembolsáveis

(valores em euros)

Acidentes de Trabalho	
Ano de ocorrência	Montantes recuperáveis
2009	0
2010	199 188
2011	0
2012	0
2013	1 265
2014	93 290
2015	43 916
2016	0
Total	337 660

(valores em euros)

Marítimo	
Ano de ocorrência	Montantes recuperáveis
2003	2 250
2009	12 300
2011	0
2012	27 977
2013	0
2014	14 309
2015	44 655
Total	101 491

Acidentes de trabalho

Em 2016, ocorreram 5 sinistros com envolvimento de terceiros aguardando-se a posição das congéneres. Não foram reconhecidos quaisquer montantes.

De 2015 mantêm-se 3 processos com estimativa de reembolso, já comunicados à outra parte, aguardando-se a sua conclusão.

De 2014 realçamos a concretização do reembolso de um importante sinistro por parte da congénere (+247 815,45€). Dos restantes sinistros ocorridos em 2014, reembolsáveis, aguarda-se conclusão por parte das congéneres.

De 2013 mantêm-se 1 processo com estimativa de reembolso, aguardando-se a sua liquidação.

Mantém-se em recuperação parcial o sinistro de viação ocorrido em 2010 com a tripulação da embarcação "Fascínios do Mar".

Marítimo

Mantém-se 4 processos em tribunal com pedidos de indemnização cível, 1 já com decisão favorável à Mutua ainda em fase de execução e 3 em fase de análise pelos n/ serviços jurídicos.

5. Passivos por contratos de investimento

- Não aplicável

6. Instrumentos financeiros

6.1 Inventário das participações e instrumentos financeiros;

- Ver Anexo 1 a estas Notas

6.2 Empréstimos e contas a receber ao Justo valor;

- Não aplicável

6.3 Passivos financeiros ao Justo valor;
– Não aplicável

6.4 Informações sobre as reclassificações, incluindo impactos e razão das mesmas;
Em 2016 não procedemos à reclassificação de títulos.

Impacto atual da reclassificação efetuada em 2011

Impacto da reclassificação		(valores em euros)
Títulos avaliados ao custo amortizado		682.468
Títulos avaliados ao justo valor		731.735
Diferença entre o valor dos títulos avaliados ao custo amortizado e ao justo valor		-49.267

A Mútua dos Pescadores manifesta uma intenção positiva e capacidade para deter os investimentos até à maturidade. A distribuição da nossa carteira das Obrigações, é a seguinte:
96,3% classificadas como “Disponíveis para Venda” e 3,7% classificadas como “Detidos até à Maturidade”.
Todos os nossos títulos apresentam liquidez no mercado financeiro.

6.5 Desreconhecimento de ativos financeiros
– Não aplicável

6.6 Garantias colaterais
– Não aplicável

6.7 Produtos derivados e operações de reporte e empréstimo de valores
– Não aplicável

6.8 Instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos
– Não aplicável

6.9 Incumprimento em empréstimos a pagar
– Não aplicável

6.10 Indicação para as classes de ativos financeiros e passivos financeiros não valorizados a justo valor
Os ativos financeiros não valorizados ao justo valor, pela reclassificação ocorrida em 2011, abaixo indicados, passaram a estar valorizados ao custo amortizado bem como os indicados no ponto 6.12.

ATIVOS FINANCEIROS A DETER ATÉ À MATURIDADE - 31/12/2016								
Código	Designação	Montante nominal	Val. ao Custo amortizado		Juro decorrido	Valor total de balanço*	Val. ao Justo Valor	
			%V.Nominal	Total			%V.Nominal	Total
	1 - Títulos nacionais							
	1.2 - Títulos de dívida							
	1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEL0E0010	O.T.-Outubro-4,35%-16/10/2017	450 000,00	98,03%	441 112,65	4 011,27	445 123,92	103,58%	466 110,00
PTOTEN0E0018	O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018	250 000,00	96,54%	241 354,98	6 048,84	247 403,82	106,25%	265 625,00
	sub-total			682 467,63	10 060,11	692 527,74		731 735,00
	TOTAL GERAL			682 467,63	10 060,11	692 527,74		731 735,00

*Inclui o valor dos juros decorridos

ATIVOS FINANCEIROS A DETER ATÉ À MATURIDADE - 31/12/2015								
Código	Designação	Montante nominal	Val. ao Custo amortizado		Juro decorrido	Valor total de balanço*	Val. ao Justo Valor	
			%V.Nominal	Total			%V.Nominal	Total
	1 - Títulos nacionais							
	1.2 - Títulos de dívida							
	1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE60E0006	O.T.-Outubro-4,20%-15/10/2016	200 000,00	98,10%	196 202,51	1 772,05	197 974,56	103,25%	206 500,00
PTOTEL0E0010	O.T.-Outubro-4,35%-16/10/2017	450 000,00	96,17%	432 763,99	4 075,89	436 839,88	107,52%	483 840,00
PTOTEN0E0018	O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018	250 000,00	94,97%	237 415,37	6 065,41	243 480,78	110,23%	275 575,00
	Sub total			866 381,87	11 913,35	878 295,22		965 915,00
	1.2.2 - De outros emissores							
PTBRIHOM0001	BRISA - 4,50% - 05/12/2016	150 000,00	97,59%	146 378,80	443,84	146 822,64	103,84%	155 760,00
XS0215828913	PORTEL - 4,375% - 24/03/2017	150 000,00	98,36%	147 542,20	5 070,21	152 612,41	62,00%	93 000,00
XS0435879605	ELEPOR - 4,75% - 26/09/2016	300 000,00	98,88%	296 631,74	3 669,86	300 301,60	102,93%	308 790,00
XS0586598350	ELEPOR - 5,875% - 01/02/2016	100 000,00	100,31%	100 311,02	5 359,93	105 670,95	100,30%	100 300,00
XS0587805457	PORTEL - 5,625% - 08/02/2016	450 000,00	100,16%	450 369,84	22 607,88	472 977,72	93,00%	418 500,00
	Sub total			1 141 233,60	37 151,72	1 178 385,32		1 076 350,00
	TOTAL GERAL			2 007 615,47	49 065,07	2 056 680,54		2 042 265,00

*Inclui o valor dos juros decorridos

Não foram emitidos instrumentos de dívida.

6.11 Descrição relativa ao apuramento do justo valor:

- a) O justo valor dos ativos financeiros foi definido pelas cotações de fecho em mercado regulamentado, para os instrumentos financeiros. Nos terrenos e edifícios os justos valores foram atribuídos por avaliação efetuada por avaliador independente, através da utilização do Método do Rendimento e do Método Comparativo de Mercado.
- b) Avaliações com pressupostos não suportados em preços de transações no mercado;
– Não aplicável
- c) Reconhecimento se a diferença entre o justo valor inicial e o preço de transação traduz alteração de fatores relevantes para o mercado;
– Não aplicável.

6.12 Para as classes de ativos financeiros e passivos financeiros não valorizados a justo valor:

- a) Nos casos em que não podem ser mensurados com fiabilidade, indicação da sua não divulgação, referindo a causa;
– Não aplicável
- b) Descrição dos instrumentos financeiros e das quantias escrituradas, bem como uma explicação do razão pela qual o seu justo valor não pôde ser mensurado com fiabilidade

ii) Passivos financeiros

	(valores em euros)	
	2016	2015
Depósitos recebidos de Resseguradores	4.094.958	4.169.069

- c) Mercado existente para esses instrumentos e indicação sobre se e como a empresa pretende alienar os instrumentos financeiros
- Não há mercado para os instrumentos anteriores.
- d) Desreconhecimento efetuados, discriminando a sua quantia escriturada à data do desreconhecimento, assim como o total dos ganhos e perdas reconhecido
- Não aplicável

Contabilidade de cobertura

6.13 Descrição dos diversos tipos de cobertura e dos instrumentos financeiros utilizados como instrumentos de cobertura e o seu justo valor à data do relato, assim como, a natureza dos riscos a serem cobertos.
– Não aplicável.

6.14 Idem

6.15 Idem

6.16 Informação qualitativa para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de instrumentos financeiros, nomeadamente:

- a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período

Os instrumentos financeiros estão expostos aos riscos de mercado (Risco de taxa de Juro, Risco Acionista, Risco Imobiliário, Risco de Liquidez e Risco de Concentração) e ao Risco de Crédito tal como no exercício anterior.
Não temos exposição ao risco cambial.

- b) Os objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos usados para os gerir não sofreram alterações no período.

A política de investimentos encontra-se definida em Norma Interna de acordo com o art.º 9 da Norma Regulamentar 13/2003 –R de 17 de Julho da ASF e foi atualizada em 2016.

A sua monitorização é efetuada pelo Comité de Gestão.

A gestão dos ativos é feita internamente desde o início de 2009.

A plataforma “Thomas Reuters Eikon” permite o acompanhamento diário da evolução dos mercados, a definição de alertas (caso haja alterações nas cotações, ratings, etc.) para os ativos financeiros que compõem a carteira.

Os riscos de mercado e os riscos de crédito são geridos com base na política de investimentos em vigor, respeitando as regras de afetação dos ativos por classe e tipo de emitente, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

O risco de concentração em entidades/empresas também é analisado analiticamente e trimestralmente, tendo especial impacto aquando da decisão na aquisição de novos produtos financeiros, com o intuito de diversificarmos a nossa carteira reduzindo a exposição a determinadas entidades/empresas.

Indicadores de análise:

• Risco de Taxa de Juro

A natureza dos títulos e cálculo da “duration” das obrigações como aferidor do risco da taxa de juro.

A sua avaliação é efetuada através da análise do impacto, na nossa carteira de ativos, de variações (choques) da taxa de juro.

• Risco Acionista e Risco Imobiliário

O Risco relativo às ações e imóveis são analisados através de cenários.

• Risco de Concentração

Análise dos títulos por tipo de indústria/ Por entidade.

É feita uma diversificação sectorial dos nossos investimentos a fim de minimizar a exposição ao risco de concentração numa determinada indústria.

• **Risco de Crédito**

Análise dos títulos por rating.

• **Risco de Liquidez**

Este risco surge associado à incerteza quanto ao montante e momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a atividade seguradora o que poderá originar custos adicionais para obter a liquidez necessária.

Neste contexto a Mútua acompanha de forma próxima a sua situação de tesouraria com elaboração de orçamentos quinzenais.

Procede ainda a uma análise à maturidade da sua carteira de obrigações.

6.17 Informação quantitativa para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de instrumentos financeiros para cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco está repartida em 70% no mercado monetário e obrigacionista, 4% no mercado acionista e 26% no mercado Imobiliário. No mercado obrigacionista os riscos provêm da evolução desfavorável da cotação por razões de mercado dos títulos representativos de dívida, a que estão sujeitos 65% do valor total, correspondendo a 18,8 milhões de euros (obrigações e juros).

Os títulos com rendimento variável (ações, títulos de participação e unidades de participação) estão também sujeitos aos riscos de evolução desfavorável da cotação. Nesta classificação temos 1,2 milhões de euros que representam 4% do total.

Os imóveis correspondem a 26% do total com cerca de 7,5 milhões de euros, valor exposto ao risco de diminuição das avaliações. Nenhum imóvel tem avaliações com mais de 3 anos.

2016

Carteira Global a 31.12.2016	Valor	Juros a receber	Total da Carteira	Peso na Carteira por RISCO	% TOTAL
OBRIGAÇÕES	18 608 836,65	281 305,30	18 890 141,95	87,12%	64,56%
DEPOSITOS A PRAZO	1 500 000,00	1 801,04	1 501 801,04	6,93%	5,13%
<i>Carteira sem Risco</i>	20 108 836,65	283 106,34	20 391 942,99	94,04%	69,69%
ACÇÕES	662 802,79	1 741,67	664 544,46	3,06%	2,27%
PARTES CAP. EM ASSOCIADAS	65 504,40	0,00	65 504,40	0,30%	0,22%
OUTROS INVESTIMENTOS	2 500,00	0,00	2 500,00	0,01%	0,01%
TITULOS PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
UNIDADES PARTICIPAÇÃO	386 676,08	0,00	386 676,08	1,78%	1,32%
EMPRESTIMO HIPOTECARIO	172 694,36	0,00	172 694,36	0,80%	0,59%
<i>Carteira com Risco</i>	1 290 177,63	1 741,67	1 291 919,30	5,96%	4,42%
SUBTOTAL	21 399 014,28	284 848,01	21 683 862,29	100,00%	74,11%
IMOVEIS	7 575 600,00	0,00	7 575 600,00		25,89%
TOTAL	28 974 614,28	284 848,01	29 259 462,29		100,00%

2015

Carteira Global a 31.12.2015	Valor	Juros a receber	Total da Carteira	Peso na Carteira por RISCO	% TOTAL
OBRIGAÇÕES	17 155 897	329 879	17 485 776	86,28%	62,73%
DEPÓSITOS A PRAZO	1 150 000	14 365	1 164 365	5,75%	4,18%
<i>Carteira sem Risco</i>	18 305 897	344 244	18 650 141	92,02%	66,91%
AÇÕES	1 000 291	1 742	1 002 033	4,94%	3,60%
PARTES CAP. EM ASSOCIADAS	82 635	0	82 635	0,41%	0,30%
OUTROS INVESTIMENTOS	2 500	0	2 500	0,01%	0,01%
TITULOS PARTICIPAÇÃO	0	0	0	0,00%	0,00%
UNIDADES PARTICIPAÇÃO	376 962	0	376 962	1,86%	1,35%
EMPRÉSTIMO HIPOTECÁRIO	152 549	0	152 549	0,75%	0,55%
<i>Carteira com Risco</i>	1 614 937	1 742	1 616 679	7,98%	5,80%
SUBTOTAL	19 920 834	345 986	20 266 820	100,00%	72,71%
IMÓVEIS	7 605 740	0	7 605 740		27,29%
TOTAL	27 526 574	345 986	27 872 560		100,00%

b) Relativamente às obrigações a exposição ao risco de crédito é de cerca de 18,6 milhões de euros dividida por ratings do emitente no quadro abaixo. Não há créditos vencidos nem renegociação de créditos.

(valores em euros)

2016			2015		
Rating	Nº	Valor Mercado (em €)	Rating	Nº	Valor Mercado (em €)
AAA	0	-	AAA	3	899.515
AA+	0	-	AA+	6	1.549.670
AA	6	1.701.845	AA	0	-
AA-	8	1.642.895	AA-	0	-
A+	0	-	A+	2	206.000
A	0	-	A	1	167.175
A-	9	2.494.935	A-	7	2.419.215
BBB+	8	1.023.670	BBB+	18	3.499.595
BBB	14	3.266.825	BBB	8	923.029
BBB-	24	5.371.307	BBB-	17	3.725.157
BB+	3	606.730	BB+	5	473.755
BB	2	258.940	BB	1	121.380
BB-	2	310.490	BB-	6	987.615
B+	3	463.160	B+	4	978.772
B	2	195.270	B	0	-
B-	0	-	B-	0	-
ND	4	1.272.770	ND	5	1.205.019
Total Geral	85	18.608.837	Total Geral	83	17.155.897

Este valor respeita a títulos de dívida onde se incluí os de dívida pública que representam cerca de 64,1% do valor da n/ carteira de obrigações. Relativamente aos depósitos a Prazo, a exposição ao risco de crédito é de cerca de 1.5 milhões de euros. Note-se que a maturidade dos depósitos é variada e de curto prazo.

(valores em euros)

Banco	Rating	2016	2015
		Valor	Valor
Montepio	BB	350.000	0
Banco Popular	BB-	200.000	0
CGD	BB-	500.000	0
CCAM	ND	450.000	600.000
BPG	ND	0	550.000
TOTAL		1.500.000	1.150.000

c) Ativos financeiros em imparidade

Mantiveram-se em 2016 os critérios para a consideração de um ativo como estando em imparidade.

• Instrumentos de capital

Ações e Unidades de Participação com decréscimos significativos na cotação (\geq a 35%) ou prolongados no tempo (decréscimo sucessivo por um período igual ou superior a 1 ano).

• Instrumentos de Dívida

Obrigações

Dificuldade financeira significativa do emitente; apresentação à falência; Descida de rating; incumprimento de pagamento de capital ou juros; decréscimos significativos e prolongados na cotação.

Em 2016 registámos imparidade nos seguintes ativos:

Ações		(valores em euros)
PTMEN0AE0005	Mota - Engil, SGPS	11 031,95
PTS3P0AM0017	Sonae Indústria, SGPS	416,98
DE000ENAG999	E.ON AG	1 751,34
ES0178430E18	TELEFONICA	1 734,54
FR0010270033	LYXOR ETF COMMODITIES	0,00
FR0010408799	LYXOR ETF BRAZIL	0,00
PTBCP0AM0007	BCP - Nom. Port. Reg.	5 642,20
PTPTC0AM0009	PHAROL	335,81
792910055701	Intersismet, SA	105 008,69
PARTES CAPITAL EMPR.GRUPO		
921910005201	Consulinter, SA	32 635,00
OBRIGAÇÕES		
PTPTCYOM0008	PTC - 6,25% - 26/07/2016	5 156,25
XS0215828913	PORTEL - 4,375 - 24/03/2017	151 616,32
TOTAL		315 329,08

Em 2015 registámos imparidade nos seguintes ativos:

Ações		(valores em euros)
DE000ENAG999	E.ON AG	3.516,60
FR0010270033	LYXOR ETF COMMODITIES	477,16
FR0010408799	LYXOR ETF BRAZIL	4.629,50
PTBCP0AM0007	BCP - Nom. Port. Reg.	2.739,64
PTPTC0AM0009	PHAROL	3.111,47
TOTAL		14.474,37

d) Ativos obtidos como garantias colaterais
– Não aplicável

e) Maturidade dos passivos financeiros
– Não aplicável

f) Análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado

Análises de sensibilidade

Risco Acionista

Este risco prende-se com as perdas decorrentes de alterações ocorridas no mercado das ações. As ações, títulos e unidades de participação representam 4% da nossa carteira de ativos mobiliários.

I Cenário - SEM MEDIDAS DE TRANSIÇÃO

	2016	2015
Ações Cotadas EEA ou OECD	37,6%	36,8%
Ações Não cotadas	47,6%	46,8%
Ações Estratégicas - cotadas	22,0%	22,0%
Ações Estratégicas - não cotadas	22,0%	22,0%

(valores em euros)

Ações	2016		2015	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)
VM tipo 1 - cotadas ou EEA/OCDE	938.569	352.552	1.131.023	415.764
VM tipo 2 - não cotadas	180.656	85.925	333.107	155.761
VM tipo 3 Estratégicas cotadas	0	0	0	0
VM tipo 4 Estratégicas não cotadas	0	0	0	0
Total	1.119.225	438.477	1.464.130	571.525

II Cenário - COM MEDIDAS DE TRANSIÇÃO

(só aplicável a ações compradas até 01.01.2016)

	2016	2015
Ações Cotadas EEA ou OECD	22,0%	22,0%
Ações Não cotadas	47,6%	46,8%
Ações Estratégicas - cotadas	22,0%	22,0%
Ações Estratégicas - não cotadas	22,0%	22,0%

(valores em euros)

Ações	2016		2015	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)	Antes do Choque	Impacto do Choque (VM)
VM tipo 1 - cotadas ou EEA/OCDE	938.569	206.828	1.131.023	248.825
VM tipo 2 - não cotadas	180.656	85.925	333.107	155.761
VM tipo 3 Estratégicas cotadas	0	0	0	0
VM tipo 4 Estratégicas não cotadas	0	0	0	0
Total	1.119.225	292.753	1.464.130	404.586

Risco Imobiliário

Pretende capturar os efeitos das alterações no mercado imobiliário.

Dado o peso dos imóveis na nossa carteira de Investimentos este risco apresenta valores relevantes.
 Choque nos Imóveis – Quebra de 25% no valor dos Imóveis

(valores em euros)

	Antes do Choque	Impacto do Choque	Depois do Choque
Imóveis 2016	7.575.600	1.893.900	5.681.700
Imóveis 2015	7.605.740	1.901.435	5.704.305
Diferenças 2016/2015	-30.140	-7.535	-22.605

Risco Cambial

Não temos exposição ao risco cambial.

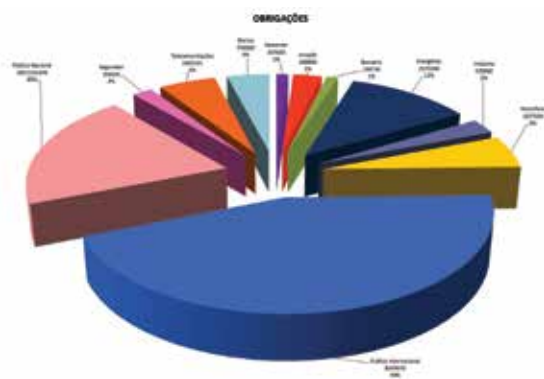
Risco de Concentração

Neste risco é levado em conta a concentração por contraparte.

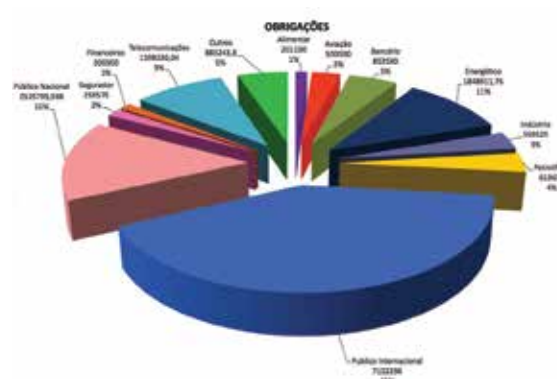
É feita ainda uma diversificação sectorial dos nossos investimentos a fim de minimizar a exposição ao risco de concentração numa determinada indústria.

Assim a repartição dos nossos ativos (Obrigações, ações e unidades de participação) é a que se segue:

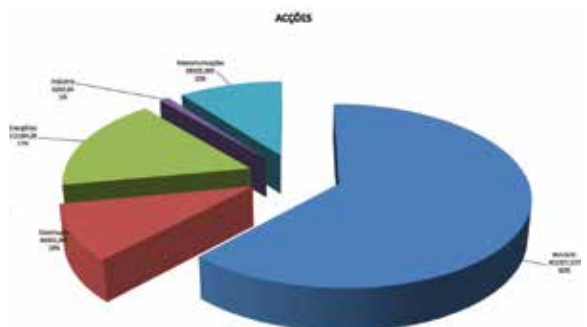
2016 OBRIGAÇÕES



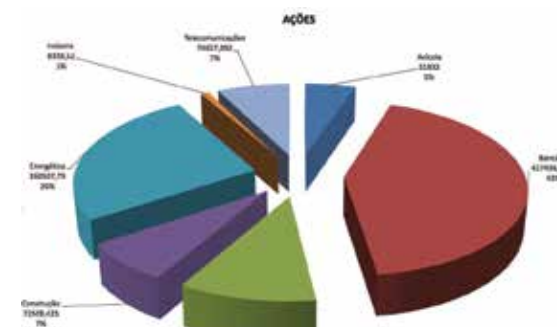
2015 OBRIGAÇÕES



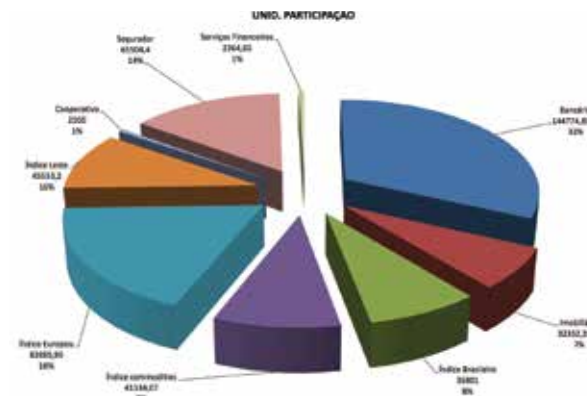
2016 AÇÕES



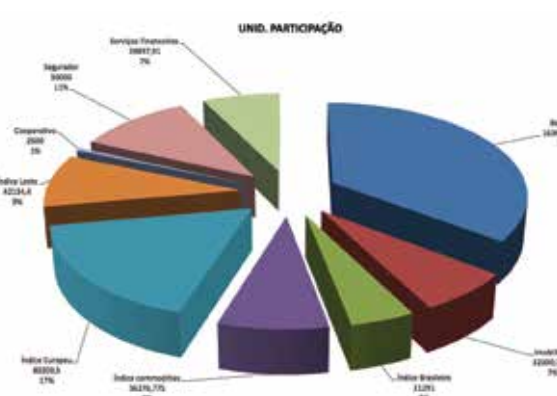
2015 AÇÕES



2016 UNIDADES PARTICIPAÇÃO



2015 UNIDADES PARTICIPAÇÃO



Risco de Liquidez

Análise da maturidade da carteira de obrigações.

(valores em euros)

2016			2015		
Ano da Maturidade	Valor Nominal €	Número de Obrigações	Ano da Maturidade	Valor Nominal €	Número de Obrigações
2017	1.050.000	6	2016	2.260.000	15
2018-2019	1.250.000	8	2017-2018	2.050.000	12
2020-2021	1.575.000	11	2019-2020	1.200.000	9
2022-2023	4.150.000	19	2021-2022	2.550.000	13
2024-2025	1.600.000	8	2023-2024	1.850.000	9
2026-2029	2.300.000	12	2025-2029	1.300.000	8
2030-2035	3.350.000	10	2030-2035	2.500.000	6
2036-2040	2.336.662	9	2035-2040	2.186.662	8
>2040	300.000	2	>2040	350.000	3
Total Geral	17.911.662	85	Total Geral	16.246.662	83

7 Investimentos em filiais e associadas

7.1 As presentes demonstrações financeiras são separadas.

7.2 Os investimentos em Filiais e Associadas contabilizados pelo MEP:

(valores em euros)

	2016	2015
Ariarte, Ld. ^a	0	0
Consulinter, SA	0	32.635
Ponto Seguro, Ld. ^a	65.504	50.000
	65.504	82.635

7.3 As empresas acima não estão cotadas.

7.4 Em relação às associadas, indicam-se as percentagens de participação, o Capital Próprio e o Resultado do último exercício apurado:

7.4.1 **ARIARTE – Exportação e Importação e Comercialização, Lda.** – (49%)

Avenida Santos Dumont, 57-7º, 1050-202 Lisboa

Resultado Líquido: -74.322€

Capitais Próprios: 658.808€

Valores de 2015

7.4.2 **CONSULINTER – Sociedade de Gestão e Estudos de Investimentos, S.A.** – (100%)

Av. Santos Dumont, nº 57 – 7º, 1050-202 Lisboa

Resultado Líquido: -40.317€

Capitais Próprios: 307.736€

Valores de 2015 (Sem atividade)

7.4.3 **PONTO SEGURO – Mediação de Seguros, Lda.** – (10%)

Avenida Santos Dumont, 57-2º Esq., 1050 – 202 Lisboa

Resultado Líquido: -81.718€

Capitais Próprios: 655.044€

Valores de 2015

7.5 Não há derrogações à presunção da influência significativa resultante da percentagem de participação.

7.6 Não há restrições, resultantes de acordos, à capacidade das associadas para transferir fundos.

8 Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem no balanço:

(valores em euros)

	2016	2015
Caixa e seus Equivalentes	4.332	3.609
Depósitos à Ordem	705.116	227.175
Total	709.448	230.784

Demonstração Fluxos de Caixa 2016 = 709.448€ - Ver Nota n.º 34.

8.2 Saldos significativos de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, detidos pela empresa que não estejam disponíveis para uso do grupo
- Não aplicável

9 Terrenos e edifícios

9.1 Modelo de Valorização aplicado

Após o reconhecimento inicial ao custo, foi utilizado o modelo de revalorização para os imóveis de uso próprio e o modelo do justo valor para os imóveis de rendimento.

A valorização dos imóveis é atribuída ao justo valor por avaliador independente.

As alterações no justo valor dos imóveis de rendimento são contabilizadas em ganhos e perdas e as alterações do justo valor nos imóveis de uso próprio são contabilizados em reservas, exceto, conforme previsto na IAS 16, quando existe uma desvalorização e não existe reserva constituída é levado a resultados, até à concorrência do valor existente na reserva.

9.2 Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio

A distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e de uso próprio é feita pelo uso para os últimos e pelo arrendamento ou perspectiva de arrendamento para os primeiros.

Modelo do Justo Valor

9.3 Indicar em que medida o justo valor do terreno e edifício de rendimento se baseia numa valorização de um avaliador independente

O justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento foi determinado por avaliadores independentes com experiência profissional relevante e conhecedores do mercado imobiliário.

9.4 Descrição dos métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor dos terrenos e edifícios

Os peritos avaliadores determinaram o presumível valor de transação (PVT) com base no Método Comparativo ou de Mercado e pelo Método do Custo de Reposição.

9.5 Reconciliação ente as quantias escrituradas do terreno e edifícios no início e no fim do período

Reconciliações entre as quantias escrituradas dos terrenos e edifícios de rendimento e de uso próprio, no início e no fim do período, avaliados em 2016:

(valores em euros)

Terrenos e Edifícios	Última Avaliação	Valor Bruto de Balanço			Contas de Balanço						Ganhos e Perdas	Total
		2015	2016	Dif.	Beneficiações	Amortizações Acumuladas	Reservas Reavaliação	Transf.	Aquisições	Avaliações		
De uso Próprio	2016	745.140	708.000	-37.140	0	-20.180	20.340	0	0	0	-37.300	-37.140
De uso Próprio	**	2.617.000	2.617.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub -Total		3.362.140	3.325.000	-37.140	0	-20.180	20.340	0	0	0	-37.300	-37.140
De Rendimento	2016	249.000	256.000	7.000	0	0	0	0	0	0	7.000	7.000
De Rendimento	**	3.994.600	3.994.600	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub -Total		4.243.600	4.250.600	7.000	0	0	0	0	0	0	7.000	7.000
Total		7.605.740	7.575.600	-30.140	0	-20.180	20.340	0	0	0	-30.300	-30.140

**Avaliações em anos anteriores inferior a 3 anos

(valores em euros)

Terrenos e Edifícios	Valor Bruto				Amortizações Acumuladas		Valor Líquido					
	Terrenos		Edifícios		Edifícios		Terrenos		Edifícios		Total	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
de Uso Próprio	1 098 083	1 016 783	2 264 057	2 308 217	31 562	47 391	1 098 083	1 016 783	2 232 495	2 260 826	3 330 578	3 277 609
de Rendimento	1 435 617	1 435 617	2 807 983	2 814 983	0	0	1 435 617	1 435 617	2 807 983	2 814 983	4 243 600	4 250 600
Total	2 533 700	2 452 400	5 072 040	5 123 200	31 562	47 391	2 533 700	2 452 400	5 040 478	5 075 809	7 574 178	7 528 209

Modelo do custo

9.6 a 9.9 - Não aplicável

Modelo de revalorização

9.10 Critérios e taxas

- Nos imóveis de uso próprio, a quantia escriturada bruta foi determinada por avaliação independente com base no valor esperado de transa-

ção no mercado. A depreciação foi feita com base na vida útil resultante da tabela do Decreto Regulamentar 25/2009 e sucessivas alterações, sendo a última introduzida pelo Dec. Regulamentar 4/2015, de 22 Abril, e os anos de utilidade esperada remanescente ou com base no total de anos de utilidade atribuídos pelo avaliador e o período remanescente. É este período que determina a taxa, que é constante.

- A quantia escriturada bruta e as depreciações e amortizações acumuladas no início e fim de 2016 estão no quadro seguinte:

Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

(valores em euros)

Descrição do ativo imobilizado	Ativo imobilizado	Anos de utilidade esperada	Depreciações e Amortizações do Exercício		Amortizações acumuladas (Saldo Inicial)	Regularização amortizações acumuladas	Amortizações acumuladas (Saldo Final)
			Taxas	Valores			
EDIFÍCIOS							
Av. Santos Dumont, 57 - 6º.Dto - Lisboa	199.814	60	1,79	3.568	0	0	3.568
Av. Santos Dumont, 57 - 6º.Esq - Lisboa	143.315	60	1,79	2.559	0	0	2.559
Av. Santos Dumont, 57 - 7º.Dto - Lisboa	199.814	60	1,79	3.568	0	0	3.568
Av. Santos Dumont, 57 - 7º.Esq - Lisboa	143.315	60	1,79	2.559	0	0	2.559
Av. Santos Dumont, 57 - 8º Esq/Sotão -Lisboa	219.088	60	1,56	3.420	0	0	3.420
Av. Santos Dumont, 57 - 8º Dto - Lisboa	191.537	60	2,04	3.912	0	0	3.912
Rua Carlos Reis, 2 - Lisboa	71.500	52	0,00	0	0	0	0
R. Caminhos de Ferro, 4/8 - Lojas -Fr. B - Olhão	56.300	36	0,00	0	3.639	-3.639	0
R. de Lisboa, 50 - Ponta Delgada	68.000	28	4,17	2.833	0	0	2.833
Av. da Liberdade, 37 E - Ed. Avenida - Sesimbra	193.000	36	0,00	0	10.111	-10.111	0
Lg. Francisco A. Maurício, 7 - 1º B - Portimão	45.700	46	2,22	1.016	1.016	0	2.031
R. do Sabão, 65-67-4º- Fração Q - Funchal	34.844	38	2,94	1.025	0	0	1.025
R. do Sabão, 65-67-4º-Fração R - Funchal	40.156	38	2,94	1.181	0	0	1.181
Av. Porto Pesca,Lt.-1- B - Fração A - Peniche	262.500	45	2,27	5.966	5.966	0	11.932
R. Brito Cunha, 325 - r/c - Matosinhos	100.000	58	0,00	0	3.448	-3.448	0
R. Nova, 1 - Angústias - Horta	64.500	39	0,00	0	2.982	-2.982	0
Av. José Estevão, nº 595 - A - Gaíanha Nazaré	37.300	60	1,69	632	632	0	1.264
Av. Manuel Remígio - Loja Dt.ª - Nazaré	125.500	67	1,52	1.902	1.902	0	3.803
Av.Inf.D.Henrique,nº1340- r/c Esq.º Fr. A - V. Conde	112.034	61	1,67	1.867	1.867	0	3.734
Total	2.308.217			36.009	31.562	-20.180	47.391

Reconciliação entre as quantias escrituradas no início e fim do período dos imóveis de uso próprio. - Ver parágrafo 9.5

9.11 Indicação da data de eficácia de revalorização, dos métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens e se esteve ou não envolvido um avaliador independente

Data da eficácia da revalorização mais antiga é de 2014 e a quantia escriturada bruta resulta de avaliação independente.

9.12 Determinação do justo valor

A determinação do justo valor foi efetuada com base em avaliações independentes - Ver 9.5

9.13 Indicação da quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tivessem sido escriturados de acordo com o modelo de custo. Se os ativos tivessem sido escriturados ao modelo de custo, a quantia escriturada seria:

(valores em euros)

Imóveis de Uso Próprio	2016	2015
Valorizado ao Modelo Custo	3.093.280	3.093.280
Valorizado ao Modelo de Revalorização ao Justo Valor (a)	3.325.000	3.362.140

(valores em euros)

Imóveis de Uso Próprio	2016	2015
Valor bruto em 01 janeiro	3.362.140	3.238.180
Transferência pª imóvel Amortizações Acumuladas-Revalorização	-20.180	-65.369
Revalorização - Valor pª Reserva Reavaliação	20.340	64.746
Ajustamento (Avaliação) - Rendimentos	-37.300	9.583
Transferência de imóvel de Rendimento para Próprio		115.000
Valor bruto em 31 dezembro	3.325.000	3.362.140

9.14 Indicação do excedente de revalorização

O excedente de revalorização, referente a Terrenos e Edifícios de Uso Próprio, teve a seguinte evolução:

(valores em euros)			
Reservas de Reavaliação - Terrenos e Edifícios	2016	2015	
Valor em 01 Janeiro	752.124	688.627	
Transferência RR para Resultados Transitados	-854	-1.249	
Ajusto RR (Avaliações)	-14.549	64.746	
Valor em 31 Dezembro	736.721	752.124	

9.15 Indicação dos aumentos ou reduções de revalorizações e de perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente no capital próprio de acordo com a IAS 36, assim como, reconhecidas ou revertidas em ganhos e perdas

Aumentos ou reduções resultantes de revalorizações reconhecidas no capital próprio e em ganhos e perdas estão refletidos no parágrafo 9.5.

Terrenos e edifícios de rendimento

9.16 Descrição das circunstâncias em que os interesses de propriedade detidos em locações operacionais são classificados e contabilizados como terrenos e edifícios de rendimento

Não temos edifícios em locação operacional, nem em locação financeira.

9.17 Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Quantias reconhecidas em ganhos e perdas, relativas a imóveis de rendimento

Rendimentos e Gastos Operacionais Diretos (incluindo reparações e manutenção)

(valores em euros)			
Imóveis	2016	2015	Diferença
Rendimento dos Imóveis (de Rendimento)	192.234	196.500	-4.266
Gastos de conservação e manutenção:			
Imóveis de Uso Próprio	8.667	5.625	3.042
Imóveis de Rendimento	1.602	6.897	-5.295

9.18 Restrições na capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento ou de recebimento de proventos de rendimento ou proventos de alienação, assim como obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver terrenos e edifícios

- Não existem tais restrições ou obrigações.

9.19 Indicação da informação exigida na nota 9.8, separada para casos excepcionais em que há clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada

- Não aplicável

Terrenos e edifícios de uso próprio

9.20 Restrições de titularidade e ativos dados como garantia de passivos

- Não existem tais situações.

9.21 Dispêndios no decurso da construção de imóveis

- Não foram construídos imóveis para uso próprio no exercício.

9.22 Compromissos contratuais para aquisição de ativos

- Não existem tais compromissos.

9.23 Compensação de terceiros por itens do ativo que estejam em imparidade ou cedidos

- Não aplicável.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Nos ativos fixos tangíveis a base da mensuração é ao valor histórico.

As respetivas depreciações e amortizações são calculadas conforme a tabela do Decreto Regulamentar 25/2009 e sucessivas alterações, sendo a última introduzida pelo Dec. Regulamentar 4/2015, de 22 Abril.

- Informação já mencionada nas notas 9.20 a 9.23 para outros ativos fixos tangíveis.

2016

(valores em euros)

Descrição	Valor Bruto de Balanço			Contas de Balanço				Total
	2016 (Saldo Inicial)	2016 (Saldo Final)	Diferença	Aumentos	Diminuições	Abates	Transferências	
Outros Ativos								
Equipamento Administrativo	303.898	304.263	365	365	0	0	0	365
Máquinas e Ferramentas	36.522	37.091	570	1.098	0	528	0	570
Equipamento Informático	550.718	628.519	77.801	77.801	0	0	0	77.801
Instalações Interiores	22.023	22.023	0	0	0	0	0	0
Material de Transporte	260.202	293.840	33.638	86.489		52.851	0	33.638
Equipamento Hospitalar	53.863	53.863	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	14.163	14.163	0	0	0	0	0	0
Património Artístico	27.149	27.149	0	0	0	0	0	0
Total	1.268.538	1.380.911	112.373	165.752	0	53.379	0	112.373
Amortizações Acumuladas								
Equipamento Administrativo	287.171	296.219	9.048	9.048	0	0	0	9.048
Máquinas e Ferramentas	34.948	36.087	1.139	1.139	0	0	0	1.139
Equipamento Informático	536.150	576.251	40.101	40.101	0	0	0	40.101
Instalações Interiores	20.630	22.023	1.393	1.393	0	0	0	1.393
Material de Transporte	213.841	216.740	2.899	41.699		38.801	0	2.899
Equipamento Hospitalar	53.863	53.863	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	35.311	36.811	1.500	1.500	0	0	0	1.500
Património Artístico	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.181.914	1.237.995	56.080	94.881	0	38.801	0	56.080

2015

(valores em euros)

Descrição	Valor Bruto de Balanço			Contas de Balanço			Total
	2015 (Saldo Inicial)	2015 (Saldo Final)	Diferença	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Outros Ativos							
Equipamento Administrativo	299.603	303.898	4.296	4.296	0	0	4.296
Máquinas e Ferramentas	35.895	36.522	626	626	0	0	626
Equipamento Informático	537.780	550.718	12.938	12.938	0	0	12.938
Instalações Interiores	22.023	22.023	0	0	0	0	0
Material de Transporte	278.506	260.202	-18.304	32.724	51.029	0	-18.304
Equipamento Hospitalar	53.863	53.863	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	14.163	14.163	0	0	0	0	0
Património Artístico	27.149	27.149	0	0	0	0	0
Total	1.268.982	1.268.538	-444	50.584	51.029		-444
Amortizações Acumuladas							
Equipamento Administrativo	275.042	287.171	12.129	12.129	0	0	12.129
Máquinas e Ferramentas	33.821	34.948	1.127	1.127	0	0	1.127
Equipamento Informático	502.879	536.150	33.271	33.271	0	0	33.271
Instalações Interiores	19.237	20.630	1.394	1.394	0	0	1.394
Material de Transporte	240.109	213.841	-26.267	24.761	51.028	0	-26.267
Equipamento Hospitalar	53.708	53.863	155	155	0	0	155
Outro Equipamento	33.766	35.311	1.545	1.545	0	0	1.545
Património Artístico	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.158.560	1.181.914	23.354	74.382	51.028	0	23.354

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

(valores em euros)

	2016		2015	
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Seguros Não Vida	Não Afectos
Caixa e Equivalentes	709.448	0	230.784	0
Terrenos e Edifícios	6.850.600	725.000	6.880.740	725.000
Investimentos em Filiais, Associados e Empreendimentos Conjuntos	0	65.504	0	82.635
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	0	0	0	0
Ativos Financeiros classificados no reconhecimento inicial a Justo Valor através de Ganhos e Perdas	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19.246.470	2.500	16.701.818	107.509
Empréstimos concedidos e Contas a Receber	1.501.801	175.059	1.164.365	153.812
Investimentos a deter até à maturidade	692.528	0	2.056.681	0
Outros Ativos tangíveis	142.916	0	86.625	0
Outros Ativos	268.471	0	265.792	0
TOTAL	29.412.234	968.063	27.386.805	1.068.956

12. Ativos intangíveis

- Não existem.

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1 Outras Provisões e Ajustamentos contas do Ativo

2016

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903 - De Outros Tomadores de Seguro				
4903211 - Acidentes de Trabalho	709.313	0	74.564	634.749
4903212 - Acidentes Pessoais	140.035	0	15.214	124.821
490331 - Incêndio e Outros Elementos da Natureza	5.095	0	23	5.072
490332 - Outros Danos em Coisas- Riscos Múltiplos	63.348	14.547	0	77.895
49035 - Marítimo	463.636	0	238.628	225.008
Sub -Total	1.381.427	14.547	328.429	1.067.545
491 - Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa				
4910 - De Filiais	0	0	0	0
4911 - De Associadas	0	0	0	0
4912 - De Outras Empresas participadas e participantes	860.400	0	218.443	641.957
4913 - De Outros Tomadores de Seguro				
49130 - Atividade Normal	29.680	0	17.061	12.619
49131 - Outros Créditos	32.784	0	19.987	12.797
Sub -Total	922.864	0	255.491	667.373
492 - Outras Provisões				
4920 - Impostos	0	0	0	0
4921 - Outras Provisões	0	0	0	0
Sub -Total	0	0	0	0
Total	2.304.291	14.547	583.920	1.734.918

2015

(valores em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903 - De Outros Tomadores de Seguro				
4903211 - Acidentes de Trabalho	759.934	0,00	50.621	709.313
4903212 - Acidentes Pessoais	137.787	2.248	0	140.035
490331 - Incêndio e Outros Elementos da Natureza	5.121	0	26	5.095
490332 - Outros Danos em Coisas- Riscos Múltiplos	61.631	1.717	0	63.348
49035 - Marítimo	436.500	27.136	0	463.636
Sub-Total	1.400.972	31.102	50.647	1.381.427
491 - Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa				
4910 - De Filiais	0	0	0	0
4911 - De Associadas	0	0	0	0
4912 - De Outras Empresas participadas e participantes	859.160	1.240	0	860.400
4913 - De Outros Tomadores de Seguro				
49130 - Atividade Normal	82.558	0	52.878	29.680
49131 - Outros Créditos	96.087	0	63.302	32.784
Sub-Total	1.037.804	1.240	116.180	922.864
492 - Outras Provisões				
4920 - Impostos	0	0	0	0
4921 - Outras Provisões	0	0	0	0
Sub-Total	0	0	0	0
Total	2.438.777	32.342	166.828	2.304.292

13.2. Natureza e momento de ocorrência de saídas (exfluxos) de benefícios Económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos

Nos ajustamentos de recibos por cobrar os exfluxos ocorrerão ao longo dos próximos anos para os processos judiciais não executados por falta

de bens do devedor. Não é possível estimar nem o momento nem o montante de tais exfluxos. O mesmo se passa com os ajustamentos para outros créditos sobre os tomadores de seguros.

13.3. Indicação, relativamente a contratos de seguro com garantias suspensas por falta de pagamento de prémios.

- Não aplicável

14. Prémios de contratos de seguro

14.1 Prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro

(valores em euros)

Ramos	Prémios Brutos Emitidos - 2016			Prémios Brutos Emitidos - 2015		
	Atividade em Portugal	Atividade em França	Total	Atividade em Portugal	Atividade em França	Total
Acidentes de Trabalho	4 543 175	0	4 543 175	3 940 654	0	3 940 654
Acidentes Pessoais:	987 247	0	987 247	951 466	0	951 466
Geral	987 247	0	987 247	955 619	0	955 619
Desporto	0	0	0	-4 153	0	-4 153
Incêndio e Elementos da Natureza	922	0	922	951	0	951
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos:	270 959	0	270 959	284 478	0	284 478
Mútua - Lar	165 350	0	165 350	165 265	0	165 265
Mútua - Condomínio	26 357	0	26 357	28 947	0	28 947
Mútua - PME	79 252	0	79 252	90 265	0	90 265
Marítimo:	2 713 677	0	2 713 677	2 591 295	-10 970	2 580 325
Pesca	1 749 723	0	1 749 723	1 686 654	-10 970	1 675 683
Recreio	492 999	0	492 999	483 342	0	483 342
Marítimo - Turística	470 956	0	470 956	421 300	0	421 300
Total	8 515 981	0	8 515 981	7 772 997	-10 970	7 757 873

14.2 Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida

- Não aplicável.

14.3 Discriminação de alguns valores relativos ao seguro de Não Vida entre seguro direto e resseguro aceite, conforme Anexo 4.

15. Comissões recebidas de contratos de seguro

15.1 Políticas contabilísticas para o reconhecimento das comissões

As Comissões recebidas relativas aos contratos de resseguro são reconhecidas com a efetivação do contrato.

No final do ano contabilístico é efetuado o acerto das comissões com referência ao ano de subscrição dos contratos.

(valores em euros)

Ramos	2016	2015
	Comissões Resseguro Cedido	Comissões Resseguro Cedido
Acidentes de Trabalho	0	0
Acidentes Pessoais	174.051	216.044
Incêndio e Outros Elementos da Natureza	328	274
Multiriscos	90.419	74.650
Marítimo	506.923	589.238
Total	771.721	880.206

Em 2016, o montante recebido de comissões de cosseguro ascendeu a 53,64€.

15.2 Indicação de comissões de contratos seguro Vida

- Não aplicável.

16. Rendimentos / réditos de investimentos

16.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos réditos

- Os rendimentos dos investimentos são reconhecidos pelo princípio do acréscimo.

16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período

2016

(valores em euros)

Rendimentos/Réditos de Investimentos				
Categoria de Investimento	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Terrenos e Edifícios	192.234	0	0	192.234
De rendimento	192.234	0	0	192.234
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0,00
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	547.131	21.150	568.281
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	22.000	21.150	43.150
Títulos de Dívida	0	521.140	0	521.140
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	3.991	0	3.991
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	11.242	0	11.242
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	11.242	0	11.242
Investimentos a deter até à maturidade	0	64.171	0	64.171
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	5	0	5
Total	192.234	622.549	21.150	835.933

2015

(valores em euros)

Rendimentos/Réditos de Investimentos				
Categoria de Investimento	Rendas	Juros	Dividendos	Total
Terrenos e Edifícios	196.500	0	0	196.500
De rendimento	196.500	0	0	196.500
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	493.304	19.154	512.458
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	22.000	19.154	41.154
Títulos de Dívida	0	470.604	0	470.604
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	700	0	700
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	38.839	0	38.839
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	38.839	0	38.839
Investimentos a deter até à maturidade	0	130.635	0	130.635
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	81	0	81
Total	196.500	662.859	19.154	878.513

17. Ganhos e perdas realizadas em investimentos

2016

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizadas em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Partes de Capital em filiais associadas e empreend. conjuntos	0	0	0	0
Valor ao custo	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	297.773	-2	0	297.771
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	62.930	-2	0	62.928
Títulos de Dívida	234.843	0	0	234.843
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	297.773	-2	0	297.771

Nota – Em 2015 não se realizaram Ganhos e Perdas em investimentos.

18. Ganhos e perdas por ajustamentos de justo valor em investimentos

2016

(valores em euros)

Ganhos e Perdas por ajustamentos de Justo Valor em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	-1.000	0	-1.000
De uso próprio	0	-8.000	0	-8.000
De rendimento	0	7.000	0	7.000
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	15.504	15.504
Valorizadas pela equivalência patrimonial	0	0	15.504	15.504
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV detidos para negociação	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	0	0	0	0
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes	0	0	0	0
Outros depósitos	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	0	-1.000	15.504	14.504

2015

(valores em euros)

Ganhos e Perdas por ajustamentos de Justo Valor em investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	-23.017	0	0	-23.017
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	-23.017	0	0	-23.017
Partes de Capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	0
Valor ao custo	0	0	0	0
Outros Investimentos Financeiros:				
Ativos financeiros ao JV, detidos para negociação	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Depósitos à Ordem em instituições de crédito	0	0	0	0
Total	-23.017	0	0	-23.017

2016

(valores em euros)

Perdas e Reversão provenientes de Imparidades em Investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.091	5.978	137.644	163.713
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	14.935	5.978	137.644	158.557
Títulos de Dívida	5.156	0	0	5.156
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Ativos financeiros a deter até à maturidade	151.616	0	0	151.616
Títulos de Dívida	151.616	0	0	151.616
Total	171.707	5.978	137.644	315.329

2015

(valores em euros)

Perdas e Reversão provenientes de Imparidades em Investimentos				
Categoria de Investimento	Afectos às Provisões Técnicas		Não Afectos	Total
	Acidentes de Trabalho	Outros Seguros		
Terrenos e Edifícios	0	0	0	0
De uso próprio	0	0	0	0
De rendimento	0	0	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.623	5.851	0	14.474
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	8.623	5.851	0	14.474
Títulos de Dívida	0	0	0	0
Empréstimos concedidos e contas a receber	0	0	0	0
Total	8.623	5.851	0	14.474

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

- Não aplicável

20. Custos de financiamento

- Não aplicável

21. Gastos diversos por funções e natureza

21.1 Análise dos gastos

2016

(valores em euros)

Custos e Gastos por Natureza	Custos c/ Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos Administrativos	Gastos de Investimento	Total
Gastos com Pessoal	559.887	453.031	513.599	114.899	1.641.416
Fornecimentos e Serviços Externos	316.254	255.896	290.108	64.901	927.158
Impostos e Taxas	78.493	12.056	21.085	14.136	125.770
Depreciações e Amortizações do Exercício	44.827	36.271	41.121	9.199	131.418
Outras Provisões	0	0	0	0	0
Juros Suportados	0	0	0	15.939	15.939
Comissões	0	0	0	31.003	31.003
Totais	999.460	757.254	865.912	250.078	2.872.704

Nota - Os critérios de imputação de custos às funções, foram alterados em 2016, em função da nova estrutura orgânica da empresa, tendo sido elaborada uma nova repartição dos Custos por Natureza.

2015

(valores em euros)

Custos e Gastos por Natureza	Custos c/ Sinistros	Custos de Aquisição	Gastos Administrativos	Gastos de Investimento	Total
Gastos com Pessoal	510.069	449.339	388.019	130.177	1.477.604
Fornecimentos e Serviços Externos	233.444	255.575	292.748	50.703	832.470
Impostos e Taxas	143.930	12.108	18.745	14.422	189.205
Depreciações e Amortizações do Exercício	33.089	29.149	25.171	8.445	95.855
Outras Provisões	0	0	0	0	0
Juros Suportados	0	0	0	16.398	16.398
Comissões	0	0	0	27.092	27.092
Totais	920.531	746.172	724.683	247.237	2.638.623

21.2 Análise dos gastos por classificação baseada na sua natureza
Ver Relatório de Direção - Ponto 2.6.1.

22. Gastos com pessoal

22.1 Número dos trabalhadores ao serviço por categorias Profissionais

Categorias profissionais	2016	2015
	Nº Trabalhadores (43) e Dirigentes (2)	Nº Trabalhadores (42) e Dirigentes (1)
Dirigentes e Quadros Superiores	8	9
Quadros médios	5	5
Trabalhadores Altamente Qualificados	5	4
Trabalhadores Qualificados	26	24
Trabalhadores Semi - Qualificados	0	0
Trabalhadores Não Qualificados	1	1
Total	45	43

22.2 Despesas com o pessoal

(valores em euros)

Gastos com Pessoal	2016	2015
	Valores	Valores
Remunerações:	1.194.482	1.132.969
Órgãos Sociais	41.528	19.376
Pessoal	1.152.954	1.113.593
Encargos sobre remunerações	265.135	249.039
Benefícios pós emprego:	34.987	28.651
Planos de contribuição definida	0	0
Planos de benefícios definidos	34.987	28.651
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	95	55
Benefícios de cessação de emprego	0	0
Seguros obrigatórios	27.033	26.695
Gastos de ação social	31.570	32.946
Outros gastos com pessoal	88.115	7.247
Total	1.641.416	1.477.604

22.3 Relativamente aos membros dos Órgãos Sociais

Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos sociais;
- Não aplicável.

Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos, bem como dos compromissos tomados por sua conta a título de qualquer garantia;
- Não aplicável.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1 A Mútua não tem Planos de Contribuição Definida

23.2 Plano de Benefício Definido

a) A política contabilística da entidade para reconhecer Ganhos e Perdas Atuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados Para efeitos da IAS 19, o custo não corresponde necessariamente ao valor entregue ao Fundo, anualmente. Corresponde sim ao somatório do custo dos serviços correntes, dos juros e do resultado esperado dos Ativos.

b) Descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor Segurador, a Mútua aderiu a um Plano de Pensões, de Benefício Definido, gerido por Sociedade Gestora.

Os Benefícios assegurados são o pagamento das pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos do contrato.

A população abrangida é o conjunto de trabalhadores com admissão na indústria anterior a 1995 e com direito a complemento de reforma por velhice ou invalidez nos termos do CCT à data.

c) O veículo de financiamento utilizado

Contrato de Adesão Coletiva nº 50 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização.

d) O valor e a taxa de rendibilidade efetiva dos ativos do plano

Valor de 1.266.232€ e uma taxa de 1,13%.

e) A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego, separadamente entre o valor atual da responsabilidade por serviços passados e o valor atual dos benefícios já em pagamento

(valores em euros)

		2016	2015
Valor atual das responsabilidades por Serviços Passados	VARSP	629.476	634.060
Valor atual das Pensões em Pagamento	VAPP	602.266	614.020
Total das Responsabilidades		1.231.742	1.248.080

f) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se possível, os efeitos durante o período atribuível a cada um dos seguintes:

(valores em euros)

	2016	2015
Valor Presente das Responsabilidades a 1 de Janeiro	1.248.080	1.156.302
Benefícios pagos	-55.006	-54.723
Custo dos Serviços Correntes	26.220	27.081
Custo dos Juros	28.722	34.135
(Ganhos) e Perdas Atuariais	(16.274)	85.285
Valor Presente das Responsabilidades a 31 de Dezembro	1.231.742	1.248.080

i. Custo do serviço corrente;
26.220€

ii. Custo dos juros;
28.722€

iii. Contribuições de participantes do plano;
- Não aplicável.

iv. Ganhos e perdas atuariais;
- (Ganhos) e Perdas Atuariais nas Responsabilidades (16.274)€;

v. Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente da moeda de apresentação da entidade;
- Não aplicável.

vi. Benefícios pagos;
-55.006€

vii. Custo corrigido de serviços passados;
- Não aplicável.

viii. Concentrações de atividades empresariais;
- Não aplicável.

ix. Cortes e liquidações;
- Não aplicável.

g) Análise da obrigação de benefícios definidos em quantias resultantes de Planos que não têm qualquer financiamento e em quantias resultantes de planos que estão total ou parcialmente financiados
- Não aplicável.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo, mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes itens.

(valores em euros)

	2016	2015
Valor do Fundo em 1 de Janeiro	1.266.802	1.130.156
Contribuições do Empregador	40.932	142.385
Benefícios Pagos	-55.006	-54.723
Retorno Real dos Ativos	22.097	48.984
Valor do Fundo em 31 de Dezembro	1.266.232	1.266.802

i. Retorno esperado dos ativos do plano;
28.549€

ii. Ganhos e perdas atuariais;
- Ganhos e (Perdas) Atuariais nos Ativos (6.542€)

iii. Contribuições do empregador;
40.932€

iv. Contribuições de participantes no plano;
- Não aplicável.

v. Pontos v, vi, viii, e ix da alínea f);
- Ver alíneas anteriores

i) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos da alínea f) e do justo valor dos ativos do plano da alínea h) com os ativos e passivos reconhecidos no balanço, evidenciando pelo menos

Benefícios Definidos Pós-Reforma dos empregados - IAS 19 - Dezembro 2016

(valores em euros)

	Dez-15	Dez-16	
Responsabilidades por serviços passados	1.248.080	1.231.742	-16.338
Valor quota-parte do fundo	1.266.802	1.266.232	-570
(Excesso)/Insuficiência do Fundo	18.722	34.490	15.768

(valores em euros)

	Dez-15	Dez-16
Ativo/(Passivo) reconhecido no início do exercício	26.146	18.722
(Ganhos) e Perdas atuariais do Ano nas Responsabilidades	85.285	(16.274)
Ganhos e (Perdas) atuariais do Ano nos Ativos	-16.419	6.452
	68.866	-9.821
Custo do serviço corrente	27.081	26.212
Custo dos juros	34.135	28.722
Retorno esperado dos Ativos	-32.565	-28.549
Comissões administrativas do Plano		8.594
	28.651	34.987
Contribuições para o Fundo	0	40.933
Ativo/(Passivo) reconhecido no final do exercício	123.663	34.490

j) Indicação do gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício corrente relativos a:

- i. Custo dos serviços correntes
26.220€
- ii. Custo corrigido de serviços passados
- Não aplicável.
- iii. Custo de juros
28.722€
- iv. Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolsos
-28.549€
- v. Ganhos e perdas atuariais
- Não aplicável.
- vi. Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidação do plano
- Não aplicável.
- vii) Efeito do limite estabelecido na IAS 19
- Não aplicável.

k) As quantias reconhecidas no exercício corrente, na Conta de Ganhos e Perdas ou em rubrica específica de capital próprio, relativamente aos ganhos ou perdas atuariais e do limite estabelecido na IAS 19

- Não aplicável.

l) A quantia cumulativa de ganhos e perdas atuariais reconhecidos em rubrica específica de capital próprio no caso de adotada esta opção

- Não aplicável

m) A percentagem e quantia de cada categoria principal dos Investimentos do plano e outros ativos, que constituem o justo valor do total dos ativos do plano

31-12-2016					
Classes de Ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização		0,92% Quota parte Mútua dos Pescadores		
		%		%	
Ações Euro	36.663.734	27%	336.805	27%	
Obrigações de taxa fixa	64.862.464	47%	595.847	47%	
Obrigações de taxa variável	24.753.854	18%	227.397	18%	
Fundos Imobiliários	1.469.651	1%	13.501	1%	
Hedge Funds	5.699.089	4%	52.354	4%	
Commodities	0	0%	0	0%	
Liquidez	4.390.166	3%	40.329	3%	
Total	137.838.957	100%	1.266.232	100%	

31-12-2015					
Classes de Ativos	Fundo de Pensões Horizonte Valorização		0,95% Quota parte Mútua dos Pescadores		
		%		%	
Ações Euro	34.915.568	26%	330.797	26%	
Obrigações de taxa fixa	65.204.902	49%	617.765	49%	
Obrigações de taxa variável	24.879.279	19%	235.711	19%	
Fundos Imobiliários	1.422.188	1%	13.474	1%	
Hedge Funds	3.483.894	3%	33.007	3%	
Commodities	295.899	0%	2.803	0%	
Liquidez	3.508.827	3%	33.243	3%	
Total	133.710.557	100%	1.266.802	100%	

n) As quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano relativas a Instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado, ou outros ativos utilizados, pela empresa de seguros
- Não aplicável.

o) Descrição da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos ativos, incluindo o efeito das principais categorias de ativos do plano;
- A taxa de rendimento adotada como pressuposto atuarial foi de 2,00%.

p) Indicação do retorno real dos ativos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso como um ativo
22.097€

q) Descrição dos principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados:

Taxa de crescimento salarial	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%
Taxa Técnica (Rendas Vitalícias)	2,30%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

Tábua de Invalidez	Suisse Re
Nº. Pensões pagas anualmente	14
Idade normal de reforma	A estabelecida pela Segurança Social

r) Descrição dos elementos respeitantes aos planos de amortizações regularmente previstos e informação dos elementos necessários para o seu entendimento;
- Não aplicável.

s) Efeito das variações positiva e negativa de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos ao agregado do custo de serviço corrente e de componentes de custo de juros dos custos médicos pós-emprego periódicos líquidos, e, na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego relativa a custos médicos;
- Não aplicável.

t) Indicação das quantias nos referidos períodos:

	(valores em euros)	
	2016	2015
Valor Estimado da Quota-Parte do Fundo	1.266.382	1.266.802
Valor Atual das Pensões em Pagamento	602.266	614.020
Valor Atual Responsabilidades Passadas	629.477	634.060
Saldo atuarial	34.490	18.722
Nível de Financiamento	102,8%	101,5%

u) A quantia do passivo (ou ativo) de transição reconhecida no exercício corrente, e a quantia que fica por reconhecer no caso do reconhecimento do passivo (ou ativo) de transição não ser efetuado imediatamente
- Não aplicável.

v) Descrição da melhor estimativa da empresa de seguros, assim que possa ser razoavelmente determinada, das contribuições que se espera que sejam efetuadas durante o período anual que começa após a data de balanço
- Não disponível.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Principais componentes do gasto (ou rendimento) de imposto

a) Gasto por impostos correntes
103.579€

b) Ajustamentos em impostos correntes de anos anteriores
- Não aplicável.

c) Gasto (Rendimento) por impostos diferidos relacionados com a origem e reversão de diferenças temporárias:

2016

(valores em euros)

	Origem		Ganhos e Perdas - Imposto Diferido	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imposto Diferido - Imparidades Títulos	231.615		52.113	
Ativos Imposto Diferido - Provisões				
Passivos Imposto Diferido - Imóveis Rendimento (RR)			-1.000	225
Passivos Imposto Diferido - Imóveis Próprios (RR)				

2015

(valores em euros)

	Origem		Ganhos e Perdas - Imposto Diferido	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imp. Diferido - Imparidades títulos	14.474		3.257	
Ativos Imp. Diferido - Provisões				
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Rendimento (RR)			-32.600	7.335
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Próprios (RR)				

d) Gasto e rendimento por alteração de taxas ou novos impostos;

- Não aplicável

e) Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes;

- Não aplicável

f) Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

- Não aplicável

g) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição de um ativo por impostos diferidos;

- Não aplicável

h) Gasto (rendimento) de imposto relativa às alterações nas políticas contabilísticas e aos erros que estão incluídas nos resultados de acordo com a IAS 8, porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.

- Não aplicável

24.2 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio

2016

(valores em euros)

	Origem		Capital Próprio	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imp. Dif.- Reserva Reavaliação Empresas				
Ativos Imp. Dif.- Reserva Reavaliação Títulos				
Passivos Imp. Diferido - Títulos (RR)			-82.853	18.642
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Próprios (RR)			734	-165

2015

(valores em euros)

	Origem		Capital Próprio	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Ativos Imp. Dif.- Reserva Reavaliação Empresas				
Ativos Imp. Dif.- Reserva Reavaliação Títulos				
Passivos Imp. Diferido - Títulos (RR)			-208.642	46.944
Passivos Imp. Diferido - Imóveis Próprios (RR)			-43.828	9.861

24.3 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

(valores em euros)

	2016	2015
Resultado contabilístico antes Impostos	392.726	380.464
Resultado Fiscal	490.529	479.745
Imposto corrente (Gasto)	103.579	60.198
Imposto Diferido (Rendimento)	-52.338	-10.592
Imposto do exercício (Gasto)	51.239	49.606

24.4 Alterações na (s) taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período Contabilístico Anterior

- Não aplicável

24.5 Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, Perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos seja reconhecido no balanço

- Não aplicável

24.6 Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em filiais, associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais passivos por impostos diferidos não tenham sido reconhecidos
- Não aplicável

24.7 Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de Perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:

a) Ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

(valores em euros)

IMPOSTOS DIFERIDOS 2016 - ORIGEM E REVERSÃO DE DIF. TEMPORÁRIAS					
	Base			Imposto	
	2015	2016	Taxa %	2015	2016
Provisões não aceites fiscalmente	0	0	0,2250	0	0
Reserva Reavaliação - Empresas	0	0	0,2250	0	0
Reserva Reavaliação Títulos	0	0	0,2250	0	0
Imparidades	1 020 084	1 251 699	0,2250	229 519	281 632
Ativos por impostos diferidos				229 519	281 632
Reserva Reavaliação Títulos	685 691	602 838	0,2250	154 280	135 638
Reavaliações Imóveis Uso Próprio	179 618	180 352	0,2250	40 414	40 579
Reserva "Reavaliação" imóveis rendimento	308 018	307 018	0,2250	69 304	69 079
Passivos por impostos diferidos				263 998	245 297

Os impostos diferidos Ativos ou Passivos são lançados nas contas de Capital Próprio ou em Ganhos e Perdas – Impostos Diferidos, conforme a origem das diferenças temporárias serem resultantes de movimentos nas contas de Capital ou nas Contas de Resultados.

Os movimentos nas Contas de Balanço (mapa acima) estão refletidos:

No Capital Próprio (ver ponto 24.2)

Os Ativos por Impostos Diferidos não sofreram qualquer alteração, relativamente a 2016.

Os Passivos por Impostos Diferidos tiveram uma redução de 18.642€ resultantes do movimento na Reserva de Reavaliação de títulos e um aumento de 165€ resultante do movimento na Reserva de Reavaliação de Imóveis de uso próprio.

Na Conta de Resultados (ver ponto 24.1)

O montante lançado em Impostos Diferidos de 52.338€ resultou da imparidade dos títulos e da redução da avaliação nos imóveis de Rendimento (movimento do exercício).

b) Rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

- Rendimento por imposto diferido na conta 87: 52.338€

24.8 Quantia conseqüente do imposto de rendimento sobre os dividendos da empresa que foram propostos ou declarados antes das demonstrações financeiras serem aprovadas, mas que não são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras.

- Não aplicável.

24.9 Indicação da quantia de um ativo por impostos diferidos e a natureza dos elementos que suportam o seu reconhecimento, quando a utilização do ativo por impostos diferidos seja dependente de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes, e, a empresa tenha sofrido um prejuízo quer no período corrente, quer no período precedente na jurisdição fiscal com que se relaciona o ativo por impostos diferidos.

25. Provisões Técnicas

(valores em euros)

PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO												
Descrição	Ac Trabalho		Ac. Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		TOTAL	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Prov para prémios não adquiridos	0	0	41 111	40 845	275	277	104 892	103 526	404 393	422 490	550 670	567 138
Prov para Sinistros	744 221	871 054	429 021	283 432	0	0	99 729	94 335	2 350 948	2 150 626	3 623 919	3 399 447
TOTAL	744 221	871 054	470 131	324 277	275	277	204 620	197 861	2 755 341	2 573 116	4 174 589	3 966 586

(valores em euros)

PROVISÕES TÉCNICAS												
Descrição	Ac Trabalho		Ac. Pessoais		Incêndio		Multiriscos		Marítimo		TOTAL	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Provisão para prémios não adquiridos	161.518	178.117	129.653	132.600	245	246	95.178	93.690	450.010	472.122	836.604	876.776
Provisão para Sinistros	13.073.598	13.252.358	972.400	734.925	0	0	159.842	134.205	3.331.514	3.115.033	17.537.353	17.236.522
Provisão para Desvios Sinistralidade	0	0	0	0	2.500	2.500	51.000	56.000	0	0	53.500	58.500
Provisão para Riscos em Curso	44.870	48.176	0	0	0	35	55.769	60.663	317.063	384.112	417.702	492.986
TOTAL	13.279.986	13.478.651	1.102.053	867.526	2.745	2.781	361.789	344.558	4.098.587	3.971.267	18.845.160	18.664.783

26. Contas a receber por operações de seguro e outras operações

CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES						
Descrição	Valor bruto		Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor líquido	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Tomadores de Seguro	2.211.090	1.526.457				
Mediadores de Seguro	54.095	40.554				
Co- Empresas de Seguros	141.358	134.236				
Reembolso de sinistros	887.358	439.151				
Contas a receber por operações seguro direto	3.293.901	2.140.399	1.381.427	1.067.545	1.912.474	1.072.853
Resseguradores	968.702	53.048				
Contas a receber por operações de resseguro	968.702	53.048	0	0	968.702	53.048
Subscritores de Capital	0	6.134				
Acionistas	860.400	641.957				
Fornecedores	807.751	1.015.301				
Pessoal	47.504	70.807				
FAT	97.816	58.582				
Outros Devedores Diversos	243.569	157.052				
Contas a receber por outras operações	2.057.039	1.949.834	922.865	667.373	1.134.174	1.282.460
TOTAIS	6.319.642	4.143.281	2.304.293	1.734.919	4.015.349	2.408.362

27. Outros credores por operações de seguros e outras operações

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES		
Descrição	Valor bruto	
	2015	2016
Tomadores de Seguro	205 621	180 637
Mediadores de Seguro	2 212 703	2 275 677
Co- Empresas de Seguros	153 698	146 915
Reembolso de sinistros	455 968	263 592
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES SEGURO DIRETO	3 027 990	2 866 822
Resseguradores	44 651	251 450
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO	44 651	251 450
Subscritores de Capital	0	89 665
Acionistas	0	264
Fornecedores	12 009	22 367
Pessoal	597	2 088
Sindicatos	388	483
FAT	0	0
Outros Devedores Diversos	119 011	132 886
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES	132 005	247 752
TOTAIS	3 204 645	3 366 024

28. Capital

Requisitos de Solvência

Durante o ano de 2015 a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei nº. 147/2015 de 9 de Setembro onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime de Solvência II a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Mútua acompanhou todo o processo de preparação e reportou à Autoridade de Supervisão, nos termos do normativo em vigor, a informação de abertura no âmbito do regime de Solvência II a 01.01.2016, reconfirmando a situação de robustez ao nível do seu rácio de solvência. De acordo com o novo regime, será efetuado o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser divulgado pela primeira vez em 2017, de forma autónoma em relação a este relatório, onde se apresentará de forma detalhada informação sobre a situação financeira da empresa no final de 2016, designadamente sobre o nível de cumprimento do SCR (Solvency Capital Requirement).

28.1. Políticas de gestão do capital

A empresa tem seguido, uma política de reforço de capitais próprios, não distribuindo reservas e é sua intenção, continuar essa política.

28.2 Indicação para cada classe de capital em títulos

O capital social é representado por títulos de capital com o valor mínimo previsto por Lei, ou um seu múltiplo, podendo ser agrupados para perfazerem a entrada mínima de cada cooperador – artigo 7º 2, dos Estatutos.

a) O capital social é variável e ilimitado, sendo o seu montante mínimo de Cinco Milhões de Euros, já integralmente realizado, correspondendo à soma dos títulos de capital atribuídos aos cooperadores iniciais e títulos de capitais detidos pela cooperativa - artigo 7º n.º1, dos Estatutos. Aquando da sua transformação em cooperativa de responsabilidade limitada, foram atribuídos aos associados da Mútua dos Pescadores em 31 de Dezembro de 2003, designados como cooperadores iniciais, 174.000 títulos com o valor nominal de 870.000 euros. É também capital inicial a quantia de 4.130.000 euros, propriedade comum da cooperativa, capital não titulado.

b) Títulos emitidos

Títulos de Capital		
	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	16800	84.001,00
Subscritos e Não Realizados	1050	5.250,00
Total	17850	89.251,00

c) Cada título tem o valor nominal de 5 euros e a subscrição mínima é de 3 títulos.

d) Reconciliação da quantidade de Títulos em circulação no início e no fim do período.

Títulos de Capital				
	2015		2016	
	Número	Valor Nominal	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	16383	81.916	16800	84.001
Subscritos e Não Realizados	0	0	1050	5.250
Reembolsos	0	0	-103	-515
Total	16383	81.916	17747	88.736

Movimentação		
	Número	Valor Nominal
Subscritos e Realizados	417	2.085
Subscritos e Não Realizados	1.050	5.250
Reembolsos	103	515

Nota - Transferência do montante de capital social acima dos 5.000.000€, no valor de 88.736€ para passivo, de acordo com o normativo contabilístico

e) Direitos, preferências e restrições associados

Características

Os títulos de capital são nominativos e indivisíveis.

Os títulos de capital podem ser titulados ou escriturais.

O capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Direção, com a emissão de novos títulos de capital a subscrever pelos cooperadores.

O capital social responde em conjunto e solidariamente pelas obrigações assumidas pela cooperativa.

Reembolsos

O reembolso dos títulos de capital, na decorrência da demissão do cooperador ou da amortização parcial da sua participação, não pode implicar a redução do capital social para um montante inferior ao capital social mínimo – artigo 11º nº 1, dos Estatutos.

A amortização parcial dos títulos de capital com vista à redução da participação do cooperador só é permitida até ao limite mínimo estabelecido no nº 1 do artigo 7º, dos Estatutos.

Os títulos de capital só são transmissíveis mediante autorização da Direção, sob condição de o adquirente ou sucessor já ser cooperador ou, reunindo as condições de admissão previstas nos estatutos, solicitar a sua admissão.

Excedentes

Os excedentes líquidos apurados em cada exercício, que não resultem de operações com terceiros e depois de constituídas as reservas definidas no artigo 53º n.º 1 e 2 dos Estatutos, podem ser distribuídos, da seguinte forma:

- i) Uma percentagem não inferior a 20% para a formação de reserva legal, até à concorrência do dobro do capital social;
- ii) Uma percentagem não superior a 30% para pagamento de juros sobre os títulos de capital;
- iii) A percentagem que em cada ano for estabelecida pela Assembleia Geral para a formação da reserva para educação e formação cooperativa, nos termos do Código Cooperativo, e do <<Fundo Mutualista>>;

Depois de constituídas as reservas, o remanescente terá o destino que a Assembleia Geral deliberar, dentro dos limites da Lei.

Não pode proceder-se à distribuição de excedentes entre os Cooperadores, nem criar reservas livres, antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores, ou tendo-se utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva ao nível anterior ao da sua utilização.

A distribuição de resultados aos cooperadores tem carácter residual dada a natureza da companhia e não será proposta uma distribuição de resultados.

Embora prevista a distribuição do excedente não é essa a política da empresa.

A empresa tem seguido ao longo de mais de 70 anos a política de reforço dos capitais próprios não distribuindo reservas e pretende continuar essa política.

Os excedentes líquidos provenientes de operações com terceiros são obrigatoriamente afetos a reservas.

f) Títulos detidos pela Mútua ou por filiais ou associadas

– Não se verificam estas situações.

g) Títulos reservados para emissão segundo opções e contratos

– Não se verificam estas situações.

28.3 a 28.7 – Não aplicável

29. Reservas

29.1 Natureza e finalidade

(valores em euros)

Descrição	2016		2015	
	Valor Parcial	Valor Total	Valor Parcial	Valor Total
Reservas de Reavaliação				
Ajustamento Associadas	0		0	
Ajustamento Outros Investimentos	602 838		685 691	
Revalorização Terrenos e Edifícios Próprios	736 721	1 339 559	752 124	1 437 815
Reserva por Impostos Diferidos				
Impostos Ativos Diferidos	0		0	
Impostos Passivos Diferidos	-176 218	-176 218	-194 694	-194 694
Outras Reservas				
Reserva Legal	323 601		291 838	
Educação Formação Cooperativa	64 247		63 409	
Negócios c/ Terceiros	780 707		608 661	
Benefícios Pós Emprego -Plano Definido	-121 944	1 046 611	-131 766	832 142
		2 209 952		2 075 263

29.2 Descrição dos movimentos de cada reserva de acordo com o modelo de Demonstração de variação do capital próprio.

(valores em euros)

EXPLICAÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA - 2016				
Rubricas	2015	2016	Dif. 2016/15	Obs
Capital Social	5.081.916	5.011.046	-70.870	a)
Reserva Reavaliação:	1.437.814	1.339.559	-98.255	b)
Terrenos e Edifícios	752.124	736.721	-15.402	
Outros Investimentos (Títulos):	685.691	602.838	-82.853	
Empresas de Grupo	0	0	0	
Outros Investimentos	685.691	602.838	-82.853	
Reserva por impostos diferidos	-194.694	-176.218	18.477	c)
Impostos Diferidos Ativos	0	0	0	
Impostos Diferidos Passivos	-194.694	-176.218	18.477	
Outras Reservas:	832.143	1.046.611	214.468	d)
Reserva Legal	291.838	323.601	31.763	
Educação Formação Cooperadores	63.409	64.247	838	
Negócios c/ Terceiros	608.661	780.707	172.046	
Plano Benefícios Definidos	-131.766	-121.944	9.821	
Resultados Transitados	1.297.988	1.344.011	46.023	e)
Resultado Líquido do Exercício	330.858	341.486	10.629	
	8.786.024	8.906.496	120.471	

a) Capital Social

Entrada de Capital Realizado	2.085
Saída de Capital Realizado	-515
Entrada de capital Não realizado	5.250
Transferência para Passivo - Cooperadores Capital Realizado (47252)	-83.486
Transferência para Passivo - Cooperadores Capital não Realizado (47253)	-5.250
Fundo Mutualista	11.046
	-70.870

b) Composição da RR:**Mais-Menos Valias Ñ Realizadas Títulos:**

RR Positiva - Títulos	128.236
Amortizações RR Títulos - Reclassificação (DAM)	21.142
Acerto RR pelas Alienações/Reembolsos- Títulos	-253.144
Transferência pª Títulos por Perdas de Imparidade	20.913
RR negativo - Terrenos e Edifícios	-8.960
Regularização avaliação 2015 - Terrenos e Edifícios	-5.589
Regularização pª Resultados Transitados - Terrenos e Edifícios	-854
	-98.255

c) Reserva para Impostos Diferidos

Ativos por Impostos Diferidos - Reserva Reavaliação Títulos	0
Passivos por Impostos Diferidos - Reserva Reavaliação Títulos	18.642
Passivos por Impostos Diferidos - Reserva Reavaliação Imóveis Próprios	-165
	18.477

d) Outras Reservas

Reserva legal	31.763
Educação Formação Cooperadores	838
Negócios c/ terceiros	172.046
Benefícios Pós-Emprego (Ganhos e Perdas Atuariais)	9.821
	214.468

e) Resultados Transitados

Aplicação resultado positivo do Exercício 2016	125.461
Transferência da RR Edifícios Próprios pª Resultados Transitados	3.570
Transferência da RT Edifícios Próprios pª Reserva de Reavaliação	-2.717
Transferência de Impostos Diferidos 2016	-80.291
	46.023

30. Resultados por ação

- Não aplicável.

31. Dividendos por ação

- Não aplicável.

32. Justo valor

A Mútua utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1 – Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos para os ativos e passivos identificáveis.
- Nível 2 – Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.
- Nível 3 – Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado ativo. O justo valor de instrumentos financeiros não cotados é obtido mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

As avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Mútua encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros e não financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

(valores em euros)

Valores Anuais	2016	2015
Órgãos Sociais	41.528	19.376
Membros do Comité Gestão e Investimentos	254.762	246.177

As remunerações dos Membros do Comité de Gestão e Investimentos estão em conformidade com as tabelas e clausulado do Contrato Coletivo de Trabalho do Setor Segurador, não havendo fixada qualquer política de remuneração variável ou atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes trabalhadores.

33.2 Descrição dos relacionamentos entre empresa mãe e filiais
- Não aplicável

33.3 Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas constam do quadro abaixo e encontram-se totalmente provisionadas.

(valores em euros)

	2016	2015
Empresas Participadas e Associadas	19.679	1.240

34. Demonstração de fluxos de caixa

Fluxos de caixa				
Descritivo	Ano N	Total	Ano N-1	Total
1. Actividades Operacionais				
1.1 Operações Seguro Directo	2 224 621		2 982 791	
1.1.1 Recebimentos/Pagamentos(Directo)	8 293 532		8 002 771	
1.1.2 Recebimentos/Pagamentos(Co-seguro)	96 709		-121 079	
1.1.3 Pagamento de Sinistros	-6 165 620		-4 898 902	
1.2 Operações de Resseguro	901 595		-447 510	
1.2.1 Recebimentos	1 330 546		232 321	
1.2.2 Pagamentos	-428 951		-679 831	
1.3 Outras Operações	-1 797 723		-2 492 291	
1.3.1 Recebimentos	858 654		815 840	
1.3.1.2 Outros	375 292		435 557	
1.3.1.3 Imposto sobre o Rendimento	44 568		0	
1.3.1.4 Outros Impostos e Taxas	438 794		380 283	
1.3.2 Pagamentos	-2 656 377		-3 308 130	
1.3.2.1 Fornecedores	338 437		-448 352	
1.3.2.2 Pessoal	-1 760 434		-1 720 392	
1.3.2.3 Outros	-318 022		-323 029	
1.3.2.4 Imposto sobre o Rendimento	-45 755		-32 993	
1.3.2.5 Outros Impostos e Taxas	-870 604		-783 365	
Fluxo das Actividades Operacionais(1)		1 328 493		42 990
2. Actividades de Investimento				
2.1 Recebimentos	8 113 265		6 477 433	
2.1.1 Investimentos Financeiros(Vendas)	7 258 679		5 655 000	
2.1.1.2 Títulos de Dívida	3 927 187		2 485 000	
2.1.1.3 Acções/Tit.Part/Unid.Participaç	231 492		0	
2.1.1.4 Outros(Depósitos Prazo/Outros)	3 100 000		3 170 000	
2.1.2 Outros Activos Tangíveis	6 000		4 500	
2.1.5 Rendimentos	750 736		683 738	
2.1.5.1 Juros	540 407		464 472	
2.1.5.2 Dividendos	43 150		41 154	
2.1.5.3 Rendas	167 179		178 112	
2.1.6 Outros rendimentos rel.investment	97 850		134 195	
2.2 Pagamentos	-8 964 325		-6 575 704	
2.2.1 Investimentos Financeiros(Compras)	-8 844 146		-6 520 293	
2.2.1.2 Títulos de Dívida	-5 393 467		-4 747 303	
2.2.1.3 Acções/Tit.Part/Unid.Participaç	-679		-2 991	
2.2.1.4 Outros(Depósitos Prazo/Outros)	-3 450 000		-1 770 000	
2.2.2 Outros Activos Tangíveis	-85 136		-31 197	
2.2.4 Outros pagamentos rel.investment	-35 043		-24 214	
Fluxo das Actividades Investimento(2)		-851 060		-98 271
3. Actividades de Financiamento				
3.1 Recebimentos	1 747		105	
3.1.2 Aumentos de Capital	1 747		105	
3.2 Pagamentos	-515		-1 560	
3.2.5 Redução de Capital	-515		-1 560	
Fluxo das Actividades Financiamento(3)		1 232		-1 455
4.VARIAÇÃO DE CAIXAS E SEUS EQUIVALENTES		478 665		-56 736
Caixas e equivalentes início período		230 784		287 519
Caixas e equivalentes fim período		709 448		230 784
Validação		0		0

35. Compromissos

35.1 Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis

- Não aplicável

35.2 Descrição dos acordos de locação do locatário

- Não aplicável

36. Passivos contingentes

Não se identificam possíveis obrigações a divulgar resultantes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; Nem obrigações presentes a divulgar não reconhecidas porque:

(i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorpore benefícios económicos que serão necessários para liquidar a obrigação; ou

(ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

37. Concentração de atividades empresariais

- Não aplicável

38. Elementos extrapatrimoniais

- Não aplicável

38.1 Compromissos da empresa por garantias prestadas

- Foram prestadas garantias bancárias no montante de 83.552€.

38.2 Valor dos compromissos financeiros que não consta do balanço

- Não aplicável

38.3 Fundos de pensões geridos pela empresa

- Não aplicável

39. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respetivos impactos

- Não aplicável

40. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

- Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Mútua que afetem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

41. Outras informações

41.1 Entidades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação

- Não aplicável

Lisboa, 01 de março de 2017

O Contabilista Certificado,

António dos Santos Monteiro
N.º 31942

O Conselho de Administração,

José António Bombas Amador - Presidente
Arsénio Marques Caetano
Genuíno A. Goulart Madruga
Jerónimo Gomes Viana
Jorge André Ferreira Timóteo
João Nuno Calado Pimenta Lopes
João Paulo Quinzico Delgado

Anexo 1

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
PONTO SEGURO, LDª	20 000			3,28	65 504,40	3,28	65 504,40
CONSULINTER, S.A.	50 000	4,99		4,66	232 934,90	0,00	0,00
ARIARTE-Exp.Imp.Comercialização, Ldª					97 899,06	0,00	0,00
sub-total	70 000				396 338,36		65 504,40
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total	70 000				396 338,36		65 504,40
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
1.1.9 - Outros títulos em filiais							
1.1.10 - Outros títulos em associadas							
1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
sub-total	70 000				396 338,36		65 504,40
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
1.2.9 - Outros títulos em filiais							
1.2.10 - Outros títulos em associadas							
1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
sub-total					0,00		0,00
sub-total					0,00		0,00
total	70 000				396 338,36		65 504,40
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
BCP - Nom.e Port.Reg.	2 173			66,83	145 211,60	1,071	2 327,28
Banco BPI - Nom.	19 434	0,00		1,54	29 927,88	1,131	21 979,85
PHAROL	5 247	0,00		8,17	42 880,15	0,207	1 086,13
Mota - Engil, SGPS	8 716	0,03		2,88	25 064,71	1,610	14 032,76
REN - Redes E. Nacionais, SGPS	16 650	1,00		3,01	50 047,05	2,698	44 921,70
SONAE Indústria, SGPS	1 042 440	1,00		0,05	57 266,63	0,006	6 254,64
Intersismet, SA	14 812	5,00		7,09	105 008,69	0,000	0,00
C.Portuguesa Cobre-SGPS	687	5,00		6,13	4 209,85	0,00	0,00
Geofinança - Port.	465	4,99		60,78	28 260,90	0,00	0,00
Gregório & Companhia	500	4,99		14,96	7 481,97	0,00	0,00
sub-total	1 111 124	4,99			495 359,43		90 602,37
2.1.1.2 - Títulos de participação							
sub-total					0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
Millennium Acções Portugal	11 932			10,47	124 871,52	12,1332	144 774,89
Fundimo	4 591			6,00	27 525,12	7,0469	32 352,32
Fundo Compensação de Trabalho	1			2 364,65	2 364,65	2 364,65	2 364,65
sub-total	16 524				154 761,29		179 491,86
2.1.1.4 - Outros							
FENACOOP	500	5,00		5,00	2 500,00	5,00	2 500,00
sub-total	500				2 500,00		2 500,00
sub-total	1 128 148				652 620,72		272 594,23
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
Consolidado-1942		10 150,54	73,10%		10 150,54		7 469,96
Consolidado-1943		11 497,29	65,10%		11 497,29		7 498,56
Consolidado Cent.-1940		15 013,81	85,00%		15 013,81		13 057,09
O.T.-Abril-4,10%-15/04/2037		650 000,00	96,06%		685 332,09		643 321,69
O.T.-Fevereiro-4,10%-15/02/2045		200 000,00	91,38%		222 095,96		189 929,40
O.T.-Outubro-2,875%-15/10/2025		750 000,00	94,82%		779 240,06		715 568,55
O.T.-Outubro-4,35%-16/10/2017		450 000,00	98,03%		441 112,65		445 123,92
O.T.-Junho-4,45%-15/06/2018		250 000,00	96,54%		241 354,98		247 403,82
O.T.-Fevereiro-3,875%-15/02/2030		550 000,00	95,76%		567 988,53		545 313,88
O.T.-Outubro-2,20%-17/10/2022		250 000,00	98,69%		248 051,49		247 852,05
O.T.-Julho-2,875%-21/07/2026		650 000,00	93,00%		637 695,15		612 822,58
OTRV-Novembro-Tx.Var.-30/11/2021		75 000,00	100,25%		75 078,00		75 316,67
sub-total					3 934 610,55		3 750 678,17
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total					0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores							
BCP - 3,375% - 27/02/2017		200 000,00	99,37%		199 541,10		204 398,90
CAMFER - 4,17% - 16/10/2019		150 000,00	107,54%		149 819,19		162 591,76
GALP - 3,00% - 14/01/2021		300 000,00	103,82%		307 337,41		320 115,74
PESTANA - 3,95% - 15/07/2022		300 000,00	100,00%		299 160,69		305 471,72
PTC - 6,25% - 26/07/2016		5 000,00	0,00%		5 000,00		0,00
Emasa-S.A-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.B-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.C-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.D-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Emasa-S.E-88		9 975,96	0,00%		9 975,96		0,00
Bráz & Bráz-88/97		49 879,79	0,00%		49 811,20		0,00
sub-total					1 060 549,39		992 578,12
sub-total					4 995 159,94		4 743 256,29
sub-total	1 128 148				5 647 780,66		5 015 850,52
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
BANESTO - Ac.Pref.- 5,5%		200 000,00	100,00%		210 500,00		201 711,11
E.ON - SE	785			25,81	20 260,36	6,700	5 259,50
UNIPER - SE	78			0,00	0	13,115	1 022,97

Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço*	
						unitário	Total
GAS NATURAL	1 857			26,17	48 592,68	17,910	33 258,87
TELEFONICA	3 507			15,23	53 396,28	8,820	30 931,74
BOUYGUES	1 525			32,86	50 104,19	34,045	51 918,63
ORANGE	2 500			20,22	50 546,00	14,435	36 087,50
ENI, STK	1 726			14,52	25 065,14	15,470	26 701,22
ROYAL BANK of SCOTLAND - Ac.Pref. - 5,5%		200 000,00	93,51%		207 200,00		187 050,56
sub-total	11 978				665 664,65		573 942,10
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total					0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LYXOR ETF CAC 40	1 755			42,74	75 000,80	47,690	83 695,95
LYXOR EASTERN EUROPE ETF	2 640			22,78	60 142,10	17,255	45 553,20
LYXOR ETF COMMODITIES	2 447			24,62	60 251,99	16,810	41 134,07
LYXOR ETF BRAZIL	2 350			22,21	52 189,97	15,660	36 801,00
sub-total	9 192				247 584,86		207 184,22
2.2.1.4 - Outros							
sub-total					0,00		0,00
sub-total	21 170				913 249,51		781 126,32
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB - 4,00% - 28/03/2017		100 000,00	101,10%		101 310,25		104 138,25
BGB - 4,25% - 28/09/2021		100 000,00	122,27%		99 887,41		123 364,52
BGB - 2,25% - 22/06/2023		150 000,00	115,19%		151 742,36		174 560,34
BGB - 3,00% - 22/06/2034		300 000,00	130,22%		332 518,23		395 381,31
BGB - 1,00% - 22/06/2031		750 000,00	100,00%		700 078,81		753 934,43
SPGB - 3,80% - 31/01/2017		100 000,00	100,29%		100 307,96		103 768,14
SPGB - 4,00% - 30/04/2020		200 000,00	113,06%		199 228,09		231 497,05
SPGB - 4,40% - 31/10/2023		300 000,00	123,67%		356 433,51		373 210,00
SPGB - 1,60% - 30/04/2025		150 000,00	103,44%		152 265,00		156 753,44
SPGB - 1,95% - 30/07/2030		1 050 000,00	102,36%		1 039 405,05		1 083 283,28
SPGB - 1,30% - 31/10/2026		450 000,00	99,17%		454 407,15		447 240,00
FRTR - 4,25% - 25/10/2023		350 000,00	128,44%		393 942,10		452 263,02
FRTR - 2,25% - 25/10/2022		150 000,00	113,59%		150 122,11		171 002,83
FRTR - 2,50% - 25/05/2030		250 000,00	119,27%		280 318,96		301 931,83
FRTR - 1,25% - 25/05/2036		650 000,00	98,45%		648 602,94		644 808,88
FRTR - 0,25% - 25/11/2026		150 000,00	95,88%		149 247,90		143 856,89
BTPS - 4,75% - 01/08/2023		300 000,00	123,29%		356 142,42		375 788,03
BTPS - 5,00% - 01/09/2040		100 000,00	137,99%		130 828,33		139 643,01
BTPS - 4,25% - 01/03/2020		150 000,00	112,92%		151 361,11		171 487,58
BTPS - 5,50% - 01/09/2022		200 000,00	125,46%		240 440,88		254 556,61
BTPS - 3,50% - 01/06/2018		100 000,00	105,16%		100 601,68		105 446,89
BTPS - 4,75% - 01/09/2044		100 000,00	135,14%		128 491,01		136 710,36
BTPS - 3,50% - 01/12/2018		150 000,00	106,98%		150 681,27		160 900,33
BTPS - 1,65% - 01/03/2032		450 000,00	93,66%		430 303,78		423 924,71
BTPS - 1,60% - 01/06/2026		150 000,00	98,89%		150 752,04		148 531,72
BTPS - 2,25% - 01/09/2036		650 000,00	97,02%		640 078,66		635 465,04
BRAZIL - 2,875% - 01/04/2021		100 000,00	101,92%		103 033,22		104 072,32
sub-total					7 892 532,23		8 317 520,81
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total					0,00		0,00
2.2.2.3 - De outros emissores							
MAPFRE - 24/07/2037		250 000,00	101,75%		250 156,15		260 805,59
MAPFRE - 1,625% - 19/05/2026		100 000,00	99,96%		103 656,40		100 963,42
AREVA - 3,125% - 20/03/2023		200 000,00	96,28%		198 830,44		197 426,80
INFRA PARK - 2,125% - 16/04/2025		100 000,00	107,26%		100 543,01		108 752,14
TITIM - 5,375% - 29/01/2019		100 000,00	109,98%		101 713,61		114 929,11
PEMEX - 5,50% - 24/02/2025		100 000,00	109,21%		122 188,32		113 883,50
PORTEL - 4,375% - 24/03/2017		150 000,00	0,00%		148 739,61		0,00
LEH - Float - 20/07/2012		350 000,00	0,00%		350 071,01		0,00
RDSALN - 4,375% - 14/05/2018		100 000,00	106,08%		102 071,47		108 841,27
TELEFONICA - 4,693% - 11/11/2019		150 000,00	112,43%		150 031,39		169 606,68
TITIM - 5,25% - 10/02/2022		200 000,00	115,80%		205 110,24		240 923,77
GASSM - 5,625% - 09/02/2017		100 000,00	100,56%		100 481,63		105 570,25
IBESM - 4,625% - 07/04/2017		100 000,00	101,25%		100 258,89		104 636,61
TITIM - 4,75% - 25/05/2018		250 000,00	106,06%		251 270,96		272 287,98
BHP - 3,25% - 24/09/2027		100 000,00	121,31%		102 026,83		122 162,46
PETBRA - 4,25% - 02/10/2023		100 000,00	97,61%		98 294,26		98 643,47
TELEFONICA - 3,987% - 23/01/2023		100 000,00	117,24%		106 956,05		120 954,66
GASSM - 3,875% - 17/01/2023		200 000,00	118,68%		200 739,01		244 728,85
REPSOL - 2,625% - 28/05/2020		100 000,00	107,68%		99 195,00		109 222,01
IBESM - 2,875% - 11/11/2020		100 000,00	109,94%		99 856,92		110 332,76
ENI - 3,25% - 10/07/2023		150 000,00	115,82%		150 978,16		176 034,30
ELEPOR - 4,875% - 14/09/2020		100 000,00	114,04%		101 523,07		115 478,52
PETBRA - 4,75% - 14/01/2025		100 000,00	97,66%		106 664,51		102 228,31
ELEPOR - 4,125% - 20/01/2021		200 000,00	111,66%		199 636,68		231 119,18
CEMEX - 4,75% - 11/01/2022		100 000,00	102,87%		99 923,04		105 115,22
OBRASCON - 4,75% - 15/03/2022		100 000,00	71,86%		97 705,64		73 248,66
PEMEX - 3,75% - 16/04/2026		100 000,00	96,76%		107 203,43		99 393,20
MTNA - 2,875% - 06/07/2020		150 000,00	104,68%		152 716,04		159 123,08
ELEPOR - 2,625% - 18/01/2022		300 000,00	105,39%		303 543,18		323 657,70
CPFSM - 3,375% - 15/03/2022		200 000,00	103,81%		202 655,23		209 626,25
TELEFONICA - 2,932% - 17/10/2029		100 000,00	107,64%		106 251,43		108 240,82
REPSOL - 2,25% - 10/12/2026		400 000,00	105,64%		393 569,99		423 027,21
ELEPOR - 2,0% - 22/04/2025		300 000,00	97,97%		292 705,21		298 057,54
IBERIA - 3,50% - 28/05/2022		500 000,00	100,00%		495 383,76		510 280,05
ELEPOR - 1,125% - 12/02/2024		100 000,00	94,44%		97 646,56		94 886,88
ENI - 1,125% - 19/09/2028		100 000,00	94,86%		98 848,18		95 176,60
sub-total					5 999 145,31		5 829 364,85
sub-total					13 891 677,54		14 146 885,66
sub-total	21 170				14 804 927,05		14 928 011,98
2.3 - Derivados de negociação							
sub-total					0,00		0,00
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total					0,00		0,00
total	1 149 318				20 452 707,71		19 943 862,49
3 - TOTAL GERAL	1 219 318				20 849 046,07		20 009 366,89

*Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS
EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2 - Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	14 045 997	2 446 699	11 317 928	-281 370
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	159 842	81 558	10 442	-67 842
AUTOMÓVEL	0	0	0	0
-RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0
-OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 331 514	994 573	1 783 857	-553 084
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	17 537 353	3 522 830	13 112 227	-902 297
TOTAL GERAL	17 537 353	3 522 830	13 112 227	-902 297

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
n.º 31942O Conselho de Administração
José António Bombas Amador (Presidente), Arsénio Marques Caetano, Genuino A. Goulart Madruga,
Jerónimo Gomes Viana, Jorge André Ferreira Timóteo, João Nuno Calado Pimenta Lopes, João Paulo Quinzico Delgado

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3 - Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	3 671 475	784 041	318 426	4 773 943
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	109 898	55 953	-25 637	140 214
AUTOMÓVEL	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0
OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 042 043	159 466	-135 955	2 065 555
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	5 823 417	999 460	156 835	6 979 711
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0
TOTAL GERAL	5 823 417	999 460	156 835	6 979 711

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
n.º 31942O Conselho de Administração
José António Bombas Amador (Presidente), Arsénio Marques Caetano, Genuino A. Goulart Madruga,
Jerónimo Gomes Viana, Jorge André Ferreira Timóteo, João Nuno Calado Pimenta Lopes, João Paulo Quinzico Delgado

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4 - Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	5 530 422	5 509 100	4 773 943	647 577	-50 210
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	271 882	273 741	140 214	160 857	-51 178
AUTOMÓVEL	0	0	0	0	0
- RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0	0
- OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 713 677	2 688 297	2 065 555	1 012 064	-117 380
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	0	0	0	0	0
DIVERSOS	0	0	0	0	0
TOTAL	8 515 981	8 471 138	6 979 711	1 820 499	-218 768
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	8 515 981	8 471 138	6 979 711	1 820 499	-218 768
NOTAS:					
* Sem dedução da parte dos resseguradores					

O Contabilista Certificado,
António dos Santos Monteiro
nº 31942

O Conselho de Administração
José António Bombas Amador (Presidente), Arsénio Marques Caetano, Genuino A. Goulart Madruga,
Jerónimo Gomes Viana, Jorge André Ferreira Timóteo, João Nuno Calado Pimenta Lopes, João Paulo Quinzico Delgado

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Associados da

MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L.,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de Seguros, C.R.L., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.

3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.

4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

5. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.

6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2017

O Conselho Fiscal,

Joaquim José Mota, Presidente
Lino António G. Correia, Vogal
Jorge Serafim Silva Abrantes, Vogal



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRELHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CAVRO
OCTÁVIO CARVALHA VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L., (Entidade)**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 38.076.887 euros e um total de capital próprio de 8.906.496 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 341.486 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Mútua dos Pescadores, Mútua de Seguros, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Reconhecimento da provisão para sinistro

(Divulgações relacionadas com as provisões para sinistro apresentadas nas notas 3, 4 e 25 das demonstrações financeiras).

A provisão para sinistros de seguro direto apresenta-se como a rubrica mais significativa das responsabilidades da Entidade, ascendendo a 17.236.522 euros em 31 de dezembro de 2016 (17.537.353 euros em 31 de dezembro de 2015).

A valorização desta responsabilidade envolve um julgamento significativo por parte do órgão de gestão, incluindo estimativas contabilísticas identificadas como tendo uma elevada incerteza de estimação. Nesta situação encontra-se particularmente a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (IBNR) e a provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho.

As alterações nos pressupostos atuariais utilizados na determinação destas responsabilidades podem conduzir a impactos materiais no cálculo da provisão para sinistro.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a responsabilidade estimada na provisão para sinistro incluíram a realização, entre outros, de:

- Testes efetuados às fontes de informação da Entidade;
- Comparação das metodologias, modelos e pressupostos utilizados face às práticas de mercado;
- Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de sinistralidade e cobertura; e
- Seleção de amostras para execução de testes de detalhe.

Avaliação dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento

(Divulgações relacionadas com os terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento apresentadas nas notas 3, 6, 9 e 11 das demonstrações financeiras).

A Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2016, terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento, num montante de 3.277.609 Euros e 4.250.600 Euros, respetivamente (3.330.578 Euros e 4.243.600 Euros em 31 de dezembro de 2015).

A valorização dos imóveis é uma área de julgamento significativo, baseando-se numa série de pressupostos.

A Entidade utiliza avaliadores externos profissionalmente qualificados para valorizar os seus imóveis. Os imóveis são valorizados através do método comparativo ou de mercado e pelo método do custo de reposição.

Síntese da forma de abordagem de auditoria

Os procedimentos efetuados para validar a valorização dos terrenos e edifícios de uso próprio e de rendimento incluíram a realização, entre outros, de:

- Avaliação das metodologias de valorização dos imóveis;
- Avaliação dos pressupostos significativos das avaliações dos imóveis; e
- Avaliação da competência dos avaliadores externos.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Entidades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2015 foram auditadas por um outro auditor, que expressou uma Certificação Legal de Contas não modificada, em 3 de março de 2016.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas de 20 de março 2016, para o exercício de 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 14 de março de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1.266

Plano de Atividades e Orçamento para 2017

1. Introdução

- 1.1. Se há um ano dizíamos que “O tempo em que este Plano foi preparado e escrito é de grande turbulência quer a nível mundial, quer a nível europeu”, os factos ocorridos desde então, infelizmente não são de sentido contrário. Registemos apenas o resultado do referendo no Reino Unido que aprovou a saída da União Europeia, o já famoso “Brexit”, e a mais recente eleição de Donald Trump para Presidente dos Estados Unidos da América. O Mundo não está mais seguro e a causa da Paz não ganhou com estes factos.
- 1.2. A mudança de governo em Portugal foi certamente aplaudida por uns e foi uma desilusão para outros, mas a democracia portuguesa provou que funciona e embora seja um governo de um partido que não tem a maioria, ele tem na Assembleia da República o apoio da maioria dos deputados, logo, legitimidade democrática. As mudanças são muito condicionadas pela enorme dívida pública e dívida externa, pelas regras da União Europeia, e um sem fim de outros condicionantes. Mas sem mudanças Portugal continuará submetido a esta teia que condiciona o investimento, fator indispensável para um crescimento económico que permita um desenvolvimento sustentável capaz de nos aproximar dos padrões médios europeus.

2. Geral

- 2.1. Em 2016 a Mútua cumpriu o objetivo de atualizar os seus Estatutos e Regulamentos em função das novas disposições legais, Lei de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e Código Cooperativo, pelo que o exercício de 2017, sendo desde logo marcado pela eleição dos Órgãos Sociais para o próximo quadriénio, trará naturalmente as adequações previstas na governação desta cooperativa de utentes de seguros.
- 2.2. Os atuais Órgãos Sociais sabem perfeitamente que vão ser os novos Órgãos Sociais eleitos a ter que desenvolver o Plano de Atividades de 2017 e a tentar executar o respetivo Orçamento, mas também sabem que a confiança dos membros, segurados, trabalhadores, entidades reguladoras, resseguradores e demais partes interessadas é vital para a atividade seguradora que a Mútua desenvolve, pelo que estão empenhados em que as propostas, que agora são formuladas e submetidas ao escrutínio dos cooperadores, traduzam posições consensuais e de melhoria do desempenho da Mútua.
- 2.3. Dar continuidade à preparação do ato eleitoral em conformidade com os Estatutos e Regulamentos, tudo fazer para o esclarecimento e participação dos cooperadores, a democraticidade do ato eleitoral, a serenidade e dignidade de todos os participantes em todos os momentos deste processo, é condição indispensável ao prestígio de uma Mútua dos Pescadores que está orgulhosa de poder celebrar os seus 75 anos de existência em 2017, mas sobretudo quer estar preparada para enfrentar os difíceis desafios que o futuro lhe coloca.
- 2.4. A celebração dos 75 anos de vida da Mútua irá revestir diversas formas e mobilizar meios ao alcance da organização, garantindo que em todas as zonas dirigentes e trabalhadores estarão empenhados em continuar as ações de aproximação aos cooperadores, de continuação da filiação dos segurados e pessoas seguras para, como cooperadores, poderem exercer os seus mais amplos direitos associativos, e desta forma a Mútua dar provas da sua efetiva fidelização aos seus membros, pela aplicação permanente e quotidiana dos princípios e valores cooperativos.
- 2.5. A Mútua registou desde o início do ano até setembro de 2016, um crescimento dos prémios emitidos superior ao do setor não vida em Portugal. Há que prosseguir este esforço de crescimento, sabendo contudo que manter esta vantagem não é fácil de atingir.
- 2.6. Prosseguir na liderança dos seguros da pesca e das atividades marítimo turísticas, procurar atingir a liderança a médio prazo na náutica de recreio e continuar a crescer nas comunidades ribeirinhas e outras atividades do cluster do mar, são objetivos fundamentais.
- 2.7. A relação com a Economia Social e os laços recentemente estabelecidos com o Movimento Sindical deverão continuar a ser aprofundados, e o Grupo Mútua tem que procurar ser o parceiro segurador em quem as organizações destas áreas e centenas de milhares de associados e trabalhadores confiam a gestão dos seus riscos.
- 2.8. A Mútua vai continuar a privilegiar na sua ação seguradora a prevenção do risco, pelo que ações de formação, projetos envolvendo as comunidades, parcerias e participações em ações e estruturas com este objetivo e uma comunicação ativa e estimulante, vão continuar a ser desenvolvidas, tudo para procurar reduzir as consequências nefastas dos sinistros. Procurar reduzir o sofrimento humano, as perdas materiais e consequentemente todos os custos económicos, tem que ser o objetivo a seguir. Esta tem que ser uma posição distintiva da seguradora cooperativa portuguesa.

3. Área Comercial

- 3.1. A concretização das alterações à estrutura organizacional da área comercial será um importante contributo para melhorar o desempenho de toda a rede, otimizando também o papel charneira dos diversos departamentos centrais, no cumprimento do objetivo de crescimento sustentado.
- 3.2. Prosseguir o trabalho de reorganização e regularização da rede externa em articulação com os departamentos Técnico e de Sistemas de Informação, permitindo um melhor acompanhamento comercial que contribua para aumentar os seus resultados.
- 3.3. A atividade comercial do Grupo deverá, ao longo de 2017, aprofundar o trabalho em torno dos vetores e orientações estratégicas validadas, prosseguindo o desafio de consolidar o crescimento que as empresas vêm registando.
- 3.4. O cluster do mar continuará a liderar as prioridades de trabalho da Mútua, sendo a pesca o setor mais representativo; importa manter o crescimento nesta atividade, nomeadamente através da recuperação de carteira, e do aumento do número de apólices nos vários ramos e produtos, melhorando a seleção e avaliação do risco de modo a otimizar os resultados.
- 3.5. As atividades marítimo-turísticas e a náutica de recreio devem merecer o nosso enfoque, tendo por objetivo o crescimento do respetivo volume de carteiras, de modo a diversificar e equilibrar mais a composição global da carteira, quer em termos de vetores de atividade, quer no que respeita a ramos de seguros, contribuindo para a redução dos custos de sinistralidade.
- 3.6. As comunidades ribeirinhas e o setor cooperativo e social deverão merecer a intensificação do trabalho de prospeção comercial, na ótica de aumentar as carteiras nos diversos ramos e entre diferentes tipos de clientes.

- 3.7. O setor sindical merecerá uma nova abordagem, orientada para reforçar a relação de parceria, desenvolvendo as suas potencialidades.
- 3.8. A área da contratação pública deverá continuar a merecer atenção, avaliando adequadamente os tipos de risco; importa aumentar os conhecimentos técnicos ao nível dos procedimentos legais aplicáveis.

4. Área Técnica

- 4.1. Configurar o Multipesca na plataforma Egis.
- 4.2. Prosseguir a especialização na gestão das linhas do seguro de marítimo turística, designadamente na área da subscrição e tarificação.
- 4.3. Continuar com a política de avaliação e condição das embarcações seguras no ramo marítimo.
- 4.4. Ajustar os protocolos e os procedimentos na rede clínica, necessários à melhoria da gestão dos acidentes de trabalho, enquadrado na nossa política de proximidade e qualidade de serviço.
- 4.5. Acompanhar o projeto da implementação das participações eletrónicas de acidentes de trabalho.
- 4.6. Aprofundar a área do desenvolvimento de produtos, apostando na diferenciação, acompanhar as iniciativas legais que visam a criação dos seguros bonificados para a Aquacultura e Fenómenos Sísmicos para o risco habitacional, sem descurar outros possíveis novos produtos. Desenvolver os melhoramentos impostos pelo mercado.

5. Área Financeira e de Resseguro

5.1. Área Financeira e Contabilidade:

- 5.1.1. Prosseguir a melhoria da informação contabilística e financeira, adaptando as novas exigências da Solvência II designadamente na área do reporte.
- 5.1.2. Manter e desenvolver os procedimentos de controlo interno das Despesas Gerais e Orçamento.
- 5.1.3. Desenvolver os automatismos informáticos no sistema GIS.
- 5.1.4. Concluir a informatização dos ativos fixos tangíveis no programa de gestão de imobilizado.
- 5.1.5. Manter uma gestão prudente dos nossos investimentos financeiros com especial atenção aos riscos de mercado e risco de crédito, diversificando a carteira e acautelando níveis de aceitação de riscos prudentes.

5.2. Área das Cobranças:

- 5.2.1. Manter o acompanhamento dos vários canais de cobrança, aperfeiçoando os seus circuitos de controlo.
- 5.2.2. Prosseguir, no serviço de contencioso, o controlo das dívidas com atuação atempada e célere.
- 5.2.3. Prosseguir o desenvolvimento de mecanismos de informação que facilitem a cobrança junto dos nossos balcões e mediadores.
- 5.2.4. Desenvolver informação ligada a cobranças com o objetivo de criação de dinâmica de produção.

5.3. Área de Pessoal e Logística:

- 5.3.1. Proceder à organização do arquivo na nossa sede e balcões.

5.4. Área de Gestão de Riscos, Controlo Interno, Atuariado e Estatísticas:

- 5.4.1. Desenvolver a informação necessária aos reportes de solvência II em todas as suas vertentes – estatística e atuarial.
- 5.4.2. Desenvolver, para efeitos da autoavaliação prospetiva dos riscos, os procedimentos adequados, tendo em conta a natureza e dimensão dos riscos inerentes à nossa atividade.
- 5.4.3. Prosseguir na definição das Políticas bem como na definição dos instrumentos de medida dos vários riscos.
- 5.4.4. Desenvolver e aprofundar os indicadores de gestão, essenciais à gestão de riscos, na dimensão financeira, técnica, comercial e de resseguro.
- 5.4.5. Identificar as ações de formação que se revelarem necessárias à melhoria do desempenho.
- 5.5. Área do Resseguro:
- 5.5.1. Prosseguir a política de resseguro, privilegiando a relação de longo prazo que mantemos com os nossos resseguradores e fomentando a sua participação em todos os ramos, de forma equilibrada, de modo a acompanharem o nosso negócio de uma forma global.
- 5.5.2. Proceder ao desenvolvimento da informação de resseguro no âmbito da Solvência II.

6. Área de Ação Cooperativa e Comunicação

- 6.1. Dar continuidade ao reforço da cooperativa, apoiando o Conselho de Administração e os restantes órgãos sociais na Campanha Pés no Terreno, para a filiação de novos cooperadores e aumento das subscrições de títulos de capital social, seguindo o princípio de transformar cada utente num novo cooperador.
- 6.2. Com o objetivo de criar dinâmicas de maior compreensão do risco evitável e consequentemente com práticas mais conscientes da nossa dupla identidade de seguradora cooperativa e das implicações das nossas práticas no sucesso do Grupo, elegemos os vários elos da Cadeia do Risco – desde a análise do risco às recomendações e medidas preventivas – como linguagem transversal a todas as práticas da Mútua para reduzir o risco:
- 6.2.1. Na Comunicação, Imagem e Marketing – elegendo o fator de proximidade como elemento de diferenciação no mercado segurador, aumentar a comunicação regular com os nossos cooperadores e utentes, marcar presença em ações onde sejamos suficientemente visíveis, mantendo a coerência no que respeita à nossa singularidade de seguradora-cooperativa, e sempre que seja oportuno veicular a imagem mais ampla do Grupo. Manter sempre que se justifique a presença em ações mais generalistas da atividade seguradora (divulgando os nossos produtos individualmente ou em parceria), do setor cooperativo e social ou do cluster do Mar. Conceptualizar o modelo e apoiar o desenvolvimento das ações comemorativas do 75º aniversário da Mútua.
- 6.2.2. Na Formação – desenvolver, a partir da metodologia da formação-ação, ações de formação internas para trabalhadores, dirigentes e toda a rede, nas áreas já identificadas e para as quais a Mútua está acreditada para dar formação e acompanhar o processo de Certificação em curso.
- 6.2.3. Nos Projetos – Auscultando sempre as necessidades com vista à redução do risco, continuar a apostar no projeto Salva-vidas para a pesca e marítimo-turística, em parceria com outros atores e organizações, que conosco cooperem no cumprimento da nossa Missão. Cooperar com o setor público ou privado, entidades de ensino superior ou investigação, para desenvolver meios de segurança individuais ou coletivos para as atividades marítimas.

- 6.2.4. No Sistema de Audição – Para além do tratamento regular dos processos e demais obrigações perante a ASF, dar mais visibilidade às questões a melhorar no âmbito dos processos e manter um diálogo regular com o Provedor para este trabalho.
- 6.2.5. Na Ação Social – assegurar o acompanhamento dos casos de sinistros mais graves de um modo mais sistemático.

7. Área de Sistemas de Informação

- 7.1. Desenvolvimento e implementação do eGIS MultiPesca.
- 7.2. Dar suporte necessário ao processo eleitoral de 2017.
- 7.3. Implementação de Firewall Centralizada na rede do Grupo Mútua.
- 7.4. Implementação de Aumento de Largura de Banda da linha de dados para o exterior (Internet).
- 7.5. Prosseguir e melhorar o serviço Helpdesk.
- 7.6. Implementação do projeto Participações Eletrónicas de Acidentes de Trabalho.
- 7.7. Continuar a tarefa de atualização e melhoria da organização dos servidores do Data Center.
- 7.8. Implementação de novas medidas no Plano de Continuidade de Negócio, sendo a mais premente o projeto de UPS para o Data Center do Grupo Mútua.
- 7.9. Analisar a possibilidade de integração do Fluxo de Faturas (iFlow) na Contabilidade.
- 7.10. Implementação de melhorias no Mútua CRM.

8. Orçamento para 2017

ORÇAMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

	2015 Real	2016 Orçamento	2017 Orçamento
Prémios Emitidos	7 757 873	8 106 931	8 569 321
Prémios Resseguro Cedido	-2 998 389	-2 885 514	-3 080 675
Prémios Não Adquiridos	15 163	-10 215	14 923
Proveitos de Investimentos	1 060 774	1 026 953	837 519
Outros Proveitos	1 148 932	822 593	851 412
Total	6 984 353	7 060 748	7 192 500
Custos com Sinistros	4 286 772	4 752 249	4 864 763
Custos de Exploração	1 643 457	1 688 232	1 784 512
Custos com Investimentos	523 958	284 580	325 101
Outros Custos	73 710	134 100	33 500
Outras Provisões	75 992	5 000	5 000
Total	6 603 888	6 864 161	7 012 876
RESULTADO	380 465	196 587	179 624

ORÇAMENTO PARA INVESTIMENTOS - 2017

RECURSOS		
Saldo de operações correntes		1 180 000
Títulos de Capital		n.d.
Alienação/Reembolso de Investimentos		2 550 000
		3 730 000
APLICAÇÕES		
Títulos de Crédito/DP	2 500 000	
Remição de Pensões	700 000	
Melhorias em Instalações	30 000	
Equipamentos	150 000	3 380 000
Segurança de Tesouraria		350 000
		3 730 000

O Conselho de Administração,
 José António Bombas Amador - Presidente
 Arsénio Marques Caetano
 Genuíno A. Goulart Madruga
 Jerónimo Gomes Viana
 Jorge André Ferreira Timóteo
 João Nuno Calado Pimenta Lopes
 João Paulo Quinzico Delgado

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da Lei e dos estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento para Investimentos e de rendimentos e Gastos para o ano de 2017 da MÚTUA DOS PESCADORES – Mútua de seguros, CRL.

O Conselho procedeu à análise dos referidos documentos e obteve todos os esclarecimentos considerados necessários.

O ano 2017 pode vir a ser o ano da consolidação na viragem da austeridade, que nos atingiu nos últimos anos e dar início a um novo ciclo de recuperação económica. Em 2017 prevê-se manter o reforço da produção nas áreas do “cluster” do mar e da economia social e, apesar da melhoria previsível, deveremos manter o prosseguimento de medidas de controlo da sinistralidade, de controlo das despesas gerais e na cobrança atempada de prémios, assim como o desenvolvimento pessoal e profissional dos dirigentes, trabalhadores e colaboradores. Prevê-se ainda o aperfeiçoamento dos procedimentos e circuitos operantes de gestão de risco.

Também em consequência de uma melhoria do cenário macroeconómico o orçamento para 2017 prevê um aumento dos proveitos totais anuais para 7 192.500 € e uma atualização dos custos totais para 7 012.876 €, prevendo-se assim um resultado positivo, em 179.624 €.

Relativamente aos Orçamentos apresentados, o Conselho Fiscal considera que as previsões constantes no orçamento afiguram-se adequadas, tendo em consideração os pressupostos utilizados na sua elaboração: crescimento de 3% nos prémios emitidos, manutenção dos contratos de resseguro, melhoria da sinistralidade, ligeiro decréscimo nas despesas gerais, redução normal dos proveitos de investimento financeiros, face às taxas de juro que o mercado está a praticar e que são para continuar a este nível baixo, bem como as acções previstas de dinamização e diversificação da produção preconizadas no Plano de Actividades.

Dado que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Nestas condições, propomos à Assembleia Geral a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017.

Lisboa, 24 de Novembro de 2016

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim José Mota

Vogal: Lino António G. Correia

Vogal: Jorge Serafim Silva Abrantes



MÚTUA
DOS PESCADORES

Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L
75 anos ao seu lado

Sede: Avenida Santos Dumont, Edifício Mútua N.º 57, 6º, 7º e 8º - 1050-202 Lisboa • Tel. 213 936 300 • Fax 213 936 310

www.mutuapescadores.pt • geral@mutuapescadores.pt